



POLÍCIA MILITAR

DISTRITO FEDERAL

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

PLANO BÁSICO DE DISCIPLINAS

PLADIS-BÁSICO

ÍNDICE

TÍTULO I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO I – DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS	10
CAPÍTULO II – DO PLANO BÁSICO DE DISCIPLINAS	11
CAPÍTULO III – DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO	12
TÍTULO II – 1º ANO DE FORMAÇÃO (CFO I)	18
CAPÍTULO I – DAS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CFO I	18
CAPÍTULO II – DO PLANO DE DISCIPLINA DO CFO I	19
ABORDAGEM POLICIAL	19
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20
ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO I	21
BASES DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR I	22
COMUNICAÇÃO OPERACIONAL	24
CONSTITUIÇÃO, ESTADO E SEGURANÇA PÚBLICA	24
CRIMINOLOGIA APLICADA I	26
DEFESA PESSOAL I	27
DIREITO PENAL I	28
DIREITO PENAL MILITAR	29
DIREITO PROCESSUAL PENAL	30
DIREITOS HUMANOS	32
DOCTRINA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO	33
EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR I	34
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA PMDF	36
GEOGRAFIA REGIONAL	36
GESTÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	37
INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS POLICIAIS	39
LEGISLAÇÃO ESPECIAL	39
LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL I	41
ORDEM UNIDA I	42
POLICIAMENTO DE TRÂNSITO I	43
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	44
PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	45
TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA	46
TÓPICOS DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA	47
USO DA FORÇA, TÉCNICAS E TECNOLOGIAS MENOS LETAIS	49
VALORES E ÉTICA POLICIAIS-MILITARES	50
TÍTULO III – 2º ANO DE FORMAÇÃO (CFO II)	53
CAPÍTULO I – DAS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CFO II	53
CAPÍTULO II – PLANO DE DISCIPLINAS PARA O CFO II	54
ANÁLISE CRIMINAL	54
AQUISIÇÕES CORPORATIVAS	55
ARMAMENTO MUNIÇÃO E TIRO II	57
COMANDO, CHEFIA E LIDERANÇA I	58
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL	58
DEFESA PESSOAL II	60

DIREITO ADMINISTRATIVO I	61
DIREITO CIVIL.....	63
DIREITO PENAL II	64
DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	66
EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR II	67
ESTATÍSTICA APLICADA	68
GESTÃO DOCUMENTAL.....	69
GESTÃO POR RESULTADOS.....	70
INSTRUÇÃO BOMBEIRO MILITAR	71
LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL II.....	72
LIBRAS APLICADA	73
MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO.....	74
ORATÓRIA	75
ORDEM UNIDA II	76
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	77
POLÍCIA COMUNITÁRIA	79
POLICIAMENTO AMBIENTAL	79
POLICIAMENTO DE TRÂNSITO II	81
POLICIAMENTO OSTENSIVO DE CONTROLE DE MASSAS.....	82
POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	84
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	85
MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	86
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	87

TÍTULO IV – 3º ANO DE FORMAÇÃO (CFO III).....	91
CAPÍTULO I – DAS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CFO III.....	91
CAPÍTULO II – DO PLANO DE DISCIPLINAS DO CFO III.....	92
ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO III	92
BASES DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR II.....	93
COMANDO, CHEFIA E LIDERANÇA II	95
CRIMINALÍSTICA	96
CRIMINOLOGIA APLICADA II.....	97
DEFESA PESSOAL III	98
DIREITO ADMINISTRATIVO II	99
DIREITO PENAL III	100
EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR III	101
ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS EM SEGURANÇA PÚBLICA.....	102
GERENCIAMENTO DE CRISE	103
GESTÃO DE MATERIAIS APLICADA	104
GESTÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS	106
GESTÃO DE PESSOAS APLICADA.....	107
GESTÃO DE PROJETOS APLICADA.....	109
INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA	110
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	111
LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL III.....	113
MEDICINA LEGAL.....	114
NORMAS DE CONDUTA SOCIAL.....	115
ORDEM UNIDA III	116
POLICIAMENTO MONTADO.....	117
PREVENÇÃO CRIMINAL.....	118

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	119
TRABALHO DE COMANDO	120
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	121



PLANO DE DISCIPLINAS

Considerações iniciais

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

PLANO BÁSICO DE DISCIPLINAS

TÍTULO I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I – DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

O Curso de Formação de Oficiais tem por finalidade fornecer as competências necessárias para o exercício de grande parte das funções de comando e chefia da Corporação, em nível de oficial subalterno ou intermediário, como decorrência do que estabelece a Lei Federal nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, já que o curso visa habilitar o oficial para acesso aos postos de Segundo-Tenente, Primeiro-Tenente e Capitão pertencentes ao Quadro de Oficiais Policiais-Militares (art. 38, § 1º, inc. I).

Assim, o Curso de Formação em questão visa preparar o discente para o exercício de funções substanciais e de gestão na estrutura da Administração, nas áreas administrativa ou operacional. E, por isso mesmo, congrega um conjunto extenso e variado de conhecimentos, os quais somados às habilidades e atitudes que se busca igualmente desenvolver no decorrer do curso, capacita-o a chefiar repartições administrativas, coordenar atividades, presidir processos, dirigir projetos, supervisionar atividades e pessoas, comandar frações de tropa e assessorar os escalões superiores no exercício de suas atribuições. Sob estes fundamentos é que se justifica um curso que possui três anos de duração, abrangendo mais de noventa componentes curriculares, quando se consideram as práticas profissionais e as atividades de extensão; em regime de período integral, e mais de quatro horas de aulas.

É claro que a configuração atual do curso busca, acima de tudo, atender o anseio social de uma qualificação profissional consistente, alicerçada nos valores democráticos e capaz de assegurar a prestação de um serviço público de alto nível à sociedade, tendo em vista a missão constitucional que lhe foi atribuída. Paralelamente, busca-se homenagear, em todas as ações inerentes ao curso, as crenças e valores policiais-militares que garantem a identidade e cultura institucionais, dentre eles os que se afiguram mais caros à instituição: hierarquia e disciplina.

Convém mencionar, por fim, que o Curso de Formação de Oficiais é constituído como curso da educação superior, devidamente autorizado pelo Ministério da Educação, e sujeito à totalidade da legislação federal de ensino, além das normas internas. Por essa razão, parte da carga horária total do curso se destina ao exercício de atividades extensionistas, por meio das quais se busca

estabelecer aproximação dos discentes com a realidade social e com a comunidade que os cercam, o que se mostra totalmente alinhado à ideia, sempre recorrente ao longo da carreira, de uma instituição que trabalha incessantemente em prol da sociedade e defendendo os seus valores mais caros.

CAPÍTULO II – DO PLANO BÁSICO DE DISCIPLINAS

A proposta de um Plano Básico de Disciplinas (PLADIS-BÁSICO) surge em meio a inúmeras concepções sobre formação e treinamento do discente para a execução das atividades inerentes aos cargos de oficial policial-militar. Busca-se, portanto, estabelecer uniformidade e constância nas abordagens docentes nas diversas disciplinas que compõem o curso, ao passo que procura fornecer os elementos que constituem o próprio cerne do componente curricular alinhado aos objetivos educacionais.

Não obstante as pretensões evidentes da instituição do presente PLADIS, fincadas no interesse público, é de se reconhecer que há definições administrativas que ainda não de ser tomadas de modo complementar, motivo pelo qual este documento é denominado apenas como PLADIS-BÁSICO. Na inexistência de norma supletiva, é de se entender que se encontra incluído na competência do estabelecimento de ensino, encarregado pelo Curso, a definição dos objetivos específicos e da metodologia de ensino a ser obedecida pelo docente enquanto preside as sessões de aula ou instrução. Adicionalmente, deverão ser igualmente definidas as competências decorrentes de cada uma das disciplinas em função dos elementos do conteúdo programático fornecido.

É de se registrar que o presente Plano de Disciplinas contou com a colaboração de inúmeros oficiais da Corporação, das mais diversas áreas e segundo o seu nível de experiência ou grau de especialização. Certamente, foram movidos pelo senso de comprometimento com a Instituição e, em especial, com a educação na PMDF, na compreensão de que o “homem não é nada além daquilo que a educação faz dele” (Immanuel Kant). Ademais, foram também utilizados como referenciais documentos dos cursos de mesma natureza de outras Corporações Policiais-Militares, dentre as quais se destacam: Polícia Militar de Minas Gerais, Polícia Militar do Estado de São Paulo, Polícia Militar do Estado de Goiás e Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Neste contexto, apresenta-se o presente Plano Básico de Disciplinas do Curso de Formação de Oficiais da PMDF, antecedido pela correspondente matriz curricular, sempre na esperança de que, aprimorando os processos educacionais da instituição, é possível, como já dizia Mahatma

Gandhi, “pôr a descoberto o melhor de uma pessoa” e, conseqüentemente, o melhor da nossa briosa Corporação.

CAPÍTULO III – DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

CFO I (1º ANO)

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Nº	DISCIPLINA / COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (em horas)
Ciências Policiais	1	Introdução às Ciências Policiais	40
Direito	2	Constituição, Estado e Segurança Pública	40
	3	Direito Penal I	50
	4	Direito Penal Militar	40
	5	Direito Processual Penal	45
	6	Direitos Humanos	35
	7	Legislação Especial	45
	8	Legislação Institucional I	50
	9	Tópicos de Propedêutica Jurídica	30
Gestão	10	Gestão de Orçamento e Finanças	40
	11	Administração Pública	40
Polícia Ostensiva	12	Abordagem Policial	50
	13	Armamento, Munição e Tiro I	75
	14	Comunicação Operacional	30
	15	Criminologia Aplicada I	30
	16	Defesa Pessoal I	80
	17	Doutrina de Policiamento Ostensivo	20
	18	Geografia Regional	25
	19	Prevenção à Violência Doméstica	25
	20	Policiamento de Trânsito I	45
	21	Termo Circunstanciado de Ocorrência	25
	22	Uso da Força e Técnicas e Tecnologias Menos Letais	30
Práxis Militar	23	Educação Física Militar I	80
	24	Ordem Unida I	40
	25	Valores e Ética Policiais Militares	30

Suplementar	26	Bases do Atendimento Pré-Hospitalar I	30
	27	Fundamentos Históricos da PMDF	30
	28	Português Instrumental	30
Transdisciplinar	29	Atividades Complementares	30
	30	Atividades de Extensão	140
	31	Prática Profissional	120
TOTAL DO 1º ANO			1420

CFO II (2º ANO)

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Nº	DISCIPLINA / COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (em horas)
Direito	1	Direito Administrativo I	40
	2	Direito Civil	30
	3	Direito Penal II	50
	4	Direito Processual Penal Militar	30
	5	Legislação Institucional II	50
	6	Processo Administrativo Disciplinar	60
Gestão	7	Análise Criminal	40
	8	Aquisições Corporativas	50
	9	Comunicação Organizacional	45
	10	Gestão Documental	25
	11	Gestão por Resultados	45
	12	Planejamento Estratégico	35
Polícia Ostensiva	13	Armamento, Munição e Tiro II	85
	14	Defesa Pessoal II	80
	15	Mediação e Resolução de Conflitos	20
	16	Polícia Comunitária	40
	17	Policciamento Ambiental	40
	18	Policciamento Ostensivo de Controle de Massas	50
	19	Políticas de Segurança Pública	25
	20	Policciamento de Trânsito II	30
Práxis Militar	21	Comando, Chefia e Liderança I	25
	22	Educação Física Militar II	80
	23	Ordem Unida II	25

Suplementar	24	Estatística Aplicada	35
	25	Instrução Bombeiro Militar	20
	26	Libras aplicada à atividade Policial Militar	15
	27	Métodos e Técnicas de Ensino	25
	28	Oratória	30
	29	Trabalho de Conclusão de Curso I	30
Transdisciplinar	30	Atividades Complementares	30
	31	Atividades de Extensão	140
	32	Prática Profissional	120
TOTAL DO 2º ANO			1445

CFO III (3º ANO)

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Nº	DISCIPLINA / COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (em horas)
Direito	1	Direito Administrativo II	30
	2	Direito Penal III	45
	3	Legislação Institucional III	30
Gestão	4	Gestão de Materiais Aplicada	40
	5	Gestão de Operações Policiais	40
	6	Gestão de Pessoas Aplicada	45
	7	Gestão de Projetos Aplicada	30
	8	Tecnologia da Informação e da Comunicação	30
Polícia Ostensiva	9	Armamento, Munição e Tiro III	110
	10	Criminologia Aplicada II	30
	11	Defesa Pessoal III	90
	12	Estratégias Contemporâneas em Segurança Pública	30
	13	Gerenciamento de Crises	25
	14	Inteligência de Segurança Pública	40
	15	Policciamento Montado	45
	16	Prevenção Criminal	30
Práxis Militar	17	Comando, Chefia e Liderança II	30
	18	Educação Física Militar III	80
	19	Ordem Unida III	35
	20	Trabalho de Comando	30

Plano Básico de Disciplinas CFO

Suplementar	21	Bases do Atendimento Pré-Hospitalar II	30
	22	Criminalística	35
	23	Investigação Criminal	30
	24	Medicina Legal	25
	25	Normas de Conduta Social	25
	26	Trabalho de Conclusão de Curso II	30
Transdisciplinar	27	Atividades Complementares	20
	28	Atividades de Extensão	140
	29	Prática Profissional	120
TOTAL DO 3º ANO			1320

TOTAL DA CARGA HORÁRIA
4185



1º ano - CFO I

Plano de Disciplinas

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

PLANO BÁSICO DE DISCIPLINAS

TÍTULO II – 1º ANO DE FORMAÇÃO (CFO I)

CAPÍTULO I – DAS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CFO I

No 1º ano de formação, procura-se não somente estabelecer a imersão adequada do discente na cultura militar e institucional, mas também enfatizar a assimilação, a partir de práticas e procedimentos definidos, dos valores policiais-militares, bem como viabilizar a capacitação básica necessária para a execução de policiamento ostensivo, ainda que em funções não exclusivas de oficial, o que se revela uma etapa na aquisição de maturidade profissional para o exercício das atribuições próprias do oficialato.

Seguem listadas abaixo as disciplinas que compõem o 1º ano de formação do CFO:

- 1 ABORDAGEM POLICIAL
- 2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 3 ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO I
- 4 BASES DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR I
- 5 COMUNICAÇÃO OPERACIONAL
- 6 CONSTITUIÇÃO, ESTADO E SEGURANÇA PÚBLICA
- 7 CRIMINOLOGIA APLICADA I
- 8 DEFESA PESSOAL I
- 9 DIREITO PENAL APLICADO I
- 10 DIREITO PENAL MILITAR
- 11 DIREITO PROCESSUAL PENAL APLICADO
- 12 DIREITOS HUMANOS
- 13 DOCTRINA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO
- 14 EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR
- 15 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA PMDF
- 16 GEOGRAFIA REGIONAL
- 17 GESTÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
- 18 INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS POLICIAIS
- 19 LEGISLAÇÃO ESPECIAL
- 20 LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL I
- 21 ORDEM UNIDA I
- 22 POLICIAMENTO DE TRÂNSITO I
- 23 PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

- 24 PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
- 25 TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA
- 26 TÓPICOS DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
- 27 USO DA FORÇA E TÊC E TECNOLOGIAS MENOS LETAIS
- 28 VALORES POLICIAIS MILITARES E ÉTICA PROFISSIONAL I

CAPÍTULO II – DO PLANO DE DISCIPLINA DO CFO I

ABORDAGEM POLICIAL

Carga Horária: 50 horas-aulas

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Doutrina de Policiamento Ostensivo.
- Policiamento de Trânsito I e II.

Temáticas de tratamento transversal:

- Direitos humanos.
- Diversidade de pessoas e cultural.
- Ética.
- Uso diferenciado da força.

EMENTA:

Aspectos gerais sobre abordagem policial: princípios; finalidades; fases; atitude suspeita; níveis de abordagem; uso diferenciado da força e fundamentos técnicos. Equipes motorizadas. Procedimentos: abordagens a grupos específicos; técnicas (imobilização, contenção e algemação). Abordagem a transeuntes e veículos. Progressão policial e varredura.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar técnicas e métodos relacionados a abordagens policiais a indivíduos e coisas, de modo a manter a integridade do policial e sempre com respeito aos direitos humanos e à ética profissional.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos Gerais:

1. Princípios da abordagem: segurança; surpresa; rapidez; ação vigorosa; unidade de comando; simplicidade.
2. Finalidades da abordagem pessoal.
3. Fases da abordagem e busca pessoal: planejamento; execução; conclusão.
4. Comportamentos de indivíduos em atitude suspeita: cooperativo; resistente; agressivo.
5. Níveis de abordagem: níveis; abordagem
6. Uso diferenciado da força e a abordagem policial.
7. Fundamentos técnicos e táticos: posições; cenários; visão; mão; saque; empunhadura; silhueta; caminhada; controle da arma.

Unidade II - Equipes Motorizadas:

1. Funções dentro da viatura: comandante; motorista; segurança; homem-busca.
2. Acúmulo de funções.
3. Abordagem com apoio de outra viatura.

Unidade III - Procedimentos:

1. Abordagem e busca a grupos específicos: pessoas com deficiência; crianças; adolescentes; idosos; e com respeito à diversidade de gênero.
2. Técnicas de imobilização e busca pessoal: exercícios práticos.
3. Técnica de contenção para busca pessoal: exercícios práticos.
4. Técnicas de algemamento: exercícios práticos; técnicas gerais e técnicas excepcionais; condução; retirada.

Unidade IV - Tipos de abordagem:

1. Transeuntes do lado direito: exercícios práticos.
2. Transeuntes do lado esquerdo: exercícios práticos.
3. Abordagem e vistoria: a veículos de passeio; a motocicletas; a veículos tipo vans; a ônibus; a caminhões (exercícios práticos).
4. Abordagens a surdos.

Unidade V - Progressão policial e varredura:

1. Varredura:
 - a. Pontos críticos;
 - b. Fundamentos técnicos e táticos: barricada; lanços; abrigo; cobertura; varredura; angulação; fatiamento; *quick peek*; espelho.
2. Procedimentos: entrada; mudança de deslocamento; segurança e proteção (exercícios práticos).
3. Abordagem a estabelecimentos comerciais.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Instrução Normativa nº 19, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre a aplicação das Instruções Gerais de Abordagem Policial Militar (PMDP - DEC/IG02/2020).

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria n. 801, de 15 de agosto de 2012. Adota as Diretrizes estabelecidas no Anexo I da Portaria Interministerial nº 4226, de 31 de dezembro de 2010, que trata a respeito do Uso da Força.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559773060. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773060/>.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carga Horária: 40 horas-aulas

Requisito do docente: ser qualificado na área de Administração (Pública).

Mantém interdisciplinaridade com:

- Gestão de Orçamento e Finanças.
- Gestão de Materiais Aplicada.
- Gestão por Resultados.
- Aquisições Corporativas.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.

EMENTA:

Aspectos introdutórios: papel do Estado; governo; administração pública; burocracia; cultura; *middle-range theory*; governabilidade; governança e *accountability*. Modelos de administração pública. Planejamento e organização da administração pública. Qualidade no Setor Público.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar aspectos e conceitos relacionados à Administração Pública, procurando estabelecer não somente os parâmetros gerais de atuação, mas também o papel que a Corporação e seus integrantes possuem na prestação de serviços públicos de qualidade.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos introdutórios:

1. Papel do Estado no mundo contemporâneo: demandas sociais.
2. Governo, Administração Pública e sociedade civil: conceituação dos termos; inter-relação.
3. Burocracia, cultura organizacional e reforma na Administração Pública.
4. A Administração Pública moderna: middle-range theory; conceitos de eficiência, eficácia e efetividade; governo empreendedor.
5. O processo de modernização da Administração Pública.
6. Governabilidade, governança e *accountability*: conceitos, abrangência, elementos e importância.

Unidade II - Modelos de Administração Pública:

1. Modelos principais:
 - a. Administração Pública patrimonialista: noção e características.
 - b. Administração Pública burocrática: noção; características.
 - c. Administração Pública gerencial: noção; características.
2. Transição do modelo burocrático para o gerencial: o gerencialismo no processo de reforma do Estado; redefinição do papel do Estado; diferenças para o modelo burocrático; controle por resultados; críticas.
3. Gestão pública democrático-participativa: noção; características.

Unidade III - Planejamento e organização:

1. Planejamento governamental: tradicional, estratégico, situacional e participativo; níveis de planejamento.
2. Estado versus governo: distinções básicas; funções de Estado, funções de Governo e políticas de Governo.
3. Departamentalização: funcional; por programas, produtos ou serviços; matricial.

Unidade IV - Qualidade no Setor Público:

1. A qualidade na Administração Pública: concepção; especificidades da natureza da atividade pública.
2. As principais ferramentas da qualidade.
3. Indicadores de desempenho: visibilidade, controle, requisitos.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

AMBROZEWICZ, Paulo Henrique L. Gestão da Qualidade na Administração Pública: Histórico, PBQP, Conceitos, Indicadores, Estratégia, Implantação e Auditoria. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. ISBN 9788597000061. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000061/>.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. ISBN 9788597016093. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016093/>.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2020. E-book. ISBN 9788597024753. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024753/>.

ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO I

Carga Horária: 75 horas-aulas

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Armamento, Munição e Tiro I e III.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Aspectos gerais: história das armas; segurança; equipamentos de proteção individual; uso diferenciado da força. Pistolas, balística e munição. Mentalidade de alerta e níveis de alerta. Fundamentos de tiro e de manutenção. Habilitação ao uso de armamento.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar aspectos e técnicas relacionadas ao tiro policial fundamentado nas normas de segurança e no limite da autoridade, possibilitando também o conhecimento do manejo, da limpeza e manutenção das armas utilizadas pela Corporação, além de habilitar ao uso de armamento de dotação institucional.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos gerais:

1. História das armas: conceito, origem, evolução, histórico das armas de fogo, classificação e tipos de armas de fogo.
2. Segurança com armas: regras de segurança que envolvam a guarda, porte e uso de arma de fogo.
3. Equipamentos de proteção individual: qualidades mínimas exigidas e padrões de segurança de equipamentos.
4. Premissas do uso diferenciado da força aplicadas à utilização de armas de fogo (abordagem geral).

Unidade II - Pistolas, balística e munição:

1. Pistola de dotação: conceito e diferença entre outras armas; classificação; componentes; nomenclatura das peças envolvidas na desmontagem e montagem em primeiro escalão; dispositivos de segurança; manejo e funcionamento.
2. Balística: conceito; diferença entre balística interior, exterior e terminal; alcance; poder de parada e comportamento das munições.
3. Munição: componentes do cartucho; estojo, espoleta pólvora, carga de projeção e projétil; classificação das munições e calibres.

Unidade III - Mentalidade e Níveis de Alerta:

1. Mentalidade de Alerta: técnicas de sobrevivência policial; confrontos armados: dados relevantes.
2. Níveis de alerta e comportamento em confrontos armados: uso correto da cobertura e abrigo.

Unidade IV - Fundamentos do tiro e de manutenção.

1. Fundamentos do tiro: fundamentos de emprego da arma de fogo: quadro de análise e suas correções.
2. Desmontagem/montagem: nomenclatura e limpeza das armas de porte e portáteis de dotação da PMDF.
3. Oficina Prática: pista de combate em deslocamento tático; progressivo e regressivo; solução de panes; posições; cobertas e abrigos; recargas.
4. Tiro Policial Básico: habilitação para o uso de armamentos (Pistola de dotação da Corporação e de um armamento portátil a definir).

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha. Tiro das Armas Portáteis 1ª Parte Fuzil (C 23-1), 2004. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/431>.

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha. Tiro das Armas Portáteis 2ª Parte Pistola (C 23-1), 2010. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/427/5/C-23-1-2parte-final.pdf>.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Instrução Normativa nº 23, de 25 de junho de 2020. Dispõe sobre a aplicação das Instruções Gerais para Tiro Policial Militar (PMDF-DEC/IG-03/2020).

BASES DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR I

Carga Horária: 30 horas-aulas

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial militar, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Bases do Atendimento Pré-Hospitalar II.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Conhecimentos básicos de anatomia, fisiologia e condução de situações de urgência e emergência pré-hospitalares mais frequentemente observadas pelo policial militar. Simulações e treinamentos em geral.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer procedimentos e desenvolver habilidades de atendimento pré-hospitalar, visando assegurar nível adequado de conhecimento na área a fim de viabilizar, em circunstâncias excepcionais, atendimento emergencial simples ou o suporte da vida até a intervenção de especialista.

CONTEÚDO CURRICULAR:**Unidade I - Abordagem Preliminar:**

1. Apresentação do Curso e Histórico do APH.
2. Conceito e História do APH em Atividades Táticas e Militares.
3. Definição de TCCC (*Tactical Combat Casualty Care*) e TECC (*Tactical Emergency Casualty Care*).

Unidade II - Noções de Biomecânica e Cinemática do Trauma Convencional e Tática

1. Ferimentos por arma de fogo: baixa e alta velocidade.
2. Ferimentos por Explosões e atentados com explosivos.
3. Ferimentos por produtos químicos e radioativos.

Unidade III - Noções elementares de anatomia e fisiologia aplicadas às urgências

1. Emergências em medicina tática.
2. Sinais vitais.
3. Definição de trauma e emergências clínicas.
4. Avaliação de cena e atendimento.

Unidade IV - Introdução ao APH Tático:

1. Algoritmo de atendimento em APH Tático.
2. Uso de EPIs Universais.
3. Mecanismos de contaminação.
4. Abordagem ao traumatizado.
5. Vítimas inconscientes.
6. Vítimas conscientes.

Unidade V - Noções de Emergências:

1. Emergências clínicas.
2. Suporte básico de vida – SBV/BLS.
3. Obstrução das vias aéreas.
4. Parada cardiorrespiratória – RCP Básica e Avançada.
5. Uso do Desfibrilador Externo Automático – DEA.

Unidade VI - Acidentes com animais peçonhentos e envenenamentos:

1. Definição.
2. Generalidades.
3. Condutas.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

SOUSA, Lucila Medeiros Minichelo de. Suporte básico à Vida. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536530604. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536530604/>
BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida. Brasília: Ministério da Saúde. 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf.
National Association of Emergency Medical T. AMLS: atendimento pré-hospitalar às emergências clínicas. Advanced Medical Life Support. Porto Alegre: Artmed, 2022. E-book. ISBN 9786558820512. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558820512/>.

COMUNICAÇÃO OPERACIONAL

Carga Horária: 30 horas-aulas

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Gestão de Materiais Aplicada.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Comunicações na Corporação. Histórico. Os meios de comunicação institucionais. Comunicação via rádio. Exploração da via rádio. Diretrizes gerais. Treinamento prático no uso dos equipamentos transceptores.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar aspectos técnicos e de procedimento relacionados ao funcionamento dos equipamentos transceptores utilizados na Corporação, de modo a permitir a comunicação em atividades de polícia ostensiva e de manutenção da ordem pública.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade Única - Comunicações na PM:

1. Histórico das Comunicações.
2. Os meios de Comunicações na PMDF.
3. Comunicação via Rádio.
4. Exploração da Rede Rádio.
5. Diretrizes Gerais para Exploração das Comunicações via Rádio.
6. Treinamento prático no uso dos equipamentos transceptores.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4117Compilada.htm. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado Maior. Manual de Campanha. Emprego das comunicações (C 11-1), 1997. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/386>. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado Maior. Manual de Campanha. Exploração em Radiotelefonia (C 24-9), 2004. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/375/1/C-24-9.pdf>.

CONSTITUIÇÃO, ESTADO E SEGURANÇA PÚBLICA

Carga Horária: 40 horas-aulas

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Administração Pública.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.
- Direitos Humanos.
- Diversidade de pessoas.

EMENTA:

Funções do Estado e Constitucionalização das Polícias Militares. Fundamentos Constitucionais e legais da Segurança Pública e Polícia Militar no contexto nacional. Fundamentos Constitucionais e legais da Segurança Pública e Polícia Militar no contexto do GDF. Sistema constitucional de Crises e Garantia da Lei e da Ordem. Direitos e Garantias Fundamentais. Prestação de contas e controle externo. Cenários futuros da Segurança Pública na Constituição.

OBJETIVO GERAL:

Reconhecer as finalidades e os limites da atividade policial militar dentro do contexto constitucional brasileiro.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Direitos e Garantias Fundamentais:

1. Atividades de segurança pública frente aos direitos e garantias fundamentais: características dos direitos e garantias fundamentais; direitos fundamentais (vida, legalidade, liberdade, segurança, intimidade e privacidade, locomoção reunião, associação, propriedade).
2. Direitos sociais: greve e segurança pública; manifestações e eventos no Distrito Federal.

Unidade II - Processo legislativo na Constituição:

1. Espécies normativas: emendas constitucionais, lei complementar e ordinária, lei delegada, medidas provisórias.
2. Processo legislativo específico.

Unidade III - Funções do Estado e Constitucionalização das Polícias Militares:

1. Funções do Estado e Constitucionalização das Polícias Militares: funções do Estado; polícia e segurança pública como funções do Estado.
2. Relações entre Estado, Democracia e Constituição.

Unidade IV - Segurança Pública e Polícia Militar no contexto nacional:

1. Segurança Pública na Constituição: elementos e regulamentação infraconstitucional;
2. Regulamentação geral da PF, PCDF, Polícias Militares e Guardas Municipais;
3. Força Nacional de Segurança Pública.
4. Ações de natureza constitucional em face do art. 144 da CRFB.
5. Parecer GM-25, de 29/07/2001, da Advocacia Geral da União.
6. Disposições gerais sobre militares estaduais na Constituição.

Unidade V - Segurança Pública e Polícia Militar no contexto do Distrito Federal:

1. Segurança Pública na Lei Orgânica do Distrito Federal.
2. Segurança pública e órgãos conexos no Distrito Federal.
3. Fundo constitucional e as forças de segurança no DF

Unidade VI - Sistema constitucional de Crises e Garantia da Lei e da Ordem:

1. Intervenção Federal, Estado de Defesa e Estado de Sítio.
2. Forças Armadas: garantia da lei e da ordem; convocação; mobilização das polícias militares.

Unidade VII - Cenários legislativos futuros da Segurança Pública:

1. Questões que estejam em discussão no Congresso Nacional sobre as polícias militares e a Segurança Pública, a exemplo da previdência, do ciclo completo de polícia e questões afetas ao sistema prisional.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

MACHADO, Costa; FERRAZ, Anna Candida da C. Constituição Federal interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. São Paulo: Editora Manole, 2022. E-book. ISBN 9786555766554. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555766554/>.

MARTINS, Leonardo. Liberdade e Estado Constitucional: leitura jurídico-dogmática de uma complexa relação a partir da teoria liberal dos direitos fundamentais. São Paulo: Atlas, 2012. E-book. ISBN 9788522481163. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522481163/>.

NOVELINO, Marcelo. Manual de Direito Constitucional. Volume Único, 9ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Ebook. ISBN 978-85-309-5496-3. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5496-3/>.

CRIMINOLOGIA APLICADA I

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Criminologia Aplicada II.
- Prevenção Criminal.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Origens da ciência criminológica. Teorias biológicas e psicológicas sobre o crime. Escola de Chicago e o impacto nos estudos sobre o crime. Ecologia Criminal. Teoria da Desorganização social. Modelos Sistêmicos do Crime. Teoria da Eficácia Coletiva. Teoria da Associação Diferencial. Teoria da Rotulação. Teorias do Desvio e da Anomia. Policiamento baseado em evidências.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e compreender as principais teorias criminológicas, suas características e impactos no campo de estudo da Criminologia de forma aplicada à realidade policial no Brasil e no mundo.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade Única - Concepções teóricas em Criminologia:

1. Escola Clássica, o positivismo e a sociologia criminal.
2. Teorias Biológicas do Crime.
3. Teorias Psicológicas do Crime.
4. Escola de Chicago.
5. Teorias do Controle.
6. Desorganização Social.
7. Modelos Sistêmicos do Crime.
8. Eficácia Coletiva.
9. Prevenção situacional do crime.
10. Teoria das Janelas Quebradas

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

GONZAGA, Christiano. Manual de Criminologia. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553625891. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865555/>.

LAURITSEN, Janet L. How Families and Communities Influence Youth Victimization.

Juvenile Justice Bulletin, Washington, DC, November 2003. Disponível em:

<https://www.ojp.gov/pdffiles1/ojjdp/201629.pdf>.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio.; PENTEADO, Nestor S. Manual Esquemático de

Criminologia. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786555595291. Disponível

em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626829/>.

DEFESA PESSOAL I

Carga Horária: 80 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na arte marcial Judô, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Abordagem Policial;
- Defesa Pessoal II e III.

Temáticas de tratamento transversal:

- Uso diferenciado da força.
- Direitos Humanos.

EMENTA:

Aspectos gerais sobre Defesa Pessoal Policial Militar: técnicas (proposta geral das disciplinas na área), importância do treinamento contínuo, hipóteses gerais de emprego, vedação de excesso. Fundamentos de defesa pessoal: técnicas de queda, de rolamento e de base de arte marcial selecionada; técnicas de uso da tonfa; simulações e treinamentos.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar técnicas de defesa pessoal policial militar, por meio de treinamento prático, a partir da simulação de cenários próximos da realidade da atuação de polícia, visando a autopreservação e contenção individual de terceiros.

CONTEÚDO CURRICULAR:**Unidade I - Aspectos Gerais:**

1. Proposta geral das disciplinas de defesa pessoal do curso.
2. Importância do treinamento contínuo em defesa pessoal.
3. Hipóteses gerais de emprego da defesa pessoal na atividade policial.
4. Vedação de excesso.
5. Distância de segurança.

Unidade II - Técnicas de Arte Marcial (Judô):

1. Técnicas de queda, de rolamento e de base.
2. Esquivas de socos e chutes.

Unidade III - Uso do Bastão Tonfa:

1. Finalidade.
2. Técnicas de utilização:
 - a. Posições; guarda; distância; vantagens das técnicas.
 - b. Movimentos elementares: estocada curta (abordar também a invertida); cortes; defesa acima da cabeça; defesas tendo por base o plano sagital; defesa para baixo; defesas frontais (acima, abaixo e laterais)

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Instrução Normativa n. 11, de 28 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre a aplicação das Instruções Gerais para Treinamento de Defesa Pessoal Policial Militar (PMDF- DEC/IG-01/2020).

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Instrução Normativa n. 24, de 26 de junho de 2020. Dispõe sobre a aplicação das Instruções Gerais para Treinamento de Defesa Pessoal Policial Militar – Tonfa (PMDF- DEC/IG-04/2020).

FRANCHINI, Emerson. Judô: desempenho competitivo 2a ed.. São Paulo: Editora Manole, 2010. E-book. ISBN 9788520459638. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520459638/>.

DIREITO PENAL I

Carga Horária: 50 horas-aulas.

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Penal Aplicado II e III.
- Legislação Especial.
- Constituição, Estado e Segurança Pública.

Temáticas de tratamento transversal:

- Proteção de bens jurídicos.

EMENTA:

Fundamentos da Teoria Geral de Direito Penal. Constituição da conduta criminosa. Aspectos sobre a teoria do erro, imputabilidade e concurso. Aplicação da pena. Ação penal. Classificação dos crimes. Crimes em espécie selecionados da parte especial do Código Penal.

OBJETIVO GERAL:

Assimilar e reforçar conceitos da teoria geral do Direito Penal procurando estabelecer a conexão com a atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, bem como conhecer e analisar conceitos normativos, doutrinários e jurisprudenciais aplicáveis a alguns crimes selecionados do Código Penal que evidenciam maior recorrência na atividade de polícia ostensiva em âmbito local.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Fundamentos do Direito Penal:

1. Elementos da Teoria Geral de Direito Penal;
2. Tempo e lugar do crime;

Unidade II - Constituição da conduta criminosa:

1. Estrutura do crime: tipicidade (dolo e culpa); antijuridicidade; culpabilidade;
2. Excludentes: de ilicitude e de culpabilidade;
3. Relação de causalidade;
4. Relevância penal da omissão;
5. Consumação, tentativa e crime impossível.

Unidade III - Aspectos sobre teoria do erro, imputabilidade e concurso:

1. A teoria do erro e suas implicações na atividade de polícia.
2. Imputabilidade penal (abordagem geral)
3. Autoria e participação. Concurso de pessoas.

Unidade IV - Aplicação da pena:

1. Circunstâncias que influem na pena.
2. Atenuantes e agravantes.
3. Causas de aumento e de diminuição de pena.
4. Extinção da Punibilidade e sua repercussão na atuação de polícia ostensiva.

Unidade V - Ação Penal.

1. Tipos e repercussão na atuação de polícia ostensiva.

Unidade VI - Classificação dos crimes.

1. Crime material, formal e de mera conduta.
2. Crime de dano e de perigo.
3. Instantâneo e permanente.
4. Comissivo e omissivo.
5. As diferentes atuações de polícia ostensiva face à classificação do crime.

Unidade VII - Crimes em espécie selecionados do Código Penal

1. Dentre os crimes contra a pessoa: Homicídio e feminicídio. Lesões corporais. Rixa. Constrangimento ilegal. Crime de ameaça. Sequestro e cárcere privado. Violação de domicílio. Furto. Roubo. Extorsão.
2. Dentre os crimes contra a dignidade sexual: Estupro

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. Manual de direito penal: parte geral. São

Paulo: Editora Saraiva, 2022. Ebook. ISBN 9786555596199. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555596199/>.

GRECCO, Rogério Código Penal Comentado. São Paulo: Atlas, 2022. E-book.

ISBN 9786559770700. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770700/>.

RAIZMAN, Daniel A. Manual de Direito Penal: parte geral. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. ISBN

9788553611379. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611379/>.

DIREITO PENAL MILITAR

Carga Horária: 40 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Processual Penal Militar.
- Investigação Criminal.
- Criminalística.
- Medicina Legal.

Temáticas de tratamento transversal:

- Proteção de bens jurídico-militares

EMENTA:

Generalidades acerca do Direito Penal Militar: evolução e paralelo com outros ordenamentos jurídicos; bens jurídicos; relação com o Direito Penal e com infração disciplinar. Parte Geral do Código Penal Militar: crime militar e particularidades do Direito Penal Militar. Crimes em espécie selecionados e questões pontuais gerais.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar aspectos particulares e de base do Direito Penal Militar, de modo viabilizar a preservação adequada dos bens jurídico-militares, além de fornecer os fundamentos para o aprimoramento intelectual próprio e contínuo dos discentes.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Generalidades do Direito Penal Militar (DPM):

1. Evolução no Brasil e paralelo em outros ordenamentos jurídicos.
2. Bens jurídicos protegidos pelo DPM:
3. Relação com o Direito Penal.
4. Relação entre infração disciplinar e DPM.

Unidade II - Parte Geral do Código Penal Militar (CPM):

1. Conceito penal de militar (relevância na Justiça Militar local): alcance e particularidades (militar estadual em missão fora do Estado ou do País; militar aposentado; militar das Forças Armadas).
2. Crime militar: conceito; classificação; critérios.
3. Elementos não constitutivos do crime militar.
4. Questões pontuais do CPM: culpa no crime militar; erro de direito; estado de necessidade exculpante; obediência hierárquica; dever militar e coação irresistível.
5. Conceito de “Menor” e “Cabeça”.
6. Penas: abordagem geral sobre classificação e tipos.

Unidade III - Crimes em espécie selecionados:

1. Crimes contra a autoridade ou disciplina militar: abordagem geral com destaque para certas tipologias considerando a realidade institucional (motim, revolta, conspiração, aliciação, violência e desrespeito contra superior, recusa de obediência, dentre outros).
2. Crimes contra o serviço militar e o dever militar: abordagem geral com destaque para certas tipologias considerando a realidade institucional (deserção, omissão de oficial, abandono de posto, embriaguez, dentre outros).
3. Crimes contra a administração militar: abordagem geral com destaque para certas tipologias considerando a realidade institucional (desacato a superior, desacato a militar, desobediência, inobservância de lei, dentre outros).
4. Questões pontuais:
 - a. Confronto entre inovações legislativas do Código Penal comum e tipos penais do CPM: abordagem sobre repercussões da Lei n. 13491, de 13 de outubro de 2017.
 - b. Violência doméstica e configuração do crime militar.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR (Brasil). Manual de polícia judiciária militar. Brasília: MPM, 2019. Disponível em: <https://www.mpm.mp.br/manualdepoliciajudiciariamilitar/>.

NEVES, Cícero Robson C.; STREIFINGER, Marcelo. Manual de direito penal militar. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. Ebook. ISBN 9788502217263. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502217263/>.

GRECCO, Rogério Código Penal Comentado. São Paulo: Atlas, 2022. E-book.

ISBN 9786559770700. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770700/>.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Carga Horária: 45 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Penal I, II e III.

Temáticas de tratamento transversal:

- Proteção de bens jurídicos.

EMENTA:

Elementos básicos de Direito Processual Penal. Princípios de Processo Penal. Persecução pré-processual. Inquérito e Termo circunstanciado. Juizados especiais criminais. Revistas pessoais. Flagrante delito e conhecimento fortuito de crime. Imunidades e prerrogativas. Audiências de Custódia. Execução de atos de polícia judiciária pela Polícia Militar. Conjunto probatório de crime. O uso de algemas.

OBJETIVO GERAL:

Assimilar e reforçar competências necessárias para tratar e analisar, com a profundidade e habilidade requeridas, categorias jurídico-processuais relacionadas à atividade de polícia ostensiva, a partir de conceitos normativos e concepções teóricas e jurisprudenciais afetos à área.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Elementos de Direito Processual Penal:

1. Aspectos introdutórios: fundamentos; sistemas processuais; objeto.
2. Princípios Constitucionais de Processo Penal: jurisdicionalidade, acusatório, presunção de inocência (cotejo com a execução provisória de pena), contraditório e ampla defesa.

Unidade II - Persecução pré-processual:

1. Modelos de investigação preliminar.
2. Ciclo completo de polícia: concepção e cenários legislativos em tramitação.
3. Inquérito policial: concepção; peculiaridades; providências em local de crime (cotejo com jurisprudência e leis específicas, quando for o caso).
4. Juizados Especiais Criminais:
 - a. Crimes de menor potencial ofensivo: concepção e repercussão de aspectos legais interferentes na pena.
 - b. Transação penal e suspensão condicional do processo.
 - c. Aspectos do Processo Sumariíssimo.
 - d. Peculiaridades sobre Termo Circunstanciado de Ocorrência (cotejo com norma interna).

Unidade III - Prisão e Medida Cautelares:

1. Aspectos introdutórios sobre prisão cautelar: concepção; requisitos gerais; princípios específicos; tipos e peculiaridades.
2. Flagrante delito: 6.1 Espécies de flagrante descritos na lei processual; executor e sujeitos passivos da prisão; restrições legais; casos especiais de prisão enunciados pela doutrina; flagrante em crimes habituais e permanentes (cotejo com jurisprudência selecionada); auto de prisão em flagrante (aspectos gerais e prescrições interferentes na atividade de polícia ostensiva); Conhecimento fortuito de crime.
3. Aspectos sobre prisão preventiva e temporária.
4. Monitoramento eletrônico: aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais atinentes à atividade de polícia ostensiva.

Unidade IV - Imunidades e prerrogativas diplomáticas e parlamentares.

Unidade V - Revistas pessoais:

1. Revista de segurança.
2. Revista de investigação.
3. Intervenções corporais (inspeções íntimas).

Unidade VI - Busca domiciliar e apreensões:

1. Concepção, espécies e peculiaridades.
2. Descoberta casual.
3. Mandado de prisão.

Unidade VII - Audiência de custódia:

1. Previsão normativa e peculiaridades.
2. Índícios de desvio de conduta previstas no Protocolo da Resolução.

Unidade VIII - Execução de atos de polícia judiciária pela Polícia Militar:

1. Mandados de busca e interceptação telefônica (jurisprudência selecionada).

Unidade IX - Conjunto probatório das infrações penais:

1. Materialidade delitiva.
2. Provas ilícitas.
3. Busca em aparelho de telefonia no âmbito de flagrante delito.
4. Meios de obtenção de prova na investigação de crime organizado.

Unidade X - Aspectos legais sobre o uso de algemas.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

MOSSNI, Heráclito A. Comentários ao Código de Processo Penal: à Luz da Doutrina e da Jurisprudência. Barueri [SP]: Editora Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520444702. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444702/>.

NUCCI, Guilherme de S. Curso de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

E-book. ISBN 9788530993627. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646838/>.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. São Paulo: Atlas, 2023. E-book. ISBN 9786559773060. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773060/>.

DIREITOS HUMANOS

Carga Horária: 35 horas-aulas.

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Abordagem Policial.
- Polícia Comunitária.
- Legislação Especial.
- Prevenção à Violência Doméstica.

Temáticas de tratamento transversal:

- Diversidade de pessoas e cultural.

EMENTA:

Generalidades: direitos humanos e senso comum; dignidade da pessoa humana. Evolução e características dos Direitos Humanos. Instrumentos normativos de proteção dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e a atividade policial: transversalidade. Direitos Humanos e grupos em situação de vulnerabilidade social.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar conceitos e aspectos relacionados com a proteção dos direitos humanos, tomando consciência de sua importância e a necessidade de fortalecimento na atividade policial militar.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Generalidades:

1. Direitos humanos e o senso comum.
2. Dignidade da pessoa humana: conceitos.

Unidade II - Introdução aos Direitos Humanos:

1. Noções e dimensões.
2. Características: historicidade; vedação de retrocesso; irrenunciabilidade; inexauribilidade; imprescritibilidade; relatividade.
3. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH): origem; análise dos artigos que tenham relação com a atividade de polícia ostensiva (realizar cotejo com a Constituição Federal).
4. Outros instrumentos de defesa dos Direitos Humanos: identificação; abordagem de artigos selecionados.

Unidade III - Atuação Policial e os Direitos Humanos:

1. A missão policial e o relacionamento com o indivíduo, o cidadão e a sociedade civil.
2. Garantia da lei e da ordem *versus* garantia de direitos fundamentais

3. Legitimidade da força em benefício da paz social.
4. Relatividade dos direitos e garantias fundamentais na ordem jurídica pátria.
5. Cumprimento do dever e o respeito aos direitos fundamentais: ponderação de valores.
6. Situações mais comuns envolvendo a atuação policial e considerados críticos por defensores dos Direitos Humanos (locomoção, reunião, domicílio, consciência ou crença, incolumidade física, constrangimento ilegal, tortura).
7. Evolução e categorias dos Direitos Humanos: direitos civis e políticos; econômicos, sociais e culturais; de solidariedade; igualdade e não discriminação.
8. Abordagens institucionais dos Direitos Humanos: educação; compreensão sobre minorias, grupos em situação de vulnerabilidade, vítimas de crimes e de abuso de poder; política interna de valorização do policial militar; relacionamento com outras instituições; etc.

Unidade IV - Aspectos pontuais em relação a minorias e grupos vulneráveis:

1. Diferenciar minorias de grupos em situação de vulnerabilidade social.
2. Especificidades da atuação policial: em relação às mulheres (abordagem geral); crianças e adolescentes, população LGBTQT; portadores de necessidades especiais; idoso; minorias étnicas, linguísticas e religiosas.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. 15ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. E-book. ISBN 9788502208537. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502208537/>.

MONTEIRO, Marco Antônio C. Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Direito Interno. 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. E-book. ISBN 9788502140448. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502140448/>.

PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. ISBN 9788553600298. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600298/>.

DOCTRINA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

Carga Horária: 20 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Processual Penal I
- Direito Administrativo I
- Constituição, Estado e Segurança Pública.
- Abordagem Policial.

Temáticas de tratamento transversal:

- Segurança e Ordem Pública.

EMENTA:

Ordem Pública: abordagem normativa. Verbalização e códigos. Policiamento Ostensivo Geral: conceitos; características; princípios; requisitos; formas de empenho. Variáveis do Policiamento. Conceitos Operacionais. Aspectos sobre a proteção do policial. Conceitos teóricos do policiamento ostensivo geral na Polícia Militar do Distrito Federal.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar os conceitos fundamentais do policiamento ostensivo geral.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Legislação Brasileira e da Ordem Pública:

1. Da preservação da ordem pública.
2. Da polícia ostensiva.

Unidade II – Verbalização:

1. Comunicação interpessoal: elementos e ruídos.
2. Verbalização policial.
3. Códigos utilizados.

Unidade III - Policiamento Ostensivo Geral (POG):

1. Conceitos fundamentais do POG: técnica; tática; caminhada tática; ação policial; ação social; operação policial; intensificação de policiamento; itinerário; roteiro de patrulhamento; posto policial; pontos base e demonstração; cartão programa; ocorrência; boletim; viaturas (tipos).
2. Das características do POG: identificação; ação pública; totalidade; dinâmica; legalidade; ação de presença.
3. Dos princípios do POG: universalidade; responsabilidade territorial; continuidade; aplicação; isenção; emprego lógico; antecipação; profundidade; unidade de comando.
4. Dos requisitos fundamentais do POG: conhecimento da missão e local; relações públicas; comportamento.
5. Das formas de empenho, intuítos e/ou objetivos do POG: averiguação; advertência; orientação; prisão; mandados; assistência; autuação.

Unidade IV - Variáveis do Policiamento Ostensivo Geral:

1. Desempenho do POG: atividade-meio; atividade-fim; atividade de linha e auxiliar.
2. Processos de POG: identificação dos processos e conceitos.
3. Modalidades do POG: identificação das modalidades e conceitos.
4. Tipos do POG: identificação dos tipos (geral e especializado, e subdivisões) e conceitos.
5. Circunstâncias do POG: ordinário; extraordinário; especial; sobreaviso; prontidão.
6. Lugar do POG: tipos de espaços físicos de atuação (urbano; rural; e ambiental); perímetro de segurança escolar.

Unidade V - Conceitos Operacionais do POG:

1. Conceitos técnicos.
2. Código de cores e alertas.
3. Níveis de uso progressivo da força.

Unidade VI - Proteção do Policial:

1. Equipamentos de proteção individual: indicação geral e posicionamento.
2. Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo: indicação de dotação.
3. Armamentos e Munições: indicação geral de dotação.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d88777.htm.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 02, de 25 de setembro de 1990. Aprova e autoriza a pôr em execução o Manual de Policiamento Ostensivo Geral (M-1-PM), 1990.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 802, de 15 de agosto de 2012. Regulamenta as Atividades e o Emprego Operacional dos Grupos de Policiamento Tático da Polícia Militar do Distrito Federal.

EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR I

Carga Horária: 80 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Educação Física Militar II e III.

Temáticas de tratamento transversal:

- Zelo pelo preparo físico.

EMENTA:

Conceituação dos princípios e prática dos métodos de desenvolvimento do treinamento físico militar, voltados ao desenvolvimento das valências físicas: força, velocidade, flexibilidade, resistência. Fundamentos teóricos de anatomia e nutrição humanas, benefícios e riscos ligados à promoção da saúde e ao desempenho do serviço policial militar.

OBJETIVO GERAL:

Compreender princípios e praticar métodos de treinamento físico militar, desenvolvendo, mantendo ou recuperando a aptidão física necessária para o desempenho das funções policiais militares, a partir de protocolos ligados ao aprimoramento de valências físicas por meio de métodos de preparação e sistemas de avaliação da condição física.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Avaliação inicial da condição física

1. Aplicação de testes antropométricos (constituição corporal, peso, altura, perímetros, pressão arterial e frequência cardíaca de repouso).
2. Mensuração das capacidades de resistência, força, velocidade e flexibilidade.

Unidade II - Abordagens teóricas:

1. Noções básicas de anatomia humana
2. Noções básicas de nutrição humana.
3. Fundamentos do Treinamento Físico-Militar (TFM):
 - a. Objetivos, filosofia e importância (áreas afetivas e cognitivas);
 - b. Princípios básicos;
 - c. Condições de execução do TFM (local, clima, etc.);
 - d. Controle de carga e controle fisiológico individual;
 - e. Fases do treinamento e exercícios associados.

Unidade III - Treinamento Físico-Militar:

1. Procedimentos comuns às sessões de TFM: contagem, tipos de contagem, cadência, movimentos).
2. Desenvolvimento e aprimoramento em geral das capacidades de resistência, força, velocidade e flexibilidade.
3. Desenvolvimento de treinamentos cardiopulmonar e neuromuscular.
4. Desenvolvimento de treinamento utilitário: pista de progressão policial-militar, ginástica com toros, circuito operacional.
5. Profilaxia das doenças ligadas à inatividade por meio do treinamento físico militar.
6. Prevenção de lesões ligadas ao treinamento físico militar, às atividades da vida diária e ao serviço policial militar.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha Treinamento Físico Militar (EB70-MC-10.375), 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9759>.

COMINETTI, Cristiane; COZZOLINO, Silvia Maria F. Bases bioquímicas e fisiológicas da nutrição: nas diferentes fases da vida, na saúde e na doença. São Paulo: Editora Manole, 2020. E-book. ISBN 9786555761764. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761764/>.

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Princípios de Anatomia e Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Ebook. ISBN 9788527728867. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527728867/>.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA PMDF

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Valores e Ética Policiais Militares.

Temáticas de tratamento transversal:

- Crenças e valores policiais-militares.

EMENTA:

Historiografia da PMDF e de algumas de unidades policiais. Participação da PMDF no contexto local.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer a história da PMDF, em especial a partir do advento da mudança para nova capital federal, bem como sua articulação governamental e participação social.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - A PMDF na fase anterior à inauguração de Brasília:

1. Contribuição da PMDF na organização Política e Social do Brasil.
2. A Polícia Militar na era Republicana.
3. A participação da PMDF nos Principais eventos históricos: 1898 a 1930 – 1930 a 1964.

Unidade II - A PMDF após inauguração de Brasília:

1. Transferência da PMDF para Brasília.
2. Primeiros recrutamentos.
3. Guarda Especial de Brasília.
4. Primeiras unidades.

Unidade III - A PMDF na contemporaneidade:

1. Unidades operacionais e unidades de missões especiais: antecedentes históricos e evolução.
2. Participação da PMDF em eventos históricos: 1964 a 1988 – 1988 aos dias atuais.
3. As influências *externa corporis* na organização e funcionamento da PMDF.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. Topol, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, jan./jul. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/DHMRHs7m6cVjgrpqYzN8NYh/?lang=pt>.

CASTRO, Alberto Júlio Pereira de. Uma etnografia da PMDF: história, identidade e alteridade idígena. 2019. 109 p. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais (Bacharel) - Universidade de Brasília, [S. l.], 2019.

Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27039/1/2019_AlbertoJulioPereiraDeCastro_tcc.pdf.

VASCONCELOS, Fernando de Medeiros. História Militar Policial: necessidade de uma abordagem historiográfica específica. 2018. 32 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em História Militar (Especialização) - Universidade do sul de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/11917>.

GEOGRAFIA REGIONAL

Carga Horária: 25 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Doutrina de Policiamento Ostensivo.

EMENTA:

As Regiões Administrativas do Distrito Federal. Aspectos demográficos do Distrito Federal. A estrutura social e cultural da população do Distrito Federal. Integração socioeconômica no Distrito Federal. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar conhecimentos sobre a geografia regional do Distrito Federal, de modo a favorecer nas atividades de gerenciamento de atividades de segurança pública em âmbito local.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Regiões Administrativas do Distrito Federal:

1. Concepção. Relação com o conceito de municipalidade (semelhanças e diferenças). Lista geral das regiões existentes.

Unidade II - Aspectos demográficos do Distrito Federal:

1. Evolução do crescimento populacional no Distrito Federal.
2. Distribuição demográfica por regiões: indicadores e abordagem geral.
3. Estrutura etária: indicadores e abordagem geral.

Unidade III - Estrutura social e cultural do Distrito Federal:

1. Dados sociais e de desenvolvimento humano: indicadores e abordagem geral.
2. Renda, educação e desigualdade: indicadores, abordagem geral e situação por região administrativa.
3. Atividades culturais: festas, costumes e folclore.

Unidade IV - Integração socioeconômica no Distrito Federal:

1. Relação entre desenvolvimento nacional, regional e do Distrito Federal.
2. Principais atividades econômicas e fontes de riquezas.
3. Integração entre indústria, estrutura urbana, rede de transportes e setor rural no Distrito Federal.
4. Distribuição dos postos de trabalho e fluxos de trabalhadores.

Unidade V - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE:

1. Amparo normativo, fundamentos, constituição e finalidades.
2. Indicadores gerais.
3. Dinâmica geral de funcionamento.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm.

DANTAS, Jhonatan dos S.; BERTOLLO, Mait; LÖBLER, Carlos A.; et al. Geografia Econômica. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. ISBN 9786581492540. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492540/>.

DISTRITO FEDERAL. Lei Distrital nº 6.269/2019, de 29 de janeiro de 2019. Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF em cumprimento ao art. 279 e ao art. 26 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/912a61dfc1134ffebbb691aa3e864673e/Lei_6269_29_01_2019.html.

GESTÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Carga Horária: 40 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Aquisições Corporativas.
- Gestão de Materiais Aplicada.
- Direito Administrativo II.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.

EMENTA:

Aspectos introdutórios: finanças públicas, orçamento público e planejamento orçamentário (leis orçamentárias). Orçamento Público: elementos; ação orçamentária; ciclo orçamentário; execução orçamentária. Ciclo Orçamentário na PMDF: especificidades. Captação de recursos públicos.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar conceitos e procedimentos relativos à gestão pública de orçamento, bem como das interações de suas atividades com os objetivos operacionais e estratégicos da Corporação.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos Introdutórios:

1. Finanças públicas: abordagem geral.
2. Conceito de orçamento público.
3. Responsabilidade fiscal: abordagem geral.

Unidade II - Orçamento Público:

1. Funções (alocativa, distributiva e estabilizadora), princípios e tipos.
2. A receita pública: noção, características, tipos (originárias e derivadas).
3. A despesa pública:
 - a. Classificação: institucional, funcional (função e subfunção), por programas e segundo a natureza;
 - b. Tipos de programas;
 - c. Categoria econômica; grupo de natureza da despesa; aplicação e elemento da despesa;
 - d. Esfera orçamentária (fiscal, seguridade social e orçamento de investimentos);
 - e. Programas temáticos e programas de gestão do Estado.
4. Ação orçamentária: atividades, projetos, operação especial.
5. Ciclo Orçamentário na esfera federal e distrital: prazos de apresentação, apreciação, votação e sanção.
6. Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
7. Execução orçamentária: crédito, dotação e recursos (distinção dos termos); unidades orçamentária, administrativa e gestora (diferenças); créditos adicionais (noção, importância, tipos), descentralização de crédito; alterações orçamentárias e seus prazos; estágios da despesa (empenho, liquidação, pagamento); restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.

Unidade III - Ciclo orçamentário na PMDF:

1. Fontes de financiamentos na PMDF.
2. Funcionamento e divisão de papéis.
3. Áreas temáticas de orçamento.
4. Coordenador Setorial de Orçamento e Unidade demandante.
5. Ordenador de despesa na PMDF.

Unidade IV - Captação de recursos:

1. Transferências voluntárias e a captação de recursos externos: abordagens iniciais.
2. Dinâmica: portal dos convênios (SICONV); Proposta/plano de trabalho; cadastramento; aprovação e celebração do convênio/contrato de repasse.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 1059, de 31 de agosto de 2017. Dispõe sobre normas para a atividade de Orçamento e Finanças e estabelece a função de Coordenador Setorial de Orçamento na Corporação.

FILHO, João Eudes B. Orçamento Aplicado ao Setor Público: Abordagem Simples e Objetiva, 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2014. E-book. ISBN 9788522479726. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522479726/>.

MARQUES, Euvaldo. Finanças Públicas: Administração Financeira e Orçamentária. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. Ebook. ISBN 9788502621916. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502621916/>.

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS POLICIAIS

Carga Horária: 40 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Trabalho de Conclusão de Curso II.
- Estratégias Contemporâneas de Segurança Pública.

EMENTA:

O cientificismo: ciência e suas características. Importância do método científico. Etapas para produção do conhecimento científico. Ciências Policiais: conceitos e fundamentos; relação com outras ciências e principais problemas que afetam à atividade de polícia.

OBJETIVO GERAL:

Reconhecer as Ciências Policiais como uma ciência autônoma com objeto e método próprio.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - O Cientificismo:

1. Conceito de ciência e as suas principais características.
2. A importância do método científico na construção do saber.
3. Etapas da produção do conhecimento científico.

Unidade II - Ciências Policiais:

1. Conceito, objeto, método e campo de estudo das Ciências Policiais.
2. A importância em se produzir ciência no seio das forças policiais.
3. Como produzir ciência policial.
4. Conceitos fundamentais inerentes às Ciências Policiais.
5. A relação das Ciências Policiais com outros ramos do conhecimento científico.
6. Os principais problemas que afetam a atividade policial.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

PEREIRA, Eliomar da Silva. Introdução às Ciências Policiais: A Polícia entre Ciência e Política. São Paulo: Almedina, 2019. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=4Q2vDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=ci%C3%A2ncias+policiais+&ots=mu1-mNX4S&sig=MGdCHMscmXRUDPN4ApdDAAHuNQE#v=onepage&q=ci%C3%A2ncias%20policiais&f=false>.

FILOCRE, Lincoln D. Direito Policial Moderno: Polícia de Segurança Pública no Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2017. E-book. ISBN 9788584933273. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933273/>.

COTTA, Francis Albert. Ciências policiais e tecnologias inovadoras na segurança cidadã. São Paulo: Paco e Littera, 2022. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=MUCHEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT18&dq=Introdu%C3%A7%C3%A3o+ci%C3%A2ncias+policiais+&ots=F4lynj2s5T&sig=W0oOH8gLaXnpc5oMw6cl__XxTwc#v=onepage&q=Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ci%C3%A2ncias%20policiais&f=false.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Carga Horária: 45 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Penal I.

Temáticas de tratamento transversal:

- Proteção de bens jurídicos.

EMENTA:

Leis especiais afetas à atividade policial: Lei das Contravenções Penais. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei dos crimes hediondos. Crimes de Tortura. Estatuto do Torcedor. Estatuto do Idoso. Estatuto do Desarmamento. Lei de repressão ao uso, à produção e ao tráfico ilícito de drogas. Abuso de Autoridade.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer elementos de leis especiais, extraindo-se aspectos penais e afins aplicáveis à atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Lei das Contravenções Penais

1. Tipos contravencionais: referentes à pessoa; referentes ao patrimônio; referentes à incolumidade pública; referentes à paz e à fé pública; relativas à organização do trabalho; relativas à polícia de costumes; referentes à Administração Pública.

Unidade II - Estatuto da Criança e do Adolescente

1. Aspectos introdutórios: conceitos e direitos legais específicos (vida, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar);
2. Dever de prevenção: concepção;
3. Medidas de Proteção: concepção; princípios; espécies.
4. Ato infracional: concepção; direitos e garantias individuais; medidas socioeducativas; atribuições do Conselho Tutelar quanto à aplicação de medidas; apuração de ato infracional atribuído a adolescente (peculiaridades relativas à polícia ostensiva);
5. Crimes descritos no Estatuto (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990), focados na atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

Unidade III - Lei dos crimes hediondos

1. Tipos penais considerados hediondos e sua repercussão.
2. Jurisprudência selecionada.

Unidade IV - Crimes de tortura

1. Tipos penais descritos na Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997.

Unidade V - Estatuto do Torcedor

1. Segurança do torcedor partícipe do evento esportivo: condições de acesso e permanência; responsabilidade pela segurança do evento e obrigações decorrentes da entidade com mando de jogo; deveres com relação à segurança da entidade responsável pela organização;
2. Crimes descritos na Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003.

Unidade VI - Estatuto do idoso

1. Aspectos introdutórios: garantia de prioridade; direitos fundamentais específicos (vida, liberdade, respeito, dignidade, saúde, transporte);
2. Medidas de proteção: concepção e tipos;
3. Crimes descritos na Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, focados na atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

Unidade VII - Estatuto do desarmamento

1. Porte de arma de fogo: porte funcional;
2. Crimes descritos na Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, focados na atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública;
3. Jurisprudência selecionada.

Unidade VIII - Lei de repressão ao uso, à produção e ao tráfico ilícito de drogas

1. Tratamento ao usuário ou dependente de drogas;
2. Crimes descritos na Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006;
3. Peculiaridades contidas na Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, acerca do procedimento penal (prisão em flagrante e investigação);
4. Jurisprudência selecionada.

Unidade IX - Abuso de autoridade

1. Aspectos introdutórios: sujeitos do crime; ação penal; sanções civis e administrativas;
2. Crimes descritos na Lei n. 13.869, de 5 de setembro de 2019, focados na atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

ANDREUCCI, Ricardo A. Legislação Penal Especial. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786555594645. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594645/>.

CAPEZ, Fernando. Legislação penal especial. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553620131. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620131/>.

GONÇALVES, Victor Eduardo R.; JÚNIOR, José Paulo B.; LENZA, Pedro. Esquematizado: Legislação Penal Especial. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553623286. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623286/>.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL I

Carga Horária: 50 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Legislação Institucional II e III.
- Valores e Ética Policiais Militares.

Temáticas de tratamento transversal:

- Crenças e valores policiais-militares.

EMENTA:

Organização geral das Polícias Militares do Brasil e respectivo regulamento. Organização Básica da PMDF. Regime disciplinar. Serviços Gerais.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer, compreender, analisar e aplicar legislação de organização e funcionamento básica da Polícia Militar do Distrito Federal.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Regime Jurídico Básico Polícias Militares

1. Norma geral sobre organização das Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos entes federativos: segurança interna; estrutura e organização das PM; pessoal; justiça e disciplina.
2. Regulamento Geral para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares: conceituação básica e prescrições gerais sobre estrutura e pessoal; cargos de natureza e interesse policial (cotejo com legislação federal de aplicação restrita ao DF);
3. Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal: estruturação básica; distribuição de competência e relações organizacionais;
4. Prescrições estatutárias elementares: serviço e carreira policial-militar; hierarquia e disciplina; precedência entre os militares (hierárquica e funcional).

Unidade II - Regulamento Disciplinar Aplicado aos Policiais Militares do DF:

1. Regramento aplicável: competência e peculiaridades.
2. Transgressões disciplinares: concepção e espécies.
3. Julgamento das transgressões: classificação e gradação.
4. Punições disciplinares: aplicação e execução.
5. Comportamento militar.
6. Recursos disciplinares.

7. Cancelamento de registro de punições.

Unidade III - Serviços Militares Gerais:

1. Aplicabilidade do Regulamento Interno de Serviços Gerais do Exército na PMDF;
2. Atribuições básicas previstas no Regulamento: comandante e subcomandante de unidade; estruturação de organização militar no Exército (seções); atribuições diretas de oficial (comunicação social, treinamento físico, comunicações); agentes de administração; funções atribuíveis às praças.
3. Serviços Gerais: boletim interno; trabalhos diários; alvorada e silêncio; instrução e faxinas; serviço interno (oficial-de-dia e seu auxiliar, adjunto, guarda do quartel e plantões)
4. Símbolos nacionais (e distritais) e canções militares.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0667.htm.

BRASIL. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d88777.htm.

BRASIL. Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre o Estatuto dos policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7289.htm.

ORDEM UNIDA I

Carga Horária: 40 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Ordem Unida II e III.

Temáticas de tratamento transversal:

- Crenças e valores policiais-militares.

EMENTA:

Disciplina militar e ordem unida. Treinamento teórico e prático de sinais de respeito e continência; comandos e instruções com e sem armamento. Aperfeiçoamento técnico-profissional e manutenção da disciplina militar.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e desenvolver os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para execução, comandamento, apresentação e deslocamentos em perfeita ordem, em todas as circunstâncias, operacionais ou administrativas, bem como aprimorar o espírito de liderança, exigido para a função de oficial policial militar.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade Única - Continência e Ordem Unida:

1. Continência e ordem unida: importância e relação.
2. Sinais de Respeito e da Continência, da Apresentação, da Continência da Tropa: abordagem selecionada do regulamento respectivo.
3. Termos Militares.
4. Comandos e Meios de Comando.
5. Instrução Individual sem arma.
6. Instrução Individual com Mosquetão 7,62 M968.
7. Instrução Coletiva: formações, formatura e deslocamentos.
8. Guarda Bandeira: movimentos com fuzil.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

PORTAL. Legislação: Portaria Normativa nº 660, de 19 de maio de 2009. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/211084-foruas-armadas-aprova-o-regulamento-de-continencias-honras-sinais-de-respeito-e-cerimonial-militar-das-foruas-armadas.html>.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 849, de 04 de abril de 2013 - Regulamento de Continências, Honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas. Ministério da Defesa. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/527634757/PORTARIA-NORMATIVA-N%C2%BA-849-MD-DE-4-DE-ABRIL-DE-2013- Imprensa-Nacional>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. Manual de Campanha Ordem Unida (EB70-MC10.308), 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5091>.

POLICIAMENTO DE TRÂNSITO I

Carga Horária: 45 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Policiamento de Trânsito II
- Abordagem Policial
- Direito Administrativo I
- Doutrina de Policiamento Ostensivo.
- Direito Penal I

Temáticas de tratamento transversal:

- Direitos Humanos.
- Ética e cidadania.
- Diversidade de pessoas.

EMENTA:

Técnicas de policiamento de trânsito: conceito e aspectos da polícia administrativa de trânsito; variáveis de trânsito; procedimentos; policiamento urbano e rodoviário; pontos de bloqueio; identificação veicular e documental; acidentes de trânsito. Aspectos legais relacionados à fiscalização de trânsito: sistema nacional; normas gerais de circulação e conduta. Crimes de Trânsito.

OBJETIVO GERAL:

Conhece e assimilar procedimentos relacionados à atuação da Polícia Militar no trânsito, seja no âmbito de modalidade específica de policiamento, seja na fiscalização administrativa, sempre com observância da lei e dos Direitos Humanos.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Técnicas de Policiamento de trânsito:

1. Conceito de policiamento de trânsito e aspectos da polícia administrativa de trânsito.
2. Variáveis do trânsito (ênfase naquelas em que a instituição atua).
3. Procedimentos do policial de trânsito: silvos de apito e gestos.
4. Policiamento de trânsito urbano e rodoviário: posto de controle e posto de fiscalização.
5. Pontos de bloqueio: tipos e formas de utilização.
6. Identificação veicular: aspectos gerais; número de identificação e placas.
7. Identificação documental: documentos específicos e sinais de adulteração.
8. Procedimentos em local de acidentes de trânsito: com e sem vítima; e autolesão.

Unidade II - Aspectos legais relacionados à fiscalização de trânsito:

1. Sistema Nacional de Trânsito: objetivos e composição.
2. Normas gerais de circulação e conduta previstas em lei: equipamentos de uso obrigatório; circulação geral; ultrapassagens; conversões, manobras e cruzamentos; preferências e prioridades; uso de luzes e buzina; velocidade; obstrução na via e imobilização no leito viário; estacionamentos e paradas; carga e descarga; veículos de tração animal e animais isolados ou em grupos na via; embarque e desembarque; regras quanto a motocicletas e bicicletas; uso do cinto de segurança; competições esportivas; transporte de crianças; vias internas de condomínios; condução por motoristas profissionais.
3. Vias abertas à circulação: classificação.
4. Velocidade permitida: indicações legais (máxima e mínima); caráter subsidiário da velocidade máxima.

Unidade III - Crimes de trânsito:

1. Abordagem geral sobre crimes de trânsito com previsão no Código Penal.
2. Aspectos dos seguintes crimes: evasão de local de acidente; embriaguez ao volante; violação de suspensão ou proibição do direito de dirigir; corrida de veículos não autorizada; inhabilitação; entregar direção a pessoa indevida; velocidade incompatível; inovação artificiosa no trânsito.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS

BRASIL. Resolução nº 925, de 28 de março de 2022. Aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), Volume I - Infrações de competência municipal, incluindo as concorrentes dos órgãos e entidades estaduais de trânsito, e rodoviários, e Volume II - Infrações de competência dos órgãos e entidades executivos estaduais de trânsito e rodoviários.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, Brasília: Presidência da República (Planalto), 23 set. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm.

MARCÃO, Renato. Crimes de Trânsito. São Paulo: Editora Saraiva. 2017. E-book. ISBN 9788547223991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547223991>.

PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Trabalho de Comando.

EMENTA:

Português instrumental para uso técnico-científico na instituição Polícia Militar. Correto uso da linguagem nos gêneros literários e técnicos postulados nos documentos institucionais ou de natureza científica.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer técnicas de redação oficial e científica.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Elementos Iniciais:

1. Noção de língua, texto, textualidade e processos de textualização;
2. O período e o parágrafo: problemas de coesão e coerência;
3. Conceito e exemplos de coesão;
4. Conceito e exemplos de coerência
5. Critérios de textualização: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade, informatividade;
6. Processos de compreensão: leitura e compreensão como trabalho social: os sentidos conotativo e denotativo.

Unidade II - Gêneros Textuais:

1. Introdução ao estudo dos macrogêneros textuais: dissertação, descrição e narração;
2. A produção de relatório, seminário, resumo e resenha
3. Critérios de correção: tipos de erro;
4. Senso crítico:
 - a. Argumentação: a pragmática da comunicação; a argumentação psicológica; criação e defesa de ideias; diferença entre leigos e cientistas.
 - b. Falácias: principais; o pensar logicamente.
5. Introdução à leitura e à interpretação de textos.

Unidade III - Redação Oficial da PMDF

1. Parâmetros técnicos e formais de elaboração dos principais documentos institucionais e sua adequação ao Sistema SEI.
2. Tipos e trabalhos científicos utilizados na PMDF: Resenha, artigo científico, monografia, dissertação, tese.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DEMAI, Fernanda M. Português Instrumental. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536517940. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517940/>.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 657, de 1º de abril de 2009. Dispõe sobre o Manual de Redação Oficial da Polícia Militar do Distrito Federal.

MARTINS, Dileta S.; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. ISBN 9788597020113. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020113/>.

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Carga Horária: 25 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Doutrina de Policiamento Ostensivo.
- Direitos Humanos.

- Polícia Comunitária.

Temáticas de tratamento transversal:

- Direitos Humanos.
- Diversidade de pessoas.

EMENTA:

Abordagens gerais: natureza do problema, ambiente de risco e ciclo de violência doméstica e familiar contra a mulher, contexto histórico e social da Lei nº 11.340, 07 de agosto de 2006. Aspectos legais: particularidades; atendimento pela autoridade policial e medidas protetivas. Atendimento policial pela PMDF.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar conhecimentos e práticas a respeito do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, sejam legais ou institucionais, de modo a viabilizar um atendimento policial eficiente e não-revitimizador.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Abordagens gerais:

1. Natureza do problema: jurídico, de saúde pública e humanitário.
2. O ambiente de risco e ciclo da violência doméstica e familiar contra a mulher.
3. Contexto histórico e social da Lei nº 11.340, 07 de agosto de 2006.

Unidade II - Aspectos legais:

1. Violência doméstica e familiar contra a mulher: conceito e formas de violência.
2. Medidas integradas de prevenção: noção e diretrizes.
3. Atendimento pela autoridade policial: hipóteses, procedimento e providências.
4. Juizados específicos e procedimentos: competência; ação penal; medidas protetivas (abordagem geral).

Unidade III - Atendimento Policial pela PMDF:

1. O Atendimento Policial não-revitimizador.
2. Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID/PMDF).
 - a. Enquadramento teórico, eixos orientadores.
 - b. Coordenação geral e coordenação setorial.
 - c. Dinâmica: inclusão no programa, equipes de atendimento, visitas, registros.
 - d. Encaminhamento das situações de violência doméstica e familiar contra a mulher.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Vide Lei nº 14.149, de 2021 Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República (Planalto), 7 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm .

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 985, de 17 de novembro de 2015. Regulamenta no âmbito da Corporação o Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar.

MUSZKAT, Malvina; MUSZKAT, Susana. Violência familiar: Série O Que Fazer? São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. ISBN 9788521210818. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521210818/>.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA

Carga Horária: 25 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Processual Penal.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Abordagem preliminar: conceito de termo circunstanciado; autoridade policial; infração penal e ações penais; importância; benefícios sociais; ciclo completo de polícia. Lavratura do Termo Circunstanciado (dinâmica e requisitos) e oficina de treinamento.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer a prática da lavratura do termo circunstanciado de ocorrência PMDF. Demonstrar conhecimento para contribuir na assessoria ao Comandante de Policiamento Regional na homologação e retificação dos termos circunstanciados de ocorrência, antes de serem encaminhados ao Ministério Público.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Abordagem Preliminar:

1. Conceito de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO).
2. Autoridade Policial: conceito e abordagem institucional.
3. Infração Penal e ações penais: relação com lavratura de TCO (abordagem geral).
4. Requisitos para a lavratura do TCO pela PMDF: noções gerais.
5. A importância institucional da lavratura do TCO.
6. Os benefícios sociais da lavratura do TCO pela PMDF.
7. Dados de outras Instituições que já confeccionam o TCO.
8. Ciclo completo de polícia: abordagem geral.

Unidade II - Lavratura do TCO:

1. Lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência.
2. Existência dos requisitos para sua lavratura.
3. Manifestação do Ofendido e de outros envolvidos.
4. Termo de Compromisso.
5. Relatório.
6. Autuação.
7. Encaminhamento ao Juizado Especial Criminal.
8. Questões pontuais sobre TCO: crimes de trânsito e crimes ambientais.
9. Estudo de caso.
10. Oficina: exercícios práticos de elaboração de TCO.
11. Formação das guarnições policiais militares.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 1077, de 07 de setembro de 2018. Regula o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 1093, de 27 de maio de 2019. Aprova a Cartilha Operacional de Lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência no âmbito da PMDF.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. São Paulo: Atlas, 2023. E-book. ISBN 9786559773060. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773060/>.

TÓPICOS DE PROPEDÊUTICA JURÍDICA

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Administrativo I e II.
- Direito Civil.
- Direito Penal e de Processo Penal.
- Direito Penal e de Processo Penal Militares.

Temáticas de tratamento transversal:

- Legalidade.
- Segurança jurídica.

EMENTA:

Teoria da norma jurídica. Direito positivo. Justiça e equidade. Segurança jurídica. Fontes e integração do Direito. Eficácia da lei no tempo e no espaço. Interpretação do Direito. Relação Jurídica.

OBJETIVO GERAL:

Reconhecer e compreender elementos básicos, gerais e propedêuticos relacionados ao universo jurídico, procurando nivelar o conhecimento do corpo discente, ao passo que nem todos possuem formação jurídica. Além de viabilizar a articulação dos fundamentos do direito, assegurando a interdisciplinaridade.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Teoria da Norma Jurídica:

1. Conceito.
2. Características: bilateralidade, generalidade, abstratividade, imperatividade, coercibilidade.
3. Classificação das normas jurídicas: quanto à fonte, quanto ao sistema, quanto ao âmbito de validade, quanto à hierarquia, quanto à relações de complementação, quanto à vontade das partes. Normas rígidas e normas elásticas.
4. Vigência, efetividade, eficácia e legitimidade da norma jurídica.

Unidade II - Direito positivo:

1. Direito natural e direito positivo
2. Divisões do direito positivo: direito público e privado, geral e particular, comum e especial, regular e singular.

Unidade III - Justiça e equidade:

1. Conceito e critérios de justiça
2. Justiça Convencional e Justiça Substancial
3. Classificação: distributiva, comutativa, geral e social.
4. Equidade
5. A questão das leis injustas.

Unidade IV - Segurança jurídica:

1. Conceito e aspectos relacionados.

Unidade V - Fontes do direito:

1. Tipos e aspectos relacionados.

Unidade VI - Integração do Direito:

1. Mecanismos e aspectos relacionados.

Unidade VII - A eficácia da lei no tempo e no espaço:

1. Vigência e revogação;
2. Conflito das leis no tempo: concepção; princípio da irretroatividade.
3. Conflito das leis no espaço: concepção e aspectos correlatos.

Unidade VIII - Interpretação do direito:

1. Conceito e importância;
2. A interpretação conforme a Constituição;
3. Interpretação declarativa, restritiva e extensiva;
4. Elementos e métodos de interpretação do direito.

Unidade IX - Relação jurídica:

1. Conceito; formação; elementos.
2. Direito subjetivo: concepção; aquisição; modificação; e extinção.
3. Dever jurídico: espécies; relação com a efetividade do Direito.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

COELHO, Luiz F. Curso de introdução ao direito em 13 aulas. 3ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2019. E-book. ISBN 9788520463390. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520463390/>.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. ISBN 9788530992118. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992118/>.

VENOSA, Sílvio de S. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771073. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771073/>.

USO DA FORÇA, TÉCNICAS E TECNOLOGIAS MENOS LETAIS

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Doutrina de Policiamento Ostensivo.
- Abordagem Policial.

Temáticas de tratamento transversal:

- Práticas institucionais.
- Ética.
- Direitos Humanos.

EMENTA:

Modelos de uso da força. Princípios básicos do uso da força. Uso progressivo da força. Conceito de tecnologia não letal. Principais tipos de agentes químicos. Emprego tático da tecnologia não letal.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer aspectos legais sobre emprego da força policial e assumir atitudes para a aplicação da lei, em atividades de segurança pública, de forma crítica-reflexiva no encontro de soluções adequadas em situações problemas que exijam o uso da força, real ou potencial, no Estado de direito democrático.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade Única - O Uso da Força:

1. Modelos de uso da força.
2. Princípios básicos do uso da força.
3. Uso progressivo da força.
4. Conceito de tecnologia não letal.
5. Principais tipos de agentes químicos.
6. Emprego tático da tecnologia não letal.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Ministério da Justiça. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.226: Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Introduce a orientação e padronização dos procedimentos da atuação dos agentes de segurança pública aos princípios internacionais sobre o uso da força. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3871>. Acesso em: 14 dez. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 843, de 14 de março de 2013. Aprova a Diretriz do Uso da Força da Polícia Militar do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria n. 801, de 15 de agosto de 2012. Adota as Diretrizes estabelecidas no Anexo I da Portaria Interministerial nº 4226, de 31 de dezembro de 2010, que trata a respeito do Uso da Força.

VALORES E ÉTICA POLICIAIS-MILITARES

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Legislação Institucional II.

Temáticas de tratamento transversal:

- Crenças e valores policiais-militares.
- Moral.

EMENTA:

Ética profissional: considerações iniciais; ética teleológica; ética deontológica; códigos de ética específicos; ética policial-militar (preceitos e base). Valores e Virtudes Policiais Militares. Elementos do Código de Conduta Profissional interno.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar aspectos e preceitos da ética policial-militar, bem como conhecer a importância dos valores institucionais para a formação de uma consciência profissional ética.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Ética Profissional:

1. Considerações iniciais: ética e moral (distinções); norma e reflexão ética.
2. Ética teleológica: conceito; abordagem geral sobre o enquadramento teórico.
3. Ética deontológica: conceito; abordagem geral sobre o enquadramento teórico.
4. Características da profissão policial-militar e códigos de ética específicos.
5. Ética Policial-Militar: conceito; base de conduta; sentimento do dever; pundonor militar; decoro da classe; preceitos éticos estatutários.
6. Arquétipo do herói na figura do policial militar.

Unidade II - Valores e Virtudes Policiais Militares:

1. Conceito e relação com a ética profissional.
2. Manifestações essenciais do valor policial-militar: identificação e discussão pontual.
3. Hierarquia e disciplina como valor.
4. Crenças e valores: conceito e inter-relação.
5. Código de Honra do Cadete: fundamento e preceitos.

Unidade III - Elementos do Código de Conduta Profissional para o Policial Militar da PMDF:

1. Finalidade.
2. Princípios gerais para a atuação do policial militar
3. Regras deontológicas previstas.
4. Integridade de conduta do policial militar.
5. Conduta entre policiais militares.

6. Regras sobre imparcialidade e transparência.
7. Capacitação permanente.
8. Regras quanto à publicações.
9. Informações privilegiadas.
10. Atividades externas à Corporação.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre o Estatuto dos policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7289.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.

GONZAGA, Alvaro de A. Ética Profissional - Sintetizado. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. ISBN 9788530987107. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987107/>.

SÁ, Antônio Lopes D. Ética Profissional. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. ISBN 9788597021653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021653/>.

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

PLANO BÁSICO DE DISCIPLINAS

TÍTULO III – 2º ANO DE FORMAÇÃO (CFO II)

CAPÍTULO I – DAS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CFO II

No 2º ano de formação, procura-se enfatizar as bases para o exercício do comando e chefia, aspectos inerentes às funções de um oficial policial-militar, devidamente associadas a ideia de gestão corporativa, ao passo que se amplia o conjunto de disciplinas voltadas ao aprendizado das rotinas e processos inerentes à Administração Policial Militar. Contudo, é também neste ano que se procura evidenciar a diversificação da atividade de polícia ostensiva executada pela Corporação, na medida em que permite ao discente ter contato com outras modalidades de policiamento.

Seguem listadas abaixo as disciplinas que compõem o 2º ano de formação do CFO:

- 1 ANÁLISE CRIMINAL
- 2 AQUISIÇÕES CORPORATIVAS
- 3 ARMAMENTO MUNIÇÃO E TIRO II
- 4 COMANDO, CHEFIA E LIDERANÇA I
- 5 COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL
- 6 DEFESA PESSOAL II
- 7 DIREITO ADMINISTRATIVO I
- 8 DIREITO CIVIL APLICADO
- 9 DIREITO PENAL APLICADO II
- 10 DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR
- 11 EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR II
- 12 ESTATÍSTICA APLICADA
- 13 GESTÃO DOCUMENTAL
- 14 GESTÃO POR RESULTADOS
- 15 INSTRUÇÃO BOMBEIRO MILITAR
- 16 LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL II
- 17 LIBRAS APLICADA
- 18 MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO
- 19 ORATÓRIA
- 20 ORDEM UNIDA II
- 21 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
- 22 POLÍCIA COMUNITÁRIA
- 23 POLICIAMENTO AMBIENTAL
- 24 POLICIAMENTO DE TRÂNSITO II
- 25 POLICIAMENTO OSTENSIVO DE CONTROLE DE MASSAS
- 26 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

- 27 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
- 28 MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
- 29 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

CAPÍTULO II – PLANO DE DISCIPLINAS PARA O CFO II

ANÁLISE CRIMINAL

Carga Horária: 40 horas-aulas.

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Inteligência de Segurança Pública.
- Estatística aplicada.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Concepção e papel da Análise Criminal na gestão de políticas públicas. Fontes de Dados na Área de Segurança Pública. Elaboração e Apresentação de Relatórios Estatísticos aplicados. Principais Técnicas e Ferramentas em Análise Criminal.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e compreender as informações dos bancos de dados da área de segurança pública para construir, propor, monitorar a execução e avaliar os resultados de políticas públicas de segurança, assim como subsidiar e assessorar o planejamento e a execução de ações operacionais, visando garantir o incremento da eficácia, eficiência e efetividade das ações executadas.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - A informação em Segurança Pública:

1. Concepção e importância da análise criminal.
2. Fontes de Dados de Segurança Pública na Internet.
3. Construção de Questionário e Roteiro de Entrevistas.
4. Redação Relatórios e Especificidades na Análise Criminal.

Unidade II - Ferramentas e Técnicas em Análise Criminal:

1. Distribuição do Efetivo (DHL)
2. Monitoramento incidência criminal (evolução, projeção, alarme).
3. Qualidade do serviço prestado pelas Forças Segurança.
4. Qualidade do atendimento emergencial.
5. Sub-registro de ocorrências.
6. Dados sobre medo e percepção de risco.
7. Dados sobre violências nas escolas e no comércio.
8. Dados sobre desordem urbana e segurança pública.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

FILIPPE, Alécio. Análise Criminal: Perfil do Analista nos EUA. Monografia de Especialização. 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/91292766/Analise-Criminal-Perfil-Analista-EUA>.

GIMENES, Eron V.; FILHO, Nestor Sampaio P. Manual esquemático de criminologia. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553620742. Disponível em:

AQUISIÇÕES CORPORATIVAS

Carga Horária: 50 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Gestão de Materiais
- Direito Administrativo I
- Direito Administrativo II

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.

EMENTA:

Generalidades: compra eficiente; função corporativa de compras; gestão de aquisições e governança. Licitação pública. Termo de Referência e Projeto Básico: particularidades e elaboração. Formação de pregoeiro.

OBJETIVO GERAL:

Revisar e consolidar conceitos e regras de Direito Administrativo, especificamente voltados para a aquisições públicas de bens e serviços, bem como apreender práticas e procedimentos comuns quando se trata de compras no âmbito da Corporação.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Generalidades

1. Atributos essenciais em uma gestão de compras eficientes: preço econômico, qualidade e celeridade.
2. Objetivos da função corporativa de compras.
3. Gestão de aquisições e seus estágios (reativo; mecânico; proativo).
4. Governança de aquisições (Resolução – TCU nº 247/11): objetivo e metaprocessos de aquisição.

Unidade II - Licitação Pública

1. Generalidades: definição; finalidade; princípios; objeto; competência Legislativa.
2. Obrigatoriedade e dispensa de licitação.
3. Inexigibilidade: formalidades; fornecedor exclusivo; serviços técnicos especializados; justificativa quanto ao fornecedor e quanto ao preço.
4. Fases do procedimento licitatório.
5. Anulação e revogação da licitação.
6. Modalidades de licitação (concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão): peculiaridades.
7. Responsabilidade e sanções aplicáveis aos licitantes e contratados.
8. Questões particulares: parcelamento do objeto; fracionamento de despesas; indicação de marca.
9. Sistema de Registro de Preços (SRP): hipóteses; atores; dinâmica; prorrogação; importância da manutenção de registro de preços; regras para adesão à ata de registro de preços.
10. Sistemas eletrônicos de gestão de compras: federais aplicados e distritais (considerar a realidade institucional).

Unidade III - Termo de Referência e Projeto Básico

1. Semelhanças e diferenças entre Termo de Referência (TR) e Projeto Básico (PB).
2. Estudo de viabilidade nas contratações públicas: importância; necessidade diferente da solução.
3. Questões procedimentais vinculadas: documento de oficialização de demanda; Plano Interno de Orçamento; pedido de aquisição de material; e aprovação do TR/PB na PMDF.
4. Elementos essenciais: necessidade; objeto (definição; especificação; detalhamento; parcelamento; itens e lotes; amostra ou prova de conceito; vistoria); responsabilidades; custos; critérios de escolha da proposta; empreitada; prazo de execução; procedimentos de gerenciamento e fiscalização; garantias e sanções.
5. A Instrução Normativa do DLF nº 01/2014 e a elaboração de TR/PB na PMDF.
6. Oficina de elaboração de Termo de Referência.

Unidade IV - Formação de Pregoeiro

1. Generalidades: legislação; princípios; características; benefícios; atores.
2. Fase preparatória: aspectos e procedimentos anteriores ao pregão.
3. Pregão presencial: definição; atribuições; fases (etapa de lances; aceitação; habilitação; adjudicação; homologação); regras; vedações; negociação da proposta final pelo pregoeiro; sessão; processo; aspectos práticos da realidade institucional.
4. Pregão eletrônico: definição; atribuições (autoridade competente, pregoeiro, licitante); fases e procedimentos; sistema eletrônico em uso para as contratações da PMDF (operação e peculiaridades).
5. Impugnações e recursos: prazos e realização do julgamento.
6. Exercício simulado na PMDF.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do C. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553620452. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620452/>.

FILHO, Benedicto de T. Pregão - Uma Nova Modalidade de Licitação, 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2012. E-book. ISBN 978-85-309-4397-4. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4397-4/>.

JR., José C. Manual da Licitação. Barueri [SP]: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770298. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770298/>.

ARMAMENTO MUNIÇÃO E TIRO II

Carga Horária: 85 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Armamento, Munição e Tiro I e III.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Quadro de análise de tiro. Proteção balística e acessórios. Técnicas gerais de tiro (tiro velado, sob baixa luminosidade, confronto armado. Armamentos de dotação da Corporação: teoria, prática e habilitação.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar técnicas de tiro e de confronto armado, procurando desenvolver habilidades específicas na área, bem como reconhecer e diferenciar os vários tipos de armamento e munição, e seus respectivos efeitos, além de ser habilitado ao uso de armamentos de dotação da Corporação.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos introdutórios:

1. Quadro de análise do tiro: estudo do quadro e suas correções.
2. Revisão de técnicas: treinamento em "seco" dos fundamentos de tiro.

Unidade II - Proteção balística e acessórios:

1. Proteções balísticas: histórico das proteções balísticas, funcionamento, blindagem veicular e suas características.
2. Acessórios para arma de fogo: acessórios disponíveis no mercado e suas funcionalidades, tecnologias inovadoras sobre arma de fogo.

Unidade VI - Técnicas Gerais de Tiro:

1. Tiro velado: técnicas de tiro fora e em serviço.
2. Acuidade auditiva e tiro sob baixa luminosidade: a percepção de ruídos e diferenciação dos estampidos provenientes do disparo de arma de fogo nos diversos calibres; técnicas de tiro sob baixa luminosidade.
3. Mentalidade de combate: percepção subjetiva de risco, influência da ficção no confronto armado, aspectos físicos e psicológicos atuantes no confronto armado, preparação mental e tática, ações de sobrevivência.

Unidade VII - Armamentos de dotação da PMDF:

1. Pistola Imbel Md 5 Cal .40; Espingarda 12 Gauge; Carabina IA2 Imbel Cal. 5,56mm (tópicos para cada uma das armas):
 - a. História, modelos (quando for o caso), classificação, nomenclatura, funcionamento.
 - b. Manejo, desmontagem e montagem do armamento.
 - c. Incidentes de tiro.
 - d. Técnicas de tiro específicas do armamento.
 - e. Manutenção e normas de segurança.
 - f. Prática de tiro: habilitação; técnicas de deslocamento; pista de tiro policial.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Instrução Normativa nº 23, de 25 de junho de 2020. Dispõe sobre a aplicação das Instruções Gerais para Tiro Policial Militar (PMDF-DEC/IG-03/2020).
DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Portaria PMDF Nº 1201., DE 29 de julho de 2021. Dispõe sobre o manual de armamento, munição e tiro (M-5-PM). Disponível em:

<https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/2604.pdf>.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Portaria PMDF Nº 1237 de 19 de novembro de 2021. Regulamenta e padroniza as instruções de tiro durante habilitações, adaptações, treinamentos, cursos e estágios. Disponível em: <https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/2669.pdf>.

COMANDO, CHEFIA E LIDERANÇA I

Carga Horária: 25 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Comando, Chefia e Liderança II.
- Valores e Ética Policiais-Militares.

Temáticas de tratamento transversal:

Crença e valores policiais-militares

EMENTA

Comando, chefia e liderança na PMDF. Conceitos. Etapas do comando. O exercício do poder e mando. A qualificação profissional. Triângulo das virtudes. O Chefe Militar. Desenvolvimento de competências de Comando, Chefia e Liderança.

OBJETIVO

Conhecer e assimilar conhecimentos e práticas relacionadas ao exercício do Comando, Chefia e Liderança, bem como desenvolver habilidades específicas na área, de modo a manter íntegro os valores institucionais e contribuir para o desenvolvimento da Corporação.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade Única - Comando, chefia e liderança na PMDF:

1. Valores essenciais aos militares.
2. Estudo dos conceitos e tipos de Comando, Chefia e Liderança.
3. A essência do Comando e suas etapas: organização, instrução e educação.
4. O exercício do poder de decisão e mando.
5. A qualificação profissional de um comandante.
6. Triângulo das virtudes: preparo técnico profissional, experiência de comando e formação moral.
7. O Comandante como chefe militar e a relação entre poder e autoridade.
8. O exercício prático corporativo do Comando, Chefia e Liderança.
9. O desenvolvimento das competências de Comando, Chefia e Liderança.
10. A aplicação dos conceitos de Comando, Chefia e Direção na PMDF.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Exército Brasileiro. Liderança Militar. Manual de Campanha. Liderança Militar (C 20-10), 2011. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/302/1/C-20-10.pdf>.

BRILLO, João; BOONSTRA, Jaap. Liderança e Cultura Organizacional para Inovação. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Ebook. ISBN 9788553131594. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131594/>.

FIGUEIREDO, Jayr. Liderança: Uma Questão de Competência. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502088306. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502088306/>.

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Carga Horária: 45 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Oratória.
- Planejamento Estratégico.
- Ordem Unida II.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.

EMENTA:

Comunicação na PMDF. Comunicação organizacional. Comunicação interna. Relacionamento com a sociedade. Cerimonial e eventos. Relacionamento com a imprensa. Publicidade e propaganda. Treinamento prático (media training).

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e compreender conceitos e práticas relacionadas com a área de comunicação organizacional, de modo a se tornar capaz de planejar e gerir a comunicação na instituição, executando ações de interação com a sociedade, imprensa e com o público interno, sendo capaz, desse modo, de interferir na qualidade do serviço de segurança pública prestado e na imagem institucional.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Comunicação na PMDF:

1. Estrutura institucional de comunicação.
2. Legislação relacionada à comunicação organizacional na PMDF.
3. Missão, visão e valores da PMDF (identidade organizacional): relação com o objeto da disciplina.

Unidade II - Comunicação Organizacional:

1. Comunicação organizacional, comunicação social e relações públicas: noções, diferenças e inter-relação.
2. Evolução histórica da comunicação organizacional: evolução no Brasil e na PMDF (abordagem geral).
3. Comunicação organizacional: tipos, características, objetivos e meios de comunicação.

Unidade III - Comunicação Interna:

1. Conceito, definições e estratégias comunicacionais.
2. Planejamento de práticas de comunicação e emprego operacional.
3. Atividades informativas e canais de comunicação
4. Ações de integração e relacionamento.
5. Endomarketing: concepção, importância e aplicabilidade institucional.

Unidade IV - Relacionamento com a sociedade:

1. Relacionamento com o cidadão: conceito e definições.
2. Comunicação e Redes Sociais: concepção, tipos e possibilidades.
3. Portal Institucional: gerenciamento e importância.
4. Serviços Comunicacionais.
5. Portfólio de serviços como estratégia de prevenção: campanhas e produtos institucionais.

Unidade V - Cerimonial e eventos:

1. Planejamento de eventos e regras de cerimonial.
2. Cerimonial militar: abordagem geral.

Unidade VI - Relacionamento com a Imprensa:

1. Entrevistas: normas de conduta prática.
2. Notas à Imprensa e releases.
3. Direito de Resposta.

Unidade VII - Publicidade e Propaganda:

1. Elementos da Comunicação.
2. Propaganda e Publicidade.
3. Produção Áudio Visual.

Unidade VIII - Treinamento Prático

1. Media training: concepção; importância; métodos; exercícios e simulados.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS

DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia, 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. ISBN 9788597016147. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016147/>.

KUNSCH, Margarida Maria K. Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos. v.1. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788502109247. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502109247/>.

KUNSCH, Margarida Maria K. Comunicação Organizacional Vol.2. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502109261. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502109261/>.

DEFESA PESSOAL II

Carga Horária: 80 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na arte marcial Judô, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Abordagem Policial;
- Defesa Pessoal I e III.

Temáticas de tratamento transversal:

- Uso diferenciado da força.
- Direitos Humanos.

EMENTA:

Revisão de conceitos aplicáveis à Defesa Pessoal Policial Militar. Técnicas de arte marcial selecionada: projeção, agarramentos e imobilizações. Técnicas avançadas de uso da tonfa e utilização de bastão retrátil. Simulações e treinamentos.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar técnicas complementares de defesa pessoal policial militar, por meio de treinamento prático, a partir da simulação de cenários próximos da realidade da atuação de polícia, visando a autopreservação e contenção individual de terceiros.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos Gerais:

1. Revisão de conceitos: uso diferenciado da força; vedação de excesso; distância de segurança.

Unidade II - Técnicas de Arte Marcial (Judô):

1. Consolidação de técnicas básicas.
2. Técnicas de projeção e defesas contra agarramentos.
3. Técnicas de imobilizações.

Unidade III - Técnicas Próprias de Defesa Pessoal:

1. Técnicas básicas de Defesa Pessoal definidas pela Corporação.

Unidade IV - Uso do Bastão Tonfa e Bastão Retrátil:

1. Consolidação de técnicas básicas de uso da tonfa.
2. Técnicas avançadas de uso da tonfa:
 - a. Finalidade.
 - b. Técnicas com o uso da tonfa: defesa contra soco; técnicas de estrangulamento; técnicas de imobilização; técnicas de condução de detidos; defesa contra agressão em que há o uso de arma branca; dispersão em linha;
3. Técnicas de utilização do bastão retrátil: bastão fechado; posição básica; estocada; giros; defesas; pontos de ataque.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Portaria Nº 1.209, de 17 de agosto de 2021. Dispõe sobre manual defesa pessoal policial-Militar (M-6-PM) no âmbito da PMDF.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Instrução Normativa n. 50, de 28 de julho de 2021. Dispõe sobre a aplicação das Instruções Gerais para o Treinamento de Defesa Pessoal Policial Militar (PMDf/DEC/IG-01 - 2ª Edição Atualizada) no âmbito da PMDF.

BRASIL. República Federativa do. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

DIREITO ADMINISTRATIVO I

Carga Horária: 40 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Gestão de Materiais
- Aquisições Corporativas
- Direito Administrativo II

Temáticas de tratamento transversal:

- Legalidade.
- Gestão pública eficiente.

EMENTA:

Fundamentos de Direito Administrativo: fontes, princípios, sistemas, atividade administrativa e regime jurídico-administrativo. Organização da Administração. Poderes e deveres do administrador público. Atos Administrativos. Controle da Administração Pública. Aspectos administrativos da atividade finalística da Polícia Militar.

OBJETIVO GERAL:

Revisar e consolidar fundamentos, princípios e doutrina de Direito Administrativo, com vistas a viabilizar as condições para o aprimoramento contínuo das práticas administrativas pelo conhecimento; além de permitir criar consciência acerca do seu posicionamento na estrutura administrativa, poderes e limites em sua atuação finalística.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Generalidades:

1. O Direito Administrativo e sua relação com outros ramos do Direito.
2. Administração Pública: concepção (formal e material); relação com os termos Estado e Governo.
3. Sistemas Administrativos.
4. Fontes do Direito Administrativo.

5. Princípios do Direito Administrativo: supremacia do interesse público; indisponibilidade do interesse público; legalidade; segurança jurídica; impessoalidade; publicidade; eficiência; proporcionalidade; motivação; autotutela.
6. Regime jurídico-administrativo.

Unidade II - Organização da Administração:

1. Atividade administrativa: concepção; descentralização e desconcentração.
2. Formas de prestação da atividade administrativa.
3. Administração Direta e Indireta.
4. Entes da Administração Indireta:
 - a. Peculiaridades acerca das autarquias; fundações públicas; empresas públicas e sociedades de economia mista;
 - b. Aspectos centrais sobre entes de cooperação: organização social; organização da sociedade civil de interesse público; organização da sociedade civil.
5. Órgãos: conceito; teorias sobre manifestação da vontade; inexistência de personalidade jurídica; natureza jurídica.
6. Agentes públicos: cargo público; função pública; tipos de agentes; nepotismo.

Unidade III - Poderes e Deveres do Administrador Público:

1. Concepção e características.
2. Poderes administrativos: aspectos sobre poder vinculado; poder discricionário; poder regulamentar; poder disciplinar; poder de polícia.
3. Deveres dos administradores públicos: poder-dever de agir; eficiência; probidade; prestar contas.

Unidade IV - Atos Administrativos:

1. Conceito.
2. Elementos: aspectos sobre competência, forma, objeto, motivo, finalidade; e inter-relações.
3. Atributos: aspectos sobre veracidade, legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade; e inter-relações.
4. Mérito do ato administrativo: motivação e teoria dos motivos determinantes.
5. Classificação do ato administrativo: quanto ao objeto; quanto à liberdade na edição; quanto à manifestação de vontade; quanto aos efeitos; quanto à formação; e quanto à estrutura do ato.
6. Espécies dos atos administrativos: normativos, negociais, enunciativos, punitivos e ordinatórios (aspectos gerais).
7. Formação e efeitos (típico e atípico) do ato administrativo.
8. Extinção do ato administrativo: causas; vícios (invalidação, revogação, contraposição, caducidade e cassação).

Unidade V - Controle da Administração Pública:

1. Conceito e classificação (interno e externo).
2. Controle administrativo; controle legislativo e controle judiciário: concepção.
3. Recursos Administrativos.
4. Coisa Julgada Administrativa.
5. Prescrição Administrativa.
6. Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público: concepção e regras sobre valores jurídicos abstratos, consequências jurídicas do ato invalidado, regularização, decisões interpretativas, decisões ou opiniões técnicas.

Unidade VI - A preservação da ordem pública

1. O Poder de Polícia no âmbito da Polícia Militar.
2. Ordem Pública: concepção; preservação e manutenção; possibilidades institucionais.
3. Dos limites da intervenção policial na preservação da ordem pública.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

COUTO, Reinaldo. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E- book. ISBN 9786553620452. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620452>.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. ISBN 9786559643844.

DIREITO CIVIL

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Tópicos de Propedêutica Jurídica.

EMENTA:

Pessoa natural e direitos da personalidade. Personalidade jurídica. Domicílio. Teoria do Fato Jurídico. Prescrição e Decadência.

OBJETIVO GERAL:

Revisar/conhecer e consolidar fundamentos e conceitos de Direito Civil, de modo a lhe fornecer subsídios para solução de questões administrativas com as quais geralmente se depara o oficial de polícia militar ao longo de sua carreira.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Pessoal Natural:

1. Sujeito de direito e pessoa: identidade e distinções.
2. Personalidade: noção e início.
3. Capacidade jurídica.
4. Incapacidade: graus de incapacidade; proteção aos incapazes; cessação da incapacidade (art. 5º do CC)
5. Término da personalidade civil: abordagem geral sobre real e presumida.
6. Direitos de Personalidade: conceito; importância; características; classificação e peculiaridades; limites à publicidade para proteção dos direitos de personalidade.

Unidade II - Pessoa Jurídica:

1. Conceito, teorias e funções da pessoa jurídica.
2. Elementos da pessoa jurídica.
3. Classificação: associações; sociedades; fundações.
4. Início da personalidade jurídica: pressupostos e começo de sua existência legal.
5. Sociedade em comum: sociedade de fato e sociedade irregular.
6. Pessoa jurídica e direitos de personalidade.
7. Extinção da pessoa jurídica: formas e atos finais.

Unidade III - Domicílio:

1. Conceito, proteção constitucional e distinções terminológicas.
2. Espécies de domicílio.

Unidade IV - Teoria do Fato Jurídico:

1. Conceito de fato jurídico.
2. Planos de desenvolvimento do fato jurídico (existência, validade e eficácia).
3. Classificação: abordagem geral.
4. Ilícito civil: noção e implicações.

Unidade V - Prescrição e decadência:

1. Conceitos, distinção e possibilidade de conhecimento *ex officio*.
2. Prazos prescricionais: regra geral; enriquecimento sem causa; reparação civil; restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé; violação de lei ou estatuto; pagamento de título de crédito; cobranças de dívidas líquidas; despesas havidas com processo judicial.

3. Contagem de prazo prescricional: início, impedimento, suspensão e interrupção (abordagem geral) e regras de transição.
4. Da decadência: tipos e contagem do prazo.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

PELUSO, Cezar. Código civil comentado: doutrina e jurisprudência. Barueri [SP]: Editora Manole, 2022. E-book. ISBN 9786555766134. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555766134/>.

VENOSA, Sílvio de S. Direito Civil: Parte Geral. v.1. Barueri [SP]: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559772650. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772650/>.

TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena D. Fundamentos de Direito Civil – Vol I – Teoria Geral do Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9786559642434. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642434/>.

DIREITO PENAL II

Carga Horária: 50 horas-aulas.

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Penal I e III.
- Legislação Especial.

Temáticas de tratamento transversal:

- Proteção de bens jurídicos.

EMENTA:

Configuração dos principais crimes considerando a atividade de polícia ostensiva. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer/revisar e consolidar aspectos jurídicos relacionados aos principais tipos penais descritos no Código Penal brasileiro, considerando a atividade de polícia ostensiva em âmbito local, em complemento ao conteúdo de Direito Penal Aplicado I, além de fornecer as bases para se viabilizar o aprimoramento intelectual próprio e contínuo, relativamente a toda a legislação penal, necessário para o exercício do cargo policial militar.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Crimes contra a pessoa:

1. Configuração geral dos tipos e peculiaridades jurídicas com foco na atividade de polícia ostensiva:
 - a. Induzimento, Instigação ou Auxílio a Suicídio. Aborto. Perigo para a vida ou a saúde de outrem. Abandono de incapaz, e de recém-nascido. Omissão de Socorro. Maus-tratos. Crimes contra a honra. Violação de correspondência. Outros delitos julgados úteis em face de circunstâncias pontuais.

Unidade II - Crimes contra o patrimônio:

1. Configuração geral dos tipos e peculiaridades jurídicas com foco na atividade de polícia ostensiva:
 - a. Dano. Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia. Dano em coisa de valor artístico. Apropriação indébita. Apropriação de coisa achada. Estelionato e figuras equiparadas. Abuso de incapazes. Outras fraudes (consumir ou usar sem dispor de meios de pagamento). Receptação. Outros delitos julgados úteis em face de circunstâncias pontuais.

Unidade III - Crimes contra a organização do trabalho:

1. Configuração geral dos tipos e peculiaridades jurídicas com foco na atividade de polícia ostensiva:
 - a. Paralisação de trabalho seguida de violência. Paralisação de trabalho de interesse coletivo. Invasão de estabelecimento. Exercício de atividade com infração administrativa. Outros delitos julgados úteis em face de circunstâncias pontuais.

Unidade IV - Crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos:

1. Configuração geral dos tipos e peculiaridades jurídicas com foco na atividade de polícia ostensiva:
 - a. Ultraje a culto. Violação de sepultura. Destruição, subtração ou ocultação de cadáver. Vilipêndio a cadáver. Outros delitos julgados úteis em face de circunstâncias pontuais.

Unidade V - Crimes contra a dignidade sexual:

1. Configuração geral dos tipos e peculiaridades jurídicas com foco na atividade de polícia ostensiva:
 - a. Violação sexual mediante fraude. Importunação sexual. Assédio sexual. Exposição da intimidade sexual. Crimes sexuais contra vulnerável. Mediação para servir a lascívia de outrem. Favorecimento da prostituição. Casa de prostituição. Rufianismo. Ato, escrito ou objeto obsceno. Outros delitos julgados úteis em face de circunstâncias pontuais.

Unidade VI - Crimes contra a família:

1. Configuração geral dos tipos e peculiaridades jurídicas com foco na atividade de polícia ostensiva:
 - a. Simulação de autoridade para celebração de casamento. Abandono material. Entrega de filho menor a pessoa inidônea. Abandono intelectual. Subtração de incapazes. Outros delitos julgados úteis em face de circunstâncias pontuais.

Unidade VII - Crimes contra a incolumidade pública:

1. Configuração geral dos tipos e peculiaridades jurídicas com foco na atividade de polícia ostensiva:
 - a. Incêndio. Explosão. Uso de gás tóxico ou asfixiante. Fabrico ou posse de explosivos ou gás tóxico. Atentado contra a segurança de outro meio de transporte. Arremesso de projétil. Atentar contra a segurança de serviço de utilidade pública. Interrupção ou perturbação de serviço telefônico ou telemático. Infração de medida sanitária preventiva. Envenenamento de água ou alimento. Poluição de água potável. Substância destinada à falsificação ou nociva à saúde pública. Exercício ilegal da medicina. Charlatanismo. Curandeirismo. Outros delitos julgados úteis em face de circunstâncias pontuais.

Unidade VIII - Crimes contra a paz pública:

1. Configuração geral dos tipos e peculiaridades jurídicas com foco na atividade de polícia ostensiva:
 - a. Incitação e apologia a crime. Constituição de milícia armada. Outros delitos julgados úteis em face de circunstâncias pontuais.

Unidade IX - Crimes contra a fé pública:

1. Configuração geral dos tipos e peculiaridades jurídicas com foco na atividade de polícia ostensiva:
 - a. Moeda falsa e delitos assimilados. Falsificação de papéis públicos. Petrechos para falsificação. Falsificação de documento público e particular. Falsidade ideológica. Uso de documento falso. Supressão de documento. Falsa identidade. Adulteração de sinal identificador de veículo automotor. Outros delitos julgados úteis em face de circunstâncias pontuais.

Unidade X - Crimes contra a administração pública:

1. Configuração geral dos tipos e peculiaridades jurídicas com foco na atividade de polícia ostensiva:
 - a. Peculato. Concussão. Corrupção passiva. Prevaricação. Condescendência Criminosa. Advocacia Administrativa. Violência arbitrária. Conceito penal de funcionário público. Resistência. Desobediência. Desacato. Corrupção ativa. Contrabando ou descaminho. Denúncia caluniosa. Comunicação falsa de crime. Autoacusação falsa. Exercício arbitrário das próprias razões. Favorecimento real e pessoal. Exercício arbitrário das próprias razões. Outros delitos julgados úteis em face de circunstâncias pontuais.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira; [et al.]. Direito Penal II. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. Ebook. ISBN 9788595026230. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595026230/>.
ESTEFAM André. Direito Penal - Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555596564. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555596564/>.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Penal Militar.
- Investigação Criminal.
- Criminalística.
- Medicina Legal.

Temáticas de tratamento transversal:

- Proteção de bens jurídico-militares.

EMENTA:

A Justiça Militar e o Processo Penal. Polícia judiciária Militar. Relação processual. Prisões e outras medidas cautelares em processo penal militar. Ética na atividade de Polícia Judiciária Militar.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar conceitos e procedimentos de Direito Processual Penal Militar, de modo a assegurar o desempenho adequado das atividades de polícia judiciária militar e de processo criminal castrense.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - A Justiça Militar e o Processo Penal

1. Organização da Justiça Militar.
 - a. Justiça Militar da União e Justiça Militar dos Estados.
 - b. Jurisdição penal militar por órgão monocrático: abordagem geral.
 - c. Conselhos de Justiça: abordagem geral.
2. Foro militar: relevância.
3. Processo Penal Militar na justiça militar local e a Polícia Judiciária Militar: abordagem geral.
4. Ação penal militar: abordagem geral.

Unidade II - Polícia Judiciária Militar:

1. Autoridades de PJM: identificação, poderes, deveres.
2. Atividades de PJM (art. 8º CPPM): nominadas e inominadas.
3. Inquérito Policial Militar:
 - a. Características; instauração; funções; orientações institucionais; medidas preliminares; prazos; assistência ministerial (art. 14 do CPPM); defensor em IPM e acesso aos autos; problemas concretos na condução de IPM.
4. Procedimento de deserção (instrução provisória).
5. Provas:
 - a. Reconhecimento de pessoas e coisas: peculiaridades (enfoque na realidade institucional).
 - b. Acareação: peculiaridades (enfoque na realidade institucional).
 - c. Perícias e exames: peculiaridades materiais e formais (enfoque na realidade institucional).
 - d. Representações à justiça: peculiaridades materiais e formais (enfoque na realidade institucional):
 - e. Para prisão preventiva e prisão temporária;
 - f. Para interceptação telefônica ou captação ambiental.
 - g. Para afastamento de sigilos.
 - h. Prova ilícita: abordagem aplicada.
 - i. Prova emprestada.
6. Atuação de PJM em crime militar cujo julgamento não compete à Justiça Militar Estadual: o caso do crime doloso contra a vida de civil (abordagem geral).

Unidade III - Relação Processual:

1. Autoridade de PJM, ofendido, testemunha, acusado: impedimentos e suspeição.

2. Audiência de custódia em face da prática de crime militar: abordagem geral e aplicada.

Unidade IV - Prisões e Outras Medidas Cautelares em Processo Penal Militar:

1. Espécies e peculiaridades no âmbito do processo penal militar (ênfase em ações de PJM na PMDF).
2. Flagrante delito e comparecimento espontâneo: abordagem aplicada.
3. Detenção no curso do Inquérito (art. 18 CPPM): peculiaridades e discussão.

Unidade V - Ética na Atividade de Polícia Judiciária Militar:

1. Questões éticas envolvidas e experiências anteriores.
2. Controle (interno e externo): abordagem geral.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

CARVALHO, Alexandre Reis D.; COSTA, Amauri da F. Direito Processual Penal Militar. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. ISBN 9786559646074. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646074/>.

NEVES, Cícero Robson C.; STREIFINGER, Marcelo. Manual de direito penal militar. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. Ebook. ISBN 9788502217263. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502217263/>.

NUCCI, Guilherme de S. Código de Processo Penal Militar Comentado. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. ISBN 9788530986636. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986636/>.

EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR II

Carga Horária: 80 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Educação Física Militar I e III.

Temáticas de tratamento transversal:

- Zelo pelo preparo físico.

EMENTA:

Aprimoramento dos métodos de treinamento físico militar, relacionados à periodização para o rendimento, à promoção da saúde e ao desempenho do serviço policial militar. Fundamentos teóricos de fisiologia e cinesiologia do exercício, a importância do entendimento das bases biomecânicas, aplicadas ao movimento e ao exercício físico para posterior aplicação na rotina profissional.

OBJETIVO GERAL:

Massificar os programas de periodização do treinamento físico ligados ao rendimento, à promoção da saúde e ao melhor desempenho do serviço policial militar, a partir do entendimento das bases fisiológicas e biomecânicas inerentes ao movimento corporal, por meio de práticas em cenários diversificados e, às vezes, em condições extremas, visando o aprimoramento da resistência, da versatilidade e da produtividade policial militar.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Avaliação inicial da condição física:

1. Aplicação de testes antropométricos (constituição corporal, peso, altura, perímetros, pressão arterial e frequência cardíaca de repouso).

2. Mensuração das capacidades de resistência, força, velocidade e flexibilidade.

Unidade II - Abordagens teóricas:

1. Revisão dos fundamentos do Treinamento Físico-Militar.
2. Fundamentos de fisiologia aplicada ao exercício físico.
3. Fundamentos de cinesiologia aplicada ao exercício físico.

Unidade III - Treinamento Físico Militar:

1. Revisão de procedimentos comuns às sessões de TFM: contagem, tipos de contagem, cadência, movimentos.
2. Desenvolvimento de treinamentos cardiopulmonar e neuromuscular.
3. Desenvolvimento de treinamento utilitário: pista de progressão policial-militar, ginástica com toros, circuito operacional.
4. Desenvolvimento e aprimoramento dos programas de periodização do treinamento físico.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha Treinamento Físico Militar (EB70-MC-10.375), 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9759>.

CARDOSO, Marly Augusto. Nutrição e Dietética. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. E-book. ISBN 9788527735599. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527735599/>.

GRAAFF Kent M. Van de. Anatomia Humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. Ebook. ISBN 9788520452677. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520452677/>.

ESTATÍSTICA APLICADA

Carga Horária: 35 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Análise Criminal.

EMENTA:

Conceitos fundamentais. Medidas de tendência central e de dispersão. Probabilidades. Gráficos estatísticos.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer os elementos da Estatística Descritiva e desenvolver habilidades de cálculo e análise de dados, de desenvolvimento e análise de indicadores e de interpretação de modelos simples para a utilização de registros e bases de dados próprias e mantidas por órgãos, tais como os dados de segurança pública, utilizando recursos de planilhas de cálculo.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Generalidades:

1. A importância do uso da estatística como ferramenta de gestão.
2. Conceitos fundamentais de estatística.
3. Fases do trabalho estatístico.
4. Séries estatísticas.
5. Coleta de dados (técnicas de amostragem e relevância).

Unidade II - Medidas de Tendência Central e de Dispersão:

1. Moda, média, mediana.
2. Cálculos e relação entre moda, média e mediana.
3. Amplitude e desvio padrão.
4. Coeficiente de Pearson.

5. Exercícios práticos.

Unidade III - Probabilidades:

1. Introdução à teoria das probabilidades.
2. Modelos probabilísticos discretos.
3. Modelos probabilísticos contínuos.
4. Curva de Gauss.
5. Exercícios práticos.

Unidade IV - Gráficos estatísticos:

1. Tipos e arte.
2. Construção.
3. Análise crítica.
4. Exercícios práticos.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

CRESPO, Antônio A. Estatística (Série EM FOCO) 20ED. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571440821. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440821/>.
 VIEIRA, Sonia. Fundamentos de Estatística, 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. ISBN 9788597019315. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019315/>.
 VIRGILLITO, Salvatore B. Estatística Aplicada. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547214753. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214753/>.

GESTÃO DOCUMENTAL

Carga Horária: 25 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.

EMENTA:

Aspectos de teoria arquivística: noções, princípios, características de documentos de arquivo. Gestão de documentos: generalidades, classificação, temporalidade e eliminação. Sistema de Arquivos da PMDF. Aspectos legais sobre acesso à Informação.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar conceitos e aspectos próprios de gestão de documentos, de maneira geral e aplicada, a fim de compreender a importância, os critérios e a dinâmica da elaboração, arquivamento e gerenciamento de documentos no âmbito da PMDF.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos de teoria arquivística:

1. Arquivo: noções básicas e princípios arquivísticos.
2. Teoria das três idades: arquivo corrente, intermediário e permanente.
3. Conceituação e caracterização dos documentos de arquivo: características; gênero; espécie; tipo; natureza do assunto.

Unidade II - Gestão de documentos:

1. Conceito, objetivos, fases e níveis de aplicação.
2. Classificação de documentos de arquivo: conceito, objetivos, código e procedimentos de classificação (abordagem geral).
3. Avaliação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo: conceitos; objetivos da avaliação; valoração; guarda (eventual, temporária e permanente).

4. Eliminação de documentos (abordagem geral).

Unidade III - Sistema de Arquivos da PMDF:

1. Amparo normativo.
2. Competências, integrantes, comissão permanente e local de avaliação, procedimentos básicos.
3. Relação do sistema de arquivos da PMDF com outros sistemas de arquivos.
4. Documentos digitais: questões relativas ao Sistema Eletrônico de Informação (classificação, temporalidade, principais erros de usuário).

Unidade IV - Acesso à Informação:

1. Conceitos básicos.
2. Gestão transparente, proteção e sigilo: aspectos legais.
3. Direitos inerentes ao acesso à informação.
4. Informações sujeitos à ampla divulgação.
5. Dinâmica do procedimento de acesso à informação.
6. Restrições de acesso: imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e classificação.
7. Condutas ilícitas quanto ao acesso à informações.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS

CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da T. Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2007. E-book. ISBN 9788582179611. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179611/>.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 800, de 14 de agosto de 2012. Institui o Sistema de Arquivos da Polícia Militar do Distrito Federal, estabelece os procedimentos básicos de gestão de documentos de arquivo. Disponível em: http://arquivogeral.pm.df.gov.br/arquivogeral/images/MATERIAL_APOIO/portaria800.pdf.

DISTRITO FEDERAL. Lei n. 4.990, de 12 de dezembro de 2012. Regula o acesso a informações no Distrito Federal. Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248178#:~:text=Lei%20N%C2%BA%204990%20DE%2012%2F12%2F2012%20Regula%20o%20acesso,Projeto%3A%20Poder%20Executivo%29%20O%20Governador%20do%20Distrito%20Federal%2C>.

GESTÃO POR RESULTADOS

Carga Horária: 45 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Administração Pública.
- Gestão de Projetos Aplicada.
- Gestão de Pessoas Aplicada.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.

EMENTA:

Organização, sistemas e métodos. Gestão de Processos. Ferramentas de gestão. Layout e gestão de processos. Análise e desenho de formulários. Manuais administrativos. Técnicas de estruturação ou departamentalização. Organograma. Melhoria do desempenho organizacional. Benchmarking. Centralização e descentralização. Empowerment. Reengenharia.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar conceitos e práticas relacionadas com a gestão por resultados, de modo a criar as condições para o incremento de melhorias na administração, quando se mostrarem necessárias, assegurando uma gestão pública eficiente.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade Única - Elementos da Gestão por Resultados:

1. Organização, Sistemas e Métodos: introdução e conceitos.
2. Gestão de Processos:
 - a. Ferramentas de estudo de processos: indicadores, fluxogramas e sistemas de informação na gestão de processos;
 - b. Estudo organizacional e levantamento de informações.
3. Principais Ferramentas de Gestão.
4. Layout e Gestão de Processos:
 - a. Estudo de Layout;
 - b. Análise de Processos;
 - c. Análise da distribuição do trabalho (Quadro de Distribuição de Trabalho).
5. Análise e Desenho de Formulários.
6. Manuais administrativos.
7. Técnicas de Estruturação ou Departamentalização.
8. Organograma.
9. Melhoria do Desempenho Organizacional: estudo de caso com aplicação do Método para Análise e Solução de Problemas (MASP).
10. *Benchmarking*.
11. Centralização, Descentralização e *Empowerment*.
12. Reengenharia.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração - Vol. 1. Barueri [SP]: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770649. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770649/>.
CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração - Vol. 2. Barueri [SP]: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770625. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770625/>.
CURY, Antonio. Organização e Métodos - Uma Visão Holística, 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788597010039. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010039/>.

INSTRUÇÃO BOMBEIRO MILITAR

Carga Horária: 20 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial BM, respeitado o RGE.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.
- Direitos Humanos.

EMENTA:

Introdução a teoria do fogo. Efeitos nocivos do incêndio. Equipamentos de combate a incêndio e salvamento. Ações de segurança e combate ao princípio de incêndio. Gerenciamento de riscos em ações de salvamento. Noções de trabalho em altura.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer os aspectos gerais e as estratégias de minimização dos riscos da atividade de prevenção, combate a incêndio e salvamento.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade Única - Aspectos da atuação de bombeiro militar:

1. Teoria do fogo: conceituação básica.

2. Riscos e ações de salvamento: fundamentos do gerenciamento.
3. Trabalho e adaptação a altura: treinamento prático.
4. Acionamento do Corpo de Bombeiros Militar: hipóteses.
5. Efeitos nocivos do incêndio: identificação.
6. Equipamentos de combate a incêndio: identificar e manusear.
7. Formas de prevenção contra incêndios: identificação.
8. Ações de sobrevivência em incêndios: descrição.
9. Ações de combate a princípios de incêndio: descrição.
10. Aparelhos extintores: princípios de incêndio e utilização.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DISTRITO FEDERAL. Corpo de Bombeiros Militar. Manual Básico de Combate a Incêndio: Comportamento do Fogo. Mod. 1. Brasília. 2009. Disponível em: https://biblioteca.cbm.df.gov.br/jspui/bitstream/123456789/335/1/incendio_modulo_1_comportamento_do_fogo.p df.

DISTRITO FEDERAL. Corpo de Bombeiros Militar. Manual Básico de Combate a Incêndio: Efeitos Nocivos do Incêndio. Mod. 2. Brasília. 2009. Disponível em: https://biblioteca.cbm.df.gov.br/jspui/bitstream/123456789/335/2/incendio_modulo_2_efeitos_nocivos_ince ndio.p df.

DISTRITO FEDERAL. Corpo de Bombeiros Militar. Manual Básico de Combate a Incêndio: Técnicas de Combate a Incêndio. Mod. 3. Brasília. 2009. Disponível em: <https://biblioteca.cbm.df.gov.br/jspui/handle/123456789/335>.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL II

Carga Horária: 50 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Legislação Institucional I e III.
- Valores e Ética Policiais Militares.

Temáticas de tratamento transversal:

- Crenças e valores policiais-militares.

EMENTA:

Prescrições normativas inerentes à carreira e à inatividade (cargo policial militar e aspectos inerentes; remuneração). Regulamentos internos sobre direito dos dependentes e questões jurídicas relacionadas.

OBJETIVO GERAL:

Ampliar e aplicar o conhecimento sobre o regime jurídico aplicável aos policiais militares no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, consentâneo com o nível gerencial da Corporação.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Prescrições Estatutárias:

1. Cargo e função policial-militar. Deveres policiais-militares. Comando e subordinação. Direitos e prerrogativas (aspectos gerais).
2. Agregação e reversão.

3. Hipóteses de exclusão do serviço ativo e peculiaridades.
4. Tempo de serviço e proteção social dos militares (reserva e reforma).

Unidade II - Remuneração dos Policiais Militares do DF:

1. A remuneração dos militares do DF e seu assento constitucional.
2. Composição da remuneração e descontos obrigatórios
3. Assistência médico-hospitalar: concepção.
4. Pensão Militar: concepção; ordem de prioridade; habilitação; morte ficta.
5. Proventos da inatividade.
6. Incapacitados e auxílio invalidez.

Unidade III - Dependência de Policial Militar:

1. Evolução legislativa quanto aos dependentes estatutários: condições de inclusão; competência regulamentar (Parecer nº 677/2017 – PRCON/PGDF).
2. Normas gerais sobre reconhecimento e inclusão de dependentes na PMDF.
3. A questão dos beneficiários da assistência médico-hospitalar.
4. Situações especiais: companheiro do mesmo sexo (Parecer nº. 515/2011 – PROPES/PGDF); acordo extrajudicial de alimentos (Parecer nº. 637/2007 – PROPES/PGDF); estudante universitário; ex-cônjuge (Parecer nº. 17/2013 – PROPES/PGDF).

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre o Estatuto dos policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7289.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 1.092, de 16 de maio de 2019. Regulamenta o Serviço Voluntário Gratificado no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 1.109, de 31 de dezembro de 2019. Estabelece o Regulamento Geral de Educação da Polícia Militar do Distrito Federal.

LIBRAS APLICADA

Carga Horária: 15 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Abordagem Policial.

Temáticas de tratamento transversal:

- Diversidade de pessoas.
- Direitos Humanos.

EMENTA

Introdução às práticas de compreensão e produção em Libras através do uso de estruturas e funções comunicativas elementares. Legislação que reconhece a Libras como meio de comunicação e expressão. Caracterização e representações da cultura e da identidade Surda. Percurso histórico sociocultural dos Surdos e sua abordagem linguística comunicacional.

OBJETIVO

Conhecer e assimilar aspectos e práticas relacionadas ao bilinguismo dos Surdos (inclusão e interações comunicacionais visuo-espaciais da comunidade Surda), com vistas ao atendimento e a abordagem ao sujeito surdo nas diversas atuações da Polícia Militar.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade Único - Aspectos práticos de LIBRAS:

1. Introdução à compreensão e produção da Libras.
2. Direitos Linguísticos e Direitos Humanos.
3. Datilologia.
4. Expressões faciais afetivas e gramaticais, expressões associadas à sentença na Libras.
5. Uso de Classificadores.
6. Apresentação Pessoal e Perguntas.
7. Descrição de Pessoas.
8. Descrição de Ações.
9. Descrição de Itinerários.
10. Descrição de Lugares.
11. Diálogos em Libras: prática de diálogos de uso rotineiro (foco na atividade de polícia).

REFERÊNCIAS MÍNIMAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2010. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192.

MORAIS, Carlos E. L D.; PLINSKI, Rejane R K.; MARTINS, Gabriel P. T C.; SZULCZEWSKI, Deise M. Libras. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. ISBN 9788595027305. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027305/>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. 2010. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol2.pdf>.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO

Carga Horária: 25 horas-aulas.

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial militar, respeitado o RGE.

Temáticas de tratamento transversal:

- Crenças e valores policiais-militares.

EMENTA:

Aspectos gerais: introdução, memória, processo de aprendizagem, estratégias e técnicas, tendências e abordagens. Métodos de ensino: distinção terminológica, escolha do método. As técnicas de ensino e a docência militar e as técnicas de ensino: docente, funções, planejamento, objetivos, princípios, exemplificação de técnicas.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar aspectos e práticas relacionadas à métodos e técnicas de ensino, de um modo geral e na Polícia Militar, de modo a atingir os objetivos educacionais estabelecidos institucionalmente, com respeito aos valores policiais-militares.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos Gerais:

1. Introdução.
2. A memória e o processo de aprendizagem.
3. Estratégias e técnicas: práticas estimuladoras.
4. Tendências e abordagens pedagógicas.

Unidade II - Métodos de ensino:

1. Distinção entre metodologia, método e técnica.

2. Método de ensino: conceito, características, tipos.
3. Escolha do método: critérios (objetivos, experiência, alunos, tempo).

Unidade III - As Técnicas de Ensino e a Docência Militar:

1. O docente na PMDF: conceituação; terminologias equivalentes; figuras auxiliares.
2. Funções do docente / instrutor.
3. Planejamento e preparação de uma sessão de aula: objetivos, plano de ensino e plano de aula.
4. Definição de objetivos da aula / instrução: área cognitiva, psicomotora e afetiva.
5. Princípios do processo ensino-aprendizagem: perfil dos discentes; incentivo; interesse; participação; resultado do aprendizado (avaliação), etc.
6. Técnicas de ensino: conceito e exemplos de técnicas.
7. O processo ensino-aprendizagem em grupos.
8. Técnicas de ensino para educação à distância.
9. Avaliação: tipos (foco no que se pratica institucionalmente).

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BERTAGLIA, Bárbara. Métodos e Técnicas de Ensino. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522123520. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123520/>.

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual Técnico. Manual do Instrutor (T 21-250), 1997. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/77>.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 1.109, de 31 de dezembro de 2019. Estabelece o Regulamento Geral de Educação da Polícia Militar do Distrito Federal.

ORATÓRIA

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Comunicação Organizacional
- Ordem Unida I, II e III

EMENTA:

Aspectos introdutórios: abordagem geral sobre processo e formas de comunicação; argumentação, retórica e coerência; oratória. Discursos em geral: voz, vocabulários; expressão corporal e técnicas. Apresentações: questões fundamentais; oralidade; microfone; voz e expressão corporal na apresentação.

OBJETIVO GERAL

Conhecer aspectos relacionados à oratória, desenvolvendo habilidades e apreendendo técnicas que promovam melhoria na capacidade de comunicação em prol do fortalecimento da imagem institucional e da transmissão de informações úteis para o público interno ou externo.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos introdutórios:

1. Processo e formas de comunicação ao longo da história (abordagem geral): falhas no processo de comunicação e suas consequências.
2. Argumentação, retórica, coerência na comunicação e sua importância.
3. Oratória: conceito; abrangência e tipos.

Unidade II - Discursos em geral:

1. Entonação da voz, dicção, tom ideal, projeção vocal, ressonância: exercícios práticos.
2. Vocabulário: tipos de discurso; adequação com o público alvo do discurso.
3. A expressão corporal: gestos e expressões corporais, postura corporal ao se discursar, leitura corporal.
4. Obstáculos ao desenvolvimento do discurso: timidez; medo; técnicas de superação; exercícios práticos.
5. Técnicas de ancoragem: estratégias de convencimento e influência no discurso; discurso de Brutus; fórmula de Borden; recursos linguísticos; erros a serem evitados no discurso e entrevista; exercícios práticos.
6. Fala de improviso em situações diversas: utilização de conhecimentos favoráveis no discurso; potencialização do discurso; exercícios práticos.

Unidade III - Apresentações:

1. Definição de objetivo, título, resumo da ideia, delimitação de assunto e recursos audiovisuais.
2. Oralidade da comunicação: coerência, clareza concisa e organização no discurso ou apresentação.
3. Uso do microfone: postura no uso de microfones.
4. Voz e expressão corporal na apresentação.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

FRANÇA, Ana S. Comunicação Oral nas Empresas: Como Falar bem em Público. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. ISBN 9788522499113. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499113/>.

FERREIRA, Luiz A. Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência. São Paulo: Editora Blucher, 2017. E-book. ISBN 9788580392883. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580392883/>.

FERREIRA, Luiz A. Retórica, escrita e autoria na escola. São Paulo: Editora Blucher, 2018. E-book. ISBN 9788580393675. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580393675/>.

ORDEM UNIDA II

Carga Horária: 25 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Ordem Unida I e II.

Temáticas de tratamento transversal:

- Crenças e valores policiais-militares.

EMENTA:

Aspectos teórico-práticos de ordem unida, continências e sinais de respeito, próprios da seara castrense. Honras Militares. Preito da tropa. Cerimonial Militar. Guardas de estabelecimentos militares.

OBJETIVO GERAL:

Expandir o rol de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para execução, comandamento, apresentação e deslocamentos em perfeita ordem, em todas as circunstâncias, operacionais ou administrativas; bem como aperfeiçoar o espírito de liderança, exigido para o oficialato militar.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos teórico-práticos das honras militares:

1. Das Honras Militares;

2. Das Honras de Recepção e Despedida;
3. Das Comissões de Cumprimentos a de Pêsames.

Unidade II - Aspectos teórico-práticos de preito da tropa:

1. Considerações gerais;
2. Honras de Gala: guarda de Honra, escoltas de honra, salvas de gala;
3. Honras Fúnebres: guarda fúnebre, escolta fúnebre, salvas fúnebres.

Unidade III - Aspectos teórico-práticos de Cerimonial Militar:

1. Precedência nas Cerimônias
2. Bandeira Nacional: culto à Bandeira em solenidades; hasteamento em datas comemorativas, incorporação e desincorporação da Bandeira;
3. Compromisso dos Militares Nomeados ao Primeiro Posto;
4. Compromisso por Ocasão da Declaração Aspirantes-a-Oficial;
5. Passagens de Comando, Chefia ou Direção;
6. Recepções e Despedidas de Militares;
7. Condecorações.

Unidade IV - Guardas dos Quartéis e Estabelecimentos Militares:

1. Substituição das guardas.
2. Substituição das sentinelas.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 660, de 19 de maio de 2009. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/660a_2009.pdf.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 849, de 04 de abril de 2013 - Regulamento de Continências, Honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas. Ministério da Defesa. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/527634757/PORTARIA-NORMATIVA-N%C2%BA-849-MD-DE-4-DE-ABRIL-DE-2013- Imprensa-Nacional>.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. Manual de Campanha Ordem Unida (EB70-MC10.308), 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5091>.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Carga Horária: 35 horas-aulas.

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Trabalho de Comando.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.

EMENTA:

Conceitos (princípios e tipos), metodologias e práticas relacionadas ao planejamento estratégico. Identificação do sistema. Diagnóstico estratégico. Identidade estratégica. Cenários. Objetivos, estratégias e iniciativas estratégicas. Controle e avaliação do planejamento estratégico. Desdobramentos do planejamento estratégico (níveis tático e de ação). Aplicação na PMDF. Elementos do Planejamento Estratégico da PMDF e de seus desdobramentos.

OBJETIVO GERAL:

Assimilar questões relacionadas ao planejamento e à gestão estratégica, com foco no estudo de caso da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como na elaboração de planos em seus diversos níveis.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Pensamento estratégico:

1. Evolução do pensamento estratégico.
2. Concepção de estratégia.

Unidade II - Planejamento organizacional

1. Conhecimento de planejamento e de sistema.
2. Princípios e tipos de planejamento.
3. Níveis de planejamento (estratégico, tático e operacional).
4. Teoria geral dos sistemas.
5. Ciclo básico do planejamento estratégico.
6. Metodologia de elaboração do planejamento estratégico.
7. Identificação do Sistema.

Unidade III - Identificação organizacional

1. Histórico; atribuições; e estrutura organizacional

Unidade IV - Precedentes do planejamento

1. Diagnóstico estratégico
2. Análise de ambiente interno e externo (Matriz SWOT)
3. Mapeamento de processos
4. Identidade estratégica, missão, visão, valores corporativos
5. Políticas Corporativas
6. Cenários (características; e técnicas e métodos de construção)

Unidade V – Elementos do planejamento

1. Objetivos, estratégias e iniciativas estratégicas
2. Objetivos S.M.A.R.T
3. Hierarquia dos objetivos e metas
4. Critérios para obtenção de objetivos
5. Estratégias, iniciativas estratégicas e metas
6. Tomada de decisão (processos, competência, fatores)

Unidade VI - Implementação do planejamento estratégico:

1. Controle e avaliação.
2. Conceitos, finalidades e fases.
3. Revisão do Plano estratégico.
4. *Balanced Scorecard* (BSC).

Unidade VII - Desdobramento do plano estratégico

1. Planos táticos e de ação.
2. Interligação dos projetos com os planos táticos e de ação.
3. Planos diretores e Planos de Ação ou de Metas (enfoque na PMDF).
4. Priorização e matriz GUT.
5. Matriz 5W2H.
6. Plano de risco.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

ANDRADE, Arnaldo Rosa D. Planejamento Estratégico - Formulação, Implementação e Controle, 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788597009040. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009040/>.

GUZZELLI, Arianne M.; XARÃO, Jacqueline C. Planejamento estratégico. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595026360. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026360/>.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças D. Planejamento Estratégico - Conceitos-Metodologia-Práticas, 34ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. ISBN 9788597016840. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016840/>.

POLÍCIA COMUNITÁRIA

Carga Horária: 40 horas-aulas.

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Criminologia I e II.
- Prevenção Criminal.
- Estratégias Contemporâneas de Segurança Pública

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Teorias sobre polícia comunitária. Crime, medo do crime e polícia. Experiências de polícia comunitária comparada.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer aspectos, procedimentos e práticas relacionadas à Polícia Comunitária, a fim facilitar o relacionamento entre profissionais de segurança pública e ou de defesa social e a comunidade.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Teorias sobre polícia comunitária:

1. Definições, características e objetivos da polícia comunitária.
2. Policiamento orientado para o problema.
3. Modelos de Organização Policial e Polícia Comunitária.

Unidade II - Crime, medo do crime e polícia:

1. Medo do crime.
2. Estratégias de policiamento e prevenção criminal.

Unidade III - Experiências de polícia comunitária comparada:

3. Modelo japonês de polícia comunitária.
4. Modelo norte-americano de polícia comunitária.
5. Experiências nacionais de polícia comunitária.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/361311473/Multiplicador-Policia-Comunitaria-pdf>.

HENRIQUES, Márcio S. Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2010. E-book. ISBN 9788582178935. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178935/>.

TROJANOWICZ, R. Policiamento Comunitário: Como Começar. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994. Disponível em: http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/80/pdf_34.

POLICIAMENTO AMBIENTAL

Carga Horária: 40 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Termo Circunstanciado de Ocorrência
- Direito Penal I
- Direito Processual Penal
- Direito Administrativo I

Temáticas de tratamento transversal:

- Educação ambiental.
- Direitos Humanos.

EMENTA:

O meio ambiente e o bioma cerrado. Aspectos de Direito Ambiental. Órgãos de fiscalização ambiental. Polícia ambiental e os crimes ambientais. A polícia ambiental na PMDF.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar fundamentos, conceitos e práticas concernentes à fiscalização e controle ambiental, tendo por foco a realidade institucional da polícia ambiental na Corporação, além de conhecer particularidades sobretipologias penais na área ambiental e aprofundar a consciência sobre a proteção do meio ambiente.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - O meio ambiente e o bioma cerrado

1. Generalidades: meio ambiente (conceito e proteção); biomas (conceito e principais tipos); bens ambientais.
2. Bioma cerrado: tipos, características; relevo/solo; crime; fauna e flora.
3. Observação in loco (solo/vegetação e clima/fauna).

Unidade II - Aspectos de Direito Ambiental

1. Concepção a respeito das fontes de Direito Ambiental (formais e materiais).
2. Abordagem constitucional: direito ao meio ambiente; competência material e legislativa; deveres do poder público; patrimônio nacional.
3. Princípios específicos de Direito Ambiental: aspectos gerais (prevenção; precaução; usuário ou poluidor-pagador; reparação; participação; acesso equitativo).
4. Fases legais da proteção ambiental: evolução; consolidação e especialização (abordar legislação pertinente federal e distrital).
5. Espaços territoriais especialmente protegidos: Unidade de Conservação; Área de Proteção Ambiental; Área de Preservação Permanente; Reserva Florestal Legal; Parques Ecológicos de Uso Múltiplo (noções gerais e aspectos com foco na atividade de polícia ambiental); localidades sob proteção no Distrito Federal.

Unidade III - Órgãos de fiscalização ambiental

1. Sistema Nacional do Meio Ambiente: composição institucional (aspectos gerais).
2. Atividade de fiscalização ambiental: preventiva e corretiva; controle e vigilância; punições (sanções e recuperação/correção).
3. Infração administrativa ambiental: concepção; auto de infração; principais tipologias (foco na realidade institucional); sanções administrativas; papel da instituição na fiscalização administrativa.

Unidade IV - Polícia Ambiental e os Crimes Ambientais

1. Modalidade de policiamento ambiental: tipos e forma de execução; operações policiais e operações integradas.
2. Crimes ambientais de relevância no DF:
 - a. Crimes ambientais: configuração geral (classificação e responsabilidades); implicações imediatas; ação penal.

- b. Crimes contra a fauna: animais silvestres (caçar, apanhar, maus-tratos); fauna aquática (emissão de efluentes, lançamento de detritos, pesca proibida, pesca por meios proibidos); hipóteses de exclusão do crime.
 - c. Crimes contra a flora: florestas protegidas (dano, corte); unidades de conservação e áreas de proteção ambiental (dano); incêndios; balões; extração de recursos; madeira ou carvão sem licença (adquirir, guardar ou vender); plantas de ornamentação; desmatamento; motosserra; instrumentos de caça.
 - d. Outros crimes ambientais: poluição; recursos minerais (pesquisa e extração); substâncias tóxicas (adquirir, guardar, usar); pichação; atuação fiscalizadora (dificultar ou obstar);
3. Termo circunstanciado para crimes ambientais e o sistema gênese.

Unidade V - A polícia ambiental na PMDF

1. Unidades, equipamentos específicos e especialização.
2. Estatística dos crimes ambientais no DF e da produtividade das unidades especializadas.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 692, de 1º de dezembro de 2009. Aprova e Institui na Polícia Militar do Distrito Federal o Manual de Policiamento Ambiental.

PRADO, Luiz R. Direito Penal do Ambiente. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. ISBN 9788530986919. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986919/>.

TRENNEPOHL, Terence. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622982. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622982/>.

POLICIAMENTO DE TRÂNSITO II

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Policiamento de Trânsito II
- Abordagem Policial
- Direito Administrativo I
- Doutrina de Policiamento Ostensivo.

Temáticas de tratamento transversal:

- Direitos Humanos.
- Ética e cidadania.
- Diversidade de pessoas.

EMENTA:

Autoridade de trânsito e seus agentes. Fiscalização, operação e policiamento. Autuação: particularidades do processo e do instrumento. Sinais de trânsito. Veículos. Registro e Licenciamento. Habilitação de condutores. Infrações de trânsito: particulares. Medidas administrativas e penalidades. Temas específicos em matéria de trânsito.

OBJETIVO GERAL:

Conhece e assimilar aspectos legais e procedimentos relacionados à atuação fiscalizatória da Polícia Militar no trânsito, sempre com observância da lei e dos Direitos Humanos.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade Única - Aspectos da fiscalização de trânsito:

1. Autoridade de trânsito e seus agentes: conceito e abrangência; ato de designação.

2. Fiscalização, operação e policiamento: distinções e características.
3. Autuação: conceito; validade; dinâmica do processo; recursos (abordagem geral); flagrância do ato versus presença do agente; auto de infração (especificidades de preenchimento e principais erros); notificação.
4. Sinais de trânsito: classificação e ordem de prevalência.
5. Veículos: classificação (tração, espécie e categoria); passageiros; peso e carga; lista de equipamentos de uso obrigatório; aspectos relacionados às áreas envidraçadas.
6. Registro e Licenciamento: conceitos; características; documentos; porte.
7. Habilitação de condutores: categorias e requisitos (abordagem geral); CNH digital.
8. Infração de Trânsito: relação com as normas de circulação e conduta; características gerais; tipologias principais; fichas de enquadramento (manuais).
9. Medidas administrativas e penalidades: conceitos; tipos; hipóteses de aplicação; competência; responsabilidade (distinção entre proprietário, condutor, embarcador e transportador).
10. Temas específicos em matéria de trânsito (foco na atividade de trânsito desenvolvida pela Corporação): som automotivo; transparência das áreas envidraçadas do veículo; condutor alcoolizado (prova); pneu com desgaste excessivo na banda de rolagem; utilização de aparelhos de fiscalização de velocidade.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

CONTRAN. Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/mbvt20222.pdf>.
BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, Brasília: Presidência da República (Planalto), 23 set. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm.
MITIDIERO, Nei Pires. Crimes de trânsito e crimes de circulação extratrânsito: comentários à parte penal do CTB. São Paulo: Editora Saraiva. 2015. E-book. ISBN 9788502225282. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502225282>.

POLICIAMENTO OSTENSIVO DE CONTROLE DE MASSAS

Carga Horária: 50 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Doutrina de Policiamento Ostensivo.

Temáticas de tratamento transversal:

- Direitos Humanos.
- Ética e cidadania.
- Diversidade de pessoas.
- Uso diferenciado da força

EMENTA:

Doutrina policial para o controle de massas: conceitos, estudo sobre as massas, policiamento ostensivo de controle de massas, emprego dos meios. Operações de controle de massas: conceitos, alternativas táticas, princípios, desdobramento e procedimentos. Policiamento em praças desportivas. Técnicas Policiais para o controle de massas. Policiamento em praças desportivas.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar conceitos e aspectos relacionados ao Policiamento Ostensivo de Controle de Massas, bem como desenvolver habilidades em técnicas policiais de controle de massas, visando a manutenção da ordem pública, diante do controle ético de multidões.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Doutrina Policial Para o Controle de Massas:

1. Perturbação da ordem pública (abordar também tipos) e grave perturbação da ordem pública.
2. Tipos de massas: aglomeração, manifestação, reunião ou multidão, tumulto, turba, distúrbio civil.
3. Fatores psicológicos que influenciam as massas: número; anonimato; imitação; contágio; sugestão; novidade; expansão de emoções reprimidas.
4. Níveis de interação com a força policial: normalidade; cooperativo; resistente passivo e ativo; agressão não letal e letal.
5. Ações desencadeadas contra a tropa: impropérios; ataques a pessoas e veículos; lançamento de objetos; emprego de fogo; uso de armamento; barricada; etc.
6. Policiamento Ostensivo de Controle de Massas (POCM): conceito, características e distinção para o policiamento de choque.
7. Tomada de decisão quanto ao emprego dos meios: vias de fuga, demonstração de força; ordem de dispersão; recolhimento de provas; emprego de agentes químicos; emprego de água; carga de cassetete; detenção de líderes; atiradores de elite; emprego de arma de fogo.

Unidade II - Operações de Controle de Massas:

1. Conceito.
2. Alternativas táticas: isolamento de área; intervenção de trânsito; controle de massa; negociação; intervenção (choque).
3. Princípios gerais de operações.
4. Desdobramento geral das operações.
5. Procedimentos operacionais: teatro de operações; itinerários; presença; negociação; advertências; provas; prisões apreensões; instrumentos de menor potencial ofensivo.

Unidade III - Policiamento em praças desportivas:

1. Conceito.
2. Tipos de eventos desportivos.
3. Policiamento em locais fechados (estádios ou ginásios): inspeção; reunião preparatória; análise das características do evento; emprego de tropa; fases da operação.
4. Segurança de eventos desportivos: competência interna; peculiaridades.

Unidade IV - Técnicas Policiais Para o Controle de Massas (treinamento):

1. Abordagem teórico-prática da técnica e do comando de voz associado à sua execução:
 - a. Ordem unida com bastão: a pé firme e em movimento.
 - b. Composição de uma força policial de controle de massas: grupo, pelotão; companhia e batalhão.
 - c. Formações de controles de massas: formações básicas (linha, escalão à direita, escalão à esquerda, cunha, colunas de pelotão); formações de apoio (lateral, central e cerrado).

BIBLIOGRAFIA

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 442, de 16 de fevereiro de 2005. Institui o Manual de Operações de Choque.

FILOCRE, D'Aquino. Revisita à Ordem Pública. Revista Brasília, a. 46, n. 184, out./dez. 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/194953/000881711.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.

OLIVEIRA, James E. Constituição Federal Anotada e Comentada. Rio de Janeiro: Forense, 2013. E-book. ISBN 978-85-309-4667-8. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4667-8/>.

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Carga Horária: 25 horas-aulas.

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Doutrina de Policiamento Ostensivo.
- Polícia Comunitária.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Políticas Públicas: conceito, definição, relação com o direito. Políticas de Segurança Pública no plano federal: planos, fundo, Força Nacional, política nacional, sistema único. Segurança Pública na organização do Governo do Distrito Federal: a segurança pública em nível local, conselhos comunitários.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer conceitos e ações relacionadas à formulação e implementação de políticas públicas, bem como assimilar as principais ações ou programas governamentais, em nível federal e distrital, que se inserem no âmbito das Políticas de Segurança Pública aplicáveis no Distrito Federal.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Políticas Públicas e Políticas de Segurança Pública

1. Noções básicas sobre políticas públicas.
2. Formulação e implementação de Políticas Públicas.
3. As Políticas Públicas e o Direito.
4. Políticas de Segurança Pública: conceito e abrangência.

Unidade II - Políticas de Segurança Pública no plano federal

1. Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP (Senasp/2000).
2. Cooperação federativa no âmbito de Segurança Pública.
3. Fundo Nacional de Segurança Pública.
4. Força Nacional de Segurança Pública.
5. Estatuto das Guardas Municipais: abordagem geral; confronto com atividades de polícia ostensiva.
6. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci.
7. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP.
8. Plano Nacional de Segurança Pública (Senasp/2017).
9. Proposta da Política Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça e da Segurança Pública/2018);
10. Sistema Único de Segurança Pública.

Unidade III - Políticas de Segurança Pública no plano distrital

1. A Segurança Pública na Lei Orgânica do Distrito Federal.
2. Quadro institucional da Secretaria de Segurança Pública: abordagem geral.
3. Conselhos Comunitários de Segurança do Distrito Federal: organização, finalidades e características gerais.
4. Pacto Pela Vida: organização, finalidades e características gerais.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

CERQUEIRA, Daniel. Política Nacional de Segurança Pública Orientada para a Efetividade e o Papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Atlas da Violência - IPEA, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8068/1/BAPI_n11_Pol%c3%adtica.pdf.

OLIVEIRA JR, Almir de; SILVA FILHO, Edison Benedito. Política de Segurança Pública no Brasil: evolução recente e novos desafios. Revista Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a07.pdf>.

SILVA, Fábio de Sá. "Nem isto, nem aquilo": trajetória e características da política nacional de segurança pública (200- 2012). Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, p. 412-431, ago/set. 2012. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/128/125>.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Carga Horária: 60 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Administrativo I.
- Valores e Ética Policiais-Militares.

Temáticas de tratamento transversal:

- Crença e valores policiais-militares.

EMENTA:

Processo e procedimento. Fundamentos e princípios do processo administrativo. Processo administrativo disciplinar: conceitos, fundamentos e fases. Sistema de Justiça e Disciplina corporativo. Processos disciplinares internos.

OBJETIVO GERAL:

Compreender os fundamentos, os princípios e as normas do processo administrativo disciplinar no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Processo Administrativo:

1. Concepção de processo administrativo e seus fundamentos.
2. Distinção entre processo e procedimento.
3. Princípios aplicáveis (gerais e específicos).
4. Regulação federal para o processo administrativo.
5. Aplicabilidade da regulação federal no Distrito Federal.
6. Tipologias de processo administrativo disciplinar (no âmbito civil e na PMDF).

Unidade II - Sistema Integrado de Justiça e Disciplina (SISJUD).

1. Abrangência, importância e funcionalidades.

Unidade III - Especificidades sobre procedimentos e processos internos:

1. Procedimento de Investigação Preliminar: hipóteses, atribuições, dinâmica e aspectos sensíveis.
2. Memorando Acusatório: hipóteses, atribuições, dinâmica e aspectos sensíveis.
3. Sindicância: hipóteses, atribuições, dinâmica e aspectos sensíveis.
4. Conselho de Justificação: hipóteses, atribuições, dinâmica e aspectos sensíveis.
5. Conselho de Disciplina: hipóteses, atribuições, dinâmica e aspectos sensíveis.
6. Processo Administrativo de Licenciamento: hipóteses, atribuições, dinâmica e aspectos sensíveis.
7. Processos específicos da área de educação na PMDF:
 - a. Processo Administrativo de Licenciamento Escolar: hipóteses e dinâmica.
 - b. Processo Administrativo de Desligamento de Curso: hipóteses e dinâmica.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Lei nº 6.477, de 1º de dezembro de 1977. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6477.htm.

FILHO, Romeu Felipe B. Processo administrativo disciplinar. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502189904. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502189904/>.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes D. Tratado de Direito Administrativo Disciplinar, 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2010. E-book. ISBN 978-85-309-5609-7. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5609-7/>.

MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Carga Horária: 20 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Criminologia I e II.
- Prevenção Criminal.
- Estratégias Contemporâneas de Segurança Pública.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Análise teórica e reflexiva sobre o conflito. Administração dos conflitos. Mecanismos autocompositivos. A escalada dos conflitos. O mediador. As principais técnicas empregadas visando a gestão pacífica dos conflitos. Práticas restaurativas e processos heterocompositivos.

OBJETIVO GERAL:

Reconhecer as práticas autocompositivas como um mecanismo hábil a prevenção da violência e da criminalidade.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade Única - Abordagens sobre mediação e resolução de conflitos:

1. Análise teórica e reflexiva sobre o conflito na sociedade contemporânea.
2. Administração dos conflitos: tipologia; autotutela; autocomposição; heterocomposição.
3. Mecanismos autocompositivos: negociação; mediação; e conciliação.
4. A escalada dos conflitos e o grau de autonomia das partes em relação a sua gestão.
5. Habilidades essenciais do mediador/conciliador.
6. As principais técnicas empregadas visando a gestão pacíficas dos conflitos.
7. Práticas restaurativas e processos heterocompositivos: diferenças apontadas pela doutrina.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DA SALLES, Carlos Alberto D.; LORENCINI, Marco Antônio Garcia L.; SILVA, Paulo Eduardo Alves. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9786559640089. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640089/>.

NASSARO, Adilson Luís Franco. O Policial Militar pacificador social: emprego da mediação e da conciliação no policiamento preventivo. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade do Estado de São Paulo, n.º 10, p. 40-56, dez. 2010. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=t71kBAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo D. Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Ebook. ISBN 9788530991463. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991463/>.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Trabalho de Conclusão de Curso II.
- Introdução às Ciências Policiais

Temáticas de tratamento transversal:

- Ciências Policiais.

EMENTA:

Aspectos iniciais: o pensamento científico; apresentação de regras técnicas formais instituídas. Elementos do Projeto de Pesquisa. Desenvolvimento da pesquisa: peculiaridades; coleta de dados e estrutura do trabalho. Elaboração de um projeto de pesquisa.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar conhecimentos e critérios voltados com vistas à elaboração de trabalho de conclusão de curso de natureza técnico-científica.

CONTEÚDO CURRICULAR:

UNIDADE I - Aspectos iniciais:

1. Tipos de pensamento e características do pensamento científico;
2. Projeto de Pesquisa: conceito; importância; distinção para o trabalho de conclusão.
3. Apresentação dos parâmetros formais de elaboração aplicáveis na Corporação.

Unidade II - Elementos do Projeto de Pesquisa:

1. Tema, problemática, justificativa, objetivos.
2. Metodologia, recursos, cronograma de execução.

Unidade III - Desenvolvimento da Pesquisa

1. Problema (delimitação do tema) e hipóteses de pesquisa.
2. Revisão da literatura: leitura; abrangência e fichamento.
3. Coleta de dados e base de dados: tipos de dados e bases disponíveis.
4. Interpretação dos resultados.
5. Aspectos relacionados à estrutura do trabalho:
 - a. Introdução, Desenvolvimento e Conclusões.
 - b. Padronização redacional: abreviaturas, símbolos, tabelas, figuras, gráficos, citações.
 - c. Parâmetros formais: observância.
 - d. Citações: preocupação com a fonte e forma.

Unidade IV - Elaboração de Projeto de Pesquisa.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. Barueri, SP: Grupo GEN, 2022. 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>.

LAKATOS, Eva M. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2021. 9788597026559. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/>.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas. São Paulo: Edições 70, 2021. 9786586618518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618518/>.



3º ano - CFO III

Plano de Disciplinas

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

PLANO BÁSICO DE DISCIPLINAS

TÍTULO IV – 3º ANO DE FORMAÇÃO (CFO III)

CAPÍTULO I – DAS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CFO III

No 3º ano de formação, procura-se consolidar aspectos relacionados ao exercício do comando e chefia, reafirmar de modo mais profícuo valores institucionais - focando-se na atuação do oficial na Corporação - e ampliar os conhecimentos relacionados com a missão constitucional atribuída à Polícia Militar, inclusive no que diz respeito à polícia judiciária militar. Além disso, busca-se fornecer bases para que haja uma compreensão mais densa a respeito do crime, da justiça e do papel da Polícia Militar na sociedade.

Seguem listadas abaixo as disciplinas que compõem o 3º ano de formação do CFO:

- 1 ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO III
- 2 BASES DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR II
- 3 COMANDO, CHEFIA E LIDERANÇA II
- 4 CRIMINALÍSTICA
- 5 CRIMINOLOGIA APLICADA II
- 6 DEFESA PESSOAL III
- 7 DIREITO ADMINISTRATIVO II
- 8 DIREITO PENAL APLICADO III
- 9 EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR III
- 10 ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS EM SEGURANÇA PÚBLICA
- 11 GERENCIAMENTO DE CRISE
- 12 GESTÃO DE MATERIAIS APLICADA
- 13 GESTÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS
- 14 GESTÃO DE PESSOAS APLICADA
- 15 GESTÃO DE PROJETOS APLICADA
- 16 INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA
- 17 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL
- 18 LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL III
- 19 MEDICINA LEGAL
- 20 NORMAS DE CONDUTA SOCIAL
- 21 ORDEM UNIDA III
- 22 POLICIAMENTO MONTADO
- 23 PREVENÇÃO CRIMINAL

- 24 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- 25 TRABALHO DE COMANDO
- 26 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

CAPÍTULO II – DO PLANO DE DISCIPLINAS DO CFO III

ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO III

Carga Horária: 110 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

Armamento, Munição e Tiro I e II

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Didática aplicada e Quadro de Análise de Tiro. Balística e Munições: características, efeitos, energia e calibres. Armamentos de dotação da corporação: armas de fogo portátil, de cano longo e de alma raiada. Técnicas de tiro policial e de combate: montagem de pista, combate aproximado, combate veicular, acuidade. Tiro Defensivo de Preservação da Vida, Nível Multiplicador.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar técnicas de tiro e de confronto armado, procurando desenvolver habilidades específicas na área, bem como reconhecer e diferenciar os vários tipos de armamento e munição, e seus respectivos efeitos, além de ser habilitado ao uso de armamentos de dotação da Corporação e para servirem como multiplicadores do Curso de Tiro Defensivo na Preservação da Vida (Método Giraldi).

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Didática Aplicada e Quadro de Análise de Tiro:

1. Didática Aplicada:
 - a. Principais metodologias e recursos didáticos aplicados a prática docente do tiro policial.
 - b. Atuação do professor de tiro dentro do processo ensino-aprendizagem.
 - c. Documentações e logística necessárias para a prática de tiro.
2. Quadro de Análise do Tiro:
 - a. Características dos fundamentos de tiro: posições, empunhadura, visada, acionamento do gatilho.
 - b. Estudo do Quadro de Análise e suas correções.
 - c. Treinamento em 'seco' dos fundamentos.

Unidade II - Balística e Munições:

1. Revisão de conceitos, componentes do cartucho (foco nos calibres 5,56 e 7,62), diferentes tipos de projéteis e seus efeitos (balística terminal).
2. Calibres e energia cinética relacionada ao disparo (foco nos calibres indicados).
3. Demonstração prática dos efeitos dos disparos de armas de fogo em diferentes materiais.

Unidade III - Armamentos de dotação da Corporação:

1. Fuzil MD 97 Cal. 5,56; Fuzil Cal 7,62 (tópicos para cada uma das armas):

- a. História, classificação, nomenclatura, funcionamento, dispositivos de segurança.
- b. Manejo, desmontagem e montagem.
- c. Incidentes de tiro.
- d. Técnicas de tiro específicas do armamento.
- e. Manutenção e normas de segurança;
- f. Prática de tiro: habilitação e deslocamento.

Unidade IV - Técnicas de tiro policial e tiro de combate:

1. Acuidade e tiro em baixa luminosidade:
 - a. Exercícios de pista de tiro policial com emprego de lanterna;
 - b. Princípios de combate em situações de baixa luminosidade;
 - c. Análise do ambiente e demonstração prática de acuidade visual.
2. Tiro de combate aproximado:
 - a. Técnicas de saque, defesa, disparos, recargas e abrigo em situações de confronto armado aproximado (ostensivo e velado).
3. Combate veicular:
 - a. Balística aplicada a veículos. Uso efetivo da barricada. Técnicas de ação imediata. Identificação da ameaça. Desembarque. Emboscada e contra emboscada.
4. Pista de tiro policial:
 - a. Procedimentos de segurança para a montagem das pistas de tiro policial. Limitações do estande. Tipos de alvos. Desenhos de pistas. Parâmetros de dificuldade e avaliação conforme objetivo da instrução. Pistas dinâmicas com emprego de armamento portátil e de porte.

Unidade V - Tiro Defensivo de Preservação da Vida - Multiplicador:

1. Apresentação do Método, Pista Policial de Instrução e Pista Policial de Aplicação;
2. Prática de docência em cursos ou treinamentos periódicos.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha. Tiro das Armas Portáteis 1ª Parte Fuzil (C 23-1), 2004. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/431>.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Portaria PMDF Nº 1.237, DE 19 de novembro de 2021. Regulamenta e padroniza as instruções de tiro durante habilitações, adaptações, treinamentos, cursos e estágios. Disponível em: <https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/2669.pdf>.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Instrução Normativa nº 23, de 25 de junho de 2020. Dispõe sobre a aplicação das Instruções Gerais para Tiro Policial Militar (PMDF-DEC/IG-03/2020).

BASES DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR II

Carga Horária: 30 horas-aulas

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial militar, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Bases do Atendimento Pré-Hospitalar I.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Aquisição de novos conhecimentos básicos de anatomia, fisiologia e condução de situações de urgência e emergência pré-hospitalares mais frequentemente observadas pelo policial militar. Simulações e treinamentos em geral.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer procedimentos e desenvolver novas habilidades de atendimento pré-hospitalar, visando assegurar nível adequado de conhecimento na área a fim de viabilizar, em circunstâncias excepcionais, atendimento emergencial simples ou o suporte da vida até a intervenção de especialista.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Noções Básicas das Principais Patologias em Emergências em Ocorrências Policiais

1. Emergências Cardíacas: Protocolos ACLS e AHA, atualizados.
2. Acidente vascular cerebral.
3. Perda da Consciência (Desmaio) e convulsão.
4. Asma, bronquites e síndromes respiratórias.
5. Diabetes / hipoglicemia.
6. Alterações Psiquiátricas.
7. Cólicas / abdômen agudo.
8. Envenenamento e intoxicação.
9. Alterações por ação ou abuso de drogas e substâncias químicas.
10. Transtornos psiquiátricos.

Unidade II - Noções de Emergências de Combate:

1. Hemorragias, Ferimentos e Estado de Choque
2. Choque (cardiogênico, hipovolêmico, neurogênico e séptico): reconhecimento e tratamento pré-hospitalar
3. Uso de Torniquete Tático.
4. Ferimentos no crânio.
5. Ferimentos na face.
6. Ferimentos no pescoço.
7. Ferimentos no tórax.
8. Ferimentos no abdômen.
9. Ferimentos nos membros superiores.
10. Ferimentos nos membros inferiores.

Unidade III - Noções e Manejo Básico de Traumas:

1. Trauma músculo esquelético e transporte de vítimas no trauma.
2. Fraturas (Generalidades)
3. Luxação e Entorse
4. Trauma crânio encefálico
5. Trauma torácico
6. Trauma pélvico
7. Trauma de crânio
8. Fraturas na cintura escapular
9. Fraturas em membros superiores e inferiores
10. Queimaduras e choque elétrico: Classificação, Procedimentos, Quadro clínico e tratamento

Unidade IV - Noções de Obstrução de Vias Aéreas Superiores

1. Evento traumático asfíxiante em meio líquido, com evolução clínica:
 - a. Afogamento.
 - b. Identificação, classificação;
2. Tratamento e Prevenção

Unidade V - Noções de Emergências Obstétricas:

1. Obstetrícia e Parto.
2. Sinais de parto.
3. Conduta.
4. Aborto.

Unidade VI - Noções de Resgate e Salvamento:

1. Administração e Organização: generalidades sobre sistema Resgate e do SAMU 192.

2. Conceitos de atenção primária à saúde e segurança pública.
3. Políticas do Sistema Único de Saúde- SUS.
4. Impacto social e econômico do APH no Brasil.
5. Cuidados de Enfermagem e saúde em ocorrências policiais.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

KARREN, Keith J. Suporte Básico de Vida. São Paulo: Editora Manole, 2011. E-book. ISBN 9788520444924. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444924/>

MORAES, Márcia Vilma Gonçalves D. Primeiros socorros para estudantes. São Paulo: Editora Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520462430. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520462430/>.

WHITAKER, Iveth Yamaguchi; GATTO, Maria Alice Fortes. Pronto-socorro: Atenção Hospitalar às Emergências. São Paulo: Editora Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520451922. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520451922>.

COMANDO, CHEFIA E LIDERANÇA II

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Comando, Chefia e Liderança I.
- Valores e Ética Policiais-Militares.

Temáticas de tratamento transversal:

- Crença e valores policiais-militares.

EMENTA:

Teoria de Liderança. Estilos de liderança. Autodesenvolvimento da Liderança. Conceitos e Tipos. Desenvolvimento de Competências. Liderança Militar. Competências do Líder Militar. Aspectos da Chefia Militar.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar conhecimentos e práticas relacionadas ao exercício do Comando, Chefia e Liderança, bem como desenvolver habilidades específicas na área, de modo a manter íntegro os valores institucionais e contribuir para o desenvolvimento da Corporação.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Abordagem Geral sobre Liderança:

1. Teorias de Liderança: conceitos; liderança e sua perspectiva histórica; estudo da Teoria dos Traços, Teoria Comportamental e Teoria Situacional; tipos ou formas de poder.
2. Estilos de liderança: liderança autocrática; liderança democrática; liderança liberal; liderança situacional; liderança *coaching*.
3. Autodesenvolvimento da liderança: funções desempenhadas pelos líderes; atributos e valores necessários ao exercício da liderança; o profissional frágil, o resiliente e o anti-frágil; autoconhecimento; dedicação ao trabalho; influência da comunicação no processo de liderar.

Unidade II - Liderança Militar:

1. Liderança Militar e Competências do líder militar.

2. Formas de Exercício da Liderança.
3. Conceitos de Comando e Chefia Militar.
4. Aspectos da Chefia Militar: Instruir, disciplinar e administrar.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DAHL, Jean. Liderança Lean. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021. E-book. ISBN 9786555202335. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555202335/>.

BLANCHARD, Ken. Liderança de Alto Nível: Como Criar e Liderar Organizações de Alto Desempenho. Porto Alegre: Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9788582605240. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582605240>.

BRASIL. Exército Brasileiro. Liderança Militar. Manual de Campanha. Liderança Militar (C 20-10), 2011. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/302/1/C-20-10.pdf>.

CRIMINALÍSTICA

Carga Horária: 35 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Medicina legal.
- Direito Processual Penal.
- Direito Processual Penal Militar.
- Investigação Criminal.

Temáticas de tratamento transversal:

- Proteção de bens jurídicos.

EMENTA:

História e postulados da Criminalística. Importância da prova material. Local de crime: conceito; exame de local de crime; isolamento e preservação; vestígios; cadeia de custódia; quesitação e interpretação de laudo; vertentes criminalísticas. Vertentes criminalísticas.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e compreender conceitos e procedimentos que se encontram, direta ou indiretamente, relacionados à atuação da polícia científica, de modo a assegurar a integridade das provas materiais de infrações penais, sejam comuns ou militares.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Generalidades:

1. Histórico e evolução da Criminalística.
2. Postulados e princípios fundamentais da Criminalística.
3. Importância da prova material nos processos judiciais.

Unidade II - Local de crime:

1. Conceito e caracterização do local de crime (tipos e classificação).
2. Exame do Local de Crime.
3. Isolamento e preservação (situação encontrada, segurança e delimitação da área).
4. Conceitos aplicados: vestígios (verdadeiro, ilusório e forjado), evidências e indícios.
5. Particularidades de perícia em locais de crimes contra a vida, contra o patrimônio e de trânsito.
6. Cadeia de custódia e procedimentos do perito (constatação, identificação e encaminhamento).
7. Quesitação e interpretação de Laudo Pericial.

Unidade III - Vertentes criminalísticas:

1. Genética Forense e exames de DNA: concepção e particularidades
2. Papiloscopia: concepção e particularidades.
3. Balística Forense: concepção e particularidades.
4. Grafotécnica e Documentoscopia: concepção e particularidades.
5. Fonética Forense: concepção e particularidades.
6. Toxicologia forense: substâncias entorpecentes.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

CARVALHO, Guilherme Moraes de. A implantação da criminalística na PMDF. Revista Ciência & Polícia, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 7-34, jan/jul 2021. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:EyppEaTHhn8J:https://revista.iscp.edu.br/index.php/rcp/article/download/158/53/&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

PEREIRA, Eliomar da S. Teoria da Investigação Criminal. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. E-book. ISBN 9786556275802. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556275802/>.

UNODC. Conscientização sobre o Local de Crime e as evidências materiais em especial para pessoal não-forense. Nações Unidas: Nova York, 2010. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/scientific/Crime_Scene_Awareness_Portuguese_Ebook.pdf.

CRIMINOLOGIA APLICADA II

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Criminologia Aplicada I.
- Polícia Comunitária.
- Prevenção Criminal.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Criminologia transnacional. Efeitos do policiamento sobre a variação criminal. Indicadores de desempenho e indicadores de resultado. Estratégias contemporâneas de policiamento. Medo do crime e desordem. Estratégias interagenciais. Policiamento orientado por resultados e policiamento comunitário.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e compreender as evidências contemporâneas produzidas a partir das teorias criminológicas e suas formas de aplicação na atividade policial militar no Brasil, que buscam torná-lo mais efetivo perante a sociedade.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade única - Criminologia e policiamento

1. Criminologia translacional.
2. Efeitos do policiamento sobre a variação criminal a partir de categorias socioeconômicas, políticas e espaciais.
3. Indicadores de desempenho e indicadores de resultados.
4. Estratégias contemporâneas de policiamento.
5. Medo do crime e desordem.
6. Estratégias interagenciais em Segurança Pública.
7. Policiamento orientado por resultados.

8. Policiamento comunitário: noção e enquadramento teórico.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

NUCCI, Guilherme de Souza. Criminologia. São Paulo: Editora Forense, 2021. E-book. ISBN 9786559641437. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559641437/>.
 LAURITSEN, Janet L. How Families and Communities Influence Youth Victimization. Juvenile Justice Bulletin, Washington, DC, November 2003. Disponível em: <https://www.ojp.gov/pdffiles1/ojjdp/201629.pdf>.
 PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio.; PENTEADO, Nestor S. Manual Esquemático de Criminologia. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9788530987008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530987008/>.

DEFESA PESSOAL III

Carga Horária: 90 horas-aulas.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Abordagem Policial;
- Defesa Pessoal I e II.

Temáticas de tratamento transversal:

- Uso diferenciado da força.
- Direitos Humanos.

EMENTA:

Revisão de conceitos aplicáveis à Defesa Pessoal Policial Militar (DPPM). Técnicas próprias de defesa pessoal. Consolidação das técnicas de uso da tonfa e utilização de bastão retrátil. Simulações e treinamentos.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer, assimilar e consolidar técnicas de Defesa Pessoal Policial Militar, por meio de treinamento prático, a partir da simulação de cenários próximos da realidade da atuação de polícia, visando a autopreservação e contenção individual de terceiros.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos Gerais:

1. Revisão de conceitos: uso diferenciado da força; vedação de excesso; distância de segurança.

Unidade II - Técnicas Próprias de Defesa Pessoal:

1. Técnicas próprias de Defesa Pessoal Policial Militar (técnicas avançadas definidas pela Corporação).
2. Simulação de cenários: utilização das várias técnicas aprendidas em Defesa Pessoal I, II e III.

Unidade III - Uso do Bastão Tonfa e Bastão Retrátil:

1. Consolidação de técnicas básicas e avançadas de uso da tonfa.
2. Consolidação das técnicas de utilização do bastão retrátil.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.
 DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Portaria Nº 1.209, de 17 de agosto de 2021. Dispõe sobre manual defesa pessoal policial-Militar (M-6-PM) no âmbito da PMDF.
 DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Departamento de Educação e Cultura. Instrução Normativa n. 50, de 28 de julho de 2021. Dispõe sobre a aplicação das Instruções Gerais para o Treinamento de Defesa Pessoal Policial Militar (PMDF/DEC/IG-01 - 2ª Edição Atualizada) no âmbito da PMDF.

DIREITO ADMINISTRATIVO II

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Gestão de Orçamento e Finanças.
- Gestão de Materiais Aplicada.
- Aquisições Corporativas.

Temáticas de tratamento transversal:

- Legalidade.
- Fiscalização.
- Responsabilidade legal.

EMENTA:

Contratos Administrativos. Improbidade Administrativa. Bens Públicos. Intervenção estatal na propriedade. Responsabilidade da Administração Pública.

OBJETIVO GERAL:

Revisar e consolidar fundamentos, princípios e doutrina de Direito Administrativo, com vistas a permitir o aprimoramento contínuo das práticas administrativas pelo conhecimento.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Contratos Administrativos:

1. Generalidades: definição; competência; e características.
2. Cláusulas exorbitantes e obrigatórias; e garantias.
3. Formalização do contrato.
4. Execução e fiscalização do contrato.
5. Reajuste e revisão.
6. Inexecução (com e sem culpa): revisão
7. Extinção: impossibilidade fática; nulidade; rescisão (consensual, judicial, unilateral)

Unidade II - Convênio Administrativo:

1. Generalidades: concepção; objetivos; vedações.
2. Celebração e execução.

Unidade III - Bens Públicos:

1. Domínio Público, iminente e patrimonial.
2. Definição e classificação.
3. Administração, utilização e alienação dos bens públicos.
4. Regime Jurídico: inalienabilidade; imprescritibilidade; impenhorabilidade; impossibilidade de oneração; formas de aquisição; uso de bem público por terceiro (autorização, permissão e concessão).
5. Espécies de bens públicos: terras devolutas; vias e logradouros públicos; recursos minerais (águas).

Unidade IV - Intervenção Estatal na Propriedade:

1. Requisitos constitucionais.
2. Modalidades de intervenção: finalidade e ato concretizador (servidão, requisição, ocupação temporária, limitações e desapropriação).

Unidade V - Responsabilidade da Administração Pública:

1. Evolução da responsabilidade civil do Estado no Direito Brasileiro.
2. Responsabilidade do Estado por atos administrativos, legislativos e judiciários (responsabilidade objetiva e subjetiva).
3. Causas excludentes da responsabilidade do Estado.

4. Reparação de danos e direito de regresso.

Unidade VI - Improbidade Administrativa:

1. Concepção e antecedentes.
2. Elementos constitutivos dos atos de improbidade.
3. Sanções aplicáveis.
4. Procedimento administrativo.
5. Ação judicial de improbidade.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do Canto. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. ISBN 9786553620452. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620452>.

SPITZCOVSKY, Celso. Esquematizado - Direito Administrativo. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555596250. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555596250>.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. ISBN 9786559643042. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643042/>.

DIREITO PENAL III

Carga Horária: 45 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Penal I e II.
- Direito Processual Penal.

Temáticas de tratamento transversal:

- Proteção de bens jurídicos.

EMENTA:

Tópicos e discussões técnico-jurídicas selecionadas de Direito Penal, que alcançam desde uma concepção abstrata do crime (como funcionalismo, bens jurídicos, causalidade, imputação, pena) até uma perspectiva mais concreta dos crimes (crime impossível, crime de omissão, crime de perigo, a posição de garante), além de abordar questões afetas à infiltração policial, vertentes do Direito Penal e a justiça restaurativa.

OBJETIVO GERAL:

Apreender uma perspectiva científica e mais profunda do Direito Penal, amparando-se por vezes no direito comparado, de modo a favorecer pesquisas próprias no âmbito dessa área do conhecimento e contribuir eventualmente para o aprimoramento de políticas públicas que repercutem na segurança pública. Para tanto, deve-se apresentar problemas e questões, de modo denso e articulado, sobre tópicos selecionados de Direito Penal.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Tópicos em Direito Penal (perspectiva abstrata do crime)

1. Os limites e as perspectivas das concepções doutrinárias na atuação policial.
2. Funcionalismo e bens jurídicos.
3. A crise do Direito Penal do bem jurídico.
4. Conceito material do crime.
5. Imputação objetiva e Teoria do Risco.
6. Resultado e nexo de causalidade.
7. A culpabilidade no direito brasileiro
8. Direito Penal do fato (cotejo com Direito Penal do autor e Direito Penal do Inimigo)

9. Finalidades e fundamento da pena (Teoria da Prevenção)
10. Garantismo penal

Unidade II - Tópicos em Direito Penal (perspectiva concreta do crime)

1. Crime impossível
 - a. Relação com a provocação ao delito
 - b. A tentativa impossível no direito comparado
 - c. Crime impossível e delito putativo
2. Crimes de omissão
3. A posição de garante no direito brasileiro e no direito comparado
4. Crimes de perigo e crimes inerentes a sociedade do risco.

Unidade III - Questões complementares

5. Infiltração policial e seus limites.
6. Direito Penal do Indígena.
7. Direito Penal Simbólico e a Expansão do Direito Penal.
8. Justiça restaurativa.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

GRECO, Rogério. Direito Penal Estruturado. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. ISBN 9788530993412. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993412/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

GRECCO, Rogério. Código Penal Comentado. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559770700. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770700/>.

WOLKMER, Antônio C. Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico, 9ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502625884. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502625884/>.

EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR III

Carga Horária: 80 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Educação Física Militar I e II.

Temáticas de tratamento transversal:

- Zelo pelo preparo físico.

EMENTA:

Fundamentação teórica quanto aos princípios gerais do treinamento físico. Massificação dos métodos de treinamento físico militar e habilitação nas funções de aplicador de treinamento físico militar e de avaliador de teste de aptidão física. Protocolos ligados à promoção da saúde, às atividades da vida diária e ao serviço policial militar.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer os subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de programas avançados de treinamento ligados ao aprimoramento das diferentes capacidades físicas, à profilaxia de doenças relacionadas à inatividade, à melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, ao aprimoramento da produtividade policial militar. Além disso, promover habilitação para se tornar aplicador de treinamento físico militar e de avaliador do teste de aptidão física, na forma da legislação em vigor.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Avaliação inicial da condição física:

1. Aplicação de testes antropométricos (constituição corporal, peso, altura, perímetros, pressão arterial e frequência cardíaca de repouso).

2. Mensuração das capacidades de resistência, força, velocidade e flexibilidade, na primeira e na última semana de aula em cada semestre.

Unidade II - Abordagens teóricas:

1. Consolidação dos fundamentos do Treinamento Físico-Militar (TFM).
2. Aspectos do treinamento físico: adaptação, sobrecarga, continuidade, individualidade biológica, interdependência volume/intensidade, especificidade e destreinamento).
3. O Teste de Aptidão Física (TAF) na PMDF: peculiaridades; cuidados; dinâmica; ordem unida associada (importância e exigência).
4. TFM na Polícia Militar: os protocolos e o Regulamento Geral de Educação; ordem unida associada (importância e exigência).

Unidade III - Treinamento Físico Militar:

1. Massificação e diversificação dos programas de periodização do treinamento físico.
2. Desenvolvimento de treinamentos cardiopulmonar e neuromuscular.
3. Desenvolvimento de treinamento utilitário: pista de progressão policial-militar, ginástica com toros, circuito operacional.
4. Prática específica para habilitação nas funções de aplicador de Treinamento Físico-Militar e de avaliador do Teste de Aptidão Física.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha Treinamento Físico Militar (EB70-MC-10.375), 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9759>.

GOMES, Antônio C. Treinamento desportivo: estrutura e periodização. Porto Alegre: Artmed, 2009. E-book. ISBN 9788536320885. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536320885/>.

HOFFMAN, Jay R. Guia de Condicionamento Físico: Diretrizes para Elaboração de Programas. Barueri [SP]: Editora Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520448533. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520448533/>.

ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Criminologia I e II.
- Prevenção Criminal.
- Resolução Alternativa de Conflitos.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA

Novas formas de se pensar o papel da polícia e dos demais órgãos integrantes do sistema de segurança pública brasileiro. Os principais problemas enfrentados pelas forças de segurança. Modelos tradicionais de emprego de policiamento. Modelos contemporâneos de emprego do policiamento. Policiamento preditivo. Ferramentas tecnológicas. Novas estratégias organizacionais.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar novas estratégias, modelos de emprego de policiamento e tecnologias aplicáveis à segurança pública.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade Única - Estratégias de Segurança Pública:

1. Novas formas de se pensar o papel da polícia e dos demais órgãos integrantes do sistema de segurança pública brasileiro.
2. Os principais problemas enfrentados pelas forças de segurança pública.
3. Modelos tradicionais de emprego de policiamento.
4. Modelos contemporâneos de emprego de policiamento.
5. Policiamento preditivo ou orientado pelas informações.
6. Ferramentas tecnológicas aplicáveis à segurança pública.
7. Novas estratégias organizacionais aplicáveis aos órgãos de segurança pública.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BAYLEY, David H. Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional. Coleção Polícia e Sociedade n.º 1. Tradução Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: EDUSP, 2002. (Biblioteca, localização: 35 B358p 2. ed.).

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas. Coleção Polícia e Sociedade N. 2. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 2002. (Biblioteca, localização: 351.74 S628n 2. ed.).

CARDOSO, Aderivaldo Martins. Policiamento inteligente: uma análise dos postos comunitários de segurança pública no Distrito Federal. Brasília: [s. n.], 2011. (Bib.2020.255 351.74(817.4) C268p).

GERENCIAMENTO DE CRISE

Carga Horária: 25 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Doutrina de Policiamento Ostensivo

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.
- Direitos Humanos.

EMENTA:

Abordagem preliminar: crises; gerenciamento e sua importância. Aspectos doutrinários: ação, risco, resposta. Gerenciamento de Crise: alternativas táticas; perímetro de segurança; fases do gerenciamento; fatores; ações do primeiro interventor e aspectos da Operação Gerente.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar conceitos e técnicas de gerenciamento de crise, de modo a tratar, como integrante do policiamento ostensivo, de maneira adequada e inicial ocorrências dessa natureza

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Abordagem Preliminar:

1. Crises: conceito; características (imprevisibilidade; compressão do tempo; ameaça a vida; etc.).
2. Gerenciamento de crise: conceito.
3. Importância das técnicas de gerenciamento de crise.

Unidade II - Aspectos doutrinários:

1. Critérios de ação: necessidade; validade do risco; aceitabilidade (ética, legal e moral).
2. Graus de risco: classificação.
3. Níveis de resposta.
4. Causadores de eventos críticos: tipologias.

Unidade III - Gerenciamento de Crise:

1. Alternativas táticas: negociação; técnicas não-letais; tiro de comprometimento; invasão tática.
2. Perímetro de segurança.
3. Teatro de operações: cenário; posto de comando (necessidade, comunicações, segurança, localização; tarefas; elementos de comando, operacionais e de apoio); dificuldades.
4. Fases do gerenciamento: preparo (elementos); resposta imediata (medidas integrantes); plano específico; resolução.
5. Fatores que interferem na tomada de decisões.
6. Ações do primeiro interventor (policial militar do DF) em local de crise.
7. Aspectos da Operação Gerente no âmbito da PMDF.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

SARFATI, Gilberto. Manual de negociação. 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva. 2010. E-book. ISBN 9788522474981. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502119352>.

GAIA, José Américo de Souza. Gerenciamento de Crises. Polícia Militar do Acre. Monografia de Especialização. Universidade Federal do Paraná, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/51173>.

SOUZA, Wanderley Mascarenhas. Negociação de Reféns: Sistematização e Manejo das Ações do Negociador no Contexto da Segurança Pública. São Paulo: Ícone, 2010. (BIB.2015.1301 355.5 S729n).

TELES, Cristina Branca Bento de Matos Soeiro Correia. Gestão de Crises de âmbito Policial: Princípios basilares para negociação de reféns - Reflexão sobre a realidade portuguesa. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. 2013. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/17238>.

GESTÃO DE MATERIAIS APLICADA

Carga Horária: 40 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Aquisições Corporativas.
- Gestão de Orçamento e Finanças.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.

EMENTA:

Conceituação básica: recursos organizacionais; atividades da gestão de materiais; relação com outras áreas. Classificação de materiais. Gestão de estoque. Gestão de Almoxarifados. Gestão Patrimonial no GDF.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer conceitos e práticas gerais de gestão de materiais, de modo a permitir a sua aplicação no âmbito da Corporação, por meio do incremento de melhorias, bem como assimilar regimento básico do Distrito Federal acerca de administração patrimonial.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Conceitos iniciais:

1. Tipos de recursos organizacionais: físicos, financeiros, humanos e capital intelectual.
2. Recursos material e patrimonial: conceitos e objetivos da gestão.

3. Atividades da gestão de materiais: distribuição, estoques e compras.
4. Relação da gestão de materiais com outras áreas da organização.

Unidade II - Classificação de Materiais

1. Atributos da classificação: abrangência; flexibilidade; e praticidade.
2. Etapas da classificação: catalogação; simplificação; identificação; normalização; padronização; codificação.
3. Critérios de classificação de materiais: pela possibilidade de fazer ou comprar (estratégias de aquisição); por demanda; por aplicação na organização; por periculosidade; por perecibilidade; por importância operacional; por valor da demanda.

Unidade III - Gestão de Estoques:

1. Conceitos e relevância.
2. Custos de estoques: de carregamento (armazenagem e de capital); de pedido ou de produção; independentes.
3. Evolução da demanda: consumo constante; consumo sazonal; e consumo de tendência.
4. Métodos de previsão da demanda: categorias (predileção; explicação e projeção); tipos de métodos (último período, média móvel, média ponderada).
5. Sistema de reposição de estoque: tipos de reposição (periódica e contínua); estoque de segurança.

Unidade IV - Gestão de Almoxarifados

1. Objetivos.
2. Atividades básicas: recebimento (etapas); classificação; movimentação; armazenagem (critérios de guarda e de estocagem); distribuição interna.

Unidade V - Gestão Patrimonial:

1. Conceitos iniciais: ativo imobilizado e intangível; objetos da gestão patrimonial (bens imóveis, materiais permanentes e instalações).
2. Disciplina normativa de administração patrimonial no Distrito Federal:
 - a. Incorporação e tombamento;
 - b. Bens não incorporáveis;
 - c. Órgão central de gestão e agentes setoriais de patrimônio;
 - d. Carga geral e responsabilidade pela guarda (responsáveis; obrigações; e vedações);
 - e. Transferência de responsabilidade: ao órgão usuário e ao usuário do bem;
 - f. Movimentação de bens patrimoniais: termo próprio, com ou sem mudança de unidade;
 - g. Recolhimento: noção; bem de recuperação antieconômica; bem inservível; bem ocioso;
 - h. Desincorporação: hipóteses;
 - i. Abordagem geral sobre documentos (CG; TGR; TTGR); cadastro geral de bens e Sistema Geral de Patrimônio – SisGepat;
 - j. Inventário patrimonial.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Materiais: Uma Abordagem Introdutória. Barueri [SP]: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559772889. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772889/>.

FELINI, Renato Ribeiro. Gestão de Materiais. Rev. Vandeir Luiz da Silva e Manuela Deolinda dos Santos da Silva Pires. Brasília: Enap, 2016. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2449/1/Apostila%20-%20Gest%C3%A3o%20de%20Materiais%202016%20%283%29.pdf>.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 16.109, de 1º de dezembro de 1994. Disciplina a administração e o controle dos bens patrimoniais do Distrito Federal. Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/27086/Decreto_16109_01_12_1994.html#:~:text=DECRETO%20N.%C2%BA%2016.109%2C%20DE,que%20lhe%20confere%20o%20art.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 21.909, de 16 de janeiro de 2001. Disciplina a utilização, pelos órgãos da administração centralizada e órgão relativamente autônomo do Distrito Federal, do Sistema Geral de Patrimônio – SisGepat. Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/39494/Decreto_21909_16_01_2001.html#:~:text=DECRETO%20N.%C2%B0%2021.909%2C%20DE,SisGepat%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

GESTÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS

Carga Horária: 40 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Doutrina de Policiamento Ostensivo.
- Trabalho de Comando.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.
- Direitos Humanos.
- Diversidade de pessoas.

EMENTA:

Aspectos Preliminares: conceituação básica; estrutura operacional da PMDF; responsabilidade operacional; níveis de resposta dos Batalhões; pressupostos. Operações Policiais: aspectos gerais; interface com planejamento; operações policiais exercidas na Corporação, operações integradas; participação dos serviços de coordenação e fiscalização; estudo de caso. Aspectos gerais e operação do Sistema de Gerenciamento Operacional da PMDF.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar aspectos e procedimentos relacionados com a gestão de operações policiais na Corporação, visando o emprego adequado da tropa.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Aspectos Preliminares:

1. Conceituação básica: ordem de operação, ordem de serviço, plano de operação, plano de policiamento.
2. Estrutura operacional da PMDF: órgãos direção geral, setorial e de execução.
3. Responsabilidade operacional: territorial; temática; plano de articulação; plano de desdobramento.
4. Níveis de resposta dos Batalhões.
5. Pressupostos para o emprego da tropa em operações:
 - a. Primazia dos direitos humanos.
 - b. Senso de legalidade e legitimidade.
 - c. Ênfase na ação preventiva.
 - d. Planejamento das intervenções policiais.
 - e. Atuação pautada nas diferentes realidades.
 - f. Gestão operacional orientada por resultado.
 - g. Análise Criminal.

Unidade II - Operações Policiais:

1. Conceito; tipos; meios; desdobramento no terreno; gestão (níveis estratégico, tático e operacional); tomada de decisão em situações críticas.
2. Interface planejamento-operações: coleta, registro e tratamento de dados para retroalimentação do planejamento e operações; repercussões em planejamento futuro; utilização de inovação e tecnologia.
3. Operações policiais exercidas pela Corporação: Operação Iguana, Operação Dragão, Operação Aeroporto, Operação Petardo, Operação Gerente.
4. Operações integradas: articulação entre órgãos; protocolos (manifestações na esplanada).
5. Participação dos Coordenadores de Policiamento (geral; regional e da unidade) nas Operações Policiais.
6. Estudo de caso (preservando-se a imagem dos envolvidos).

Unidade III - Sistema de Gerenciamento Operacional da PMDF (Gênesis):

1. Finalidade e amparo normativo.
2. Estrutura e acesso.
3. Cadastros e responsabilidades.
4. Apresentação do Sistema e operação em nível de oficial subalterno e intermediário.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 02, de 25 de setembro de 1990. Aprova e autoriza a pôr em execução o Manual de Policiamento Ostensivo Geral (M-1-PM), 1990.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 802, de 15 de agosto de 2012. Regulamenta as Atividades e o Emprego Operacional dos Grupos de Policiamento Tático da Polícia Militar do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. Portaria nº 1075, de 15 de outubro de 2018. Aprova o Plano de Articulação e Memorial Descritivo da Polícia Militar do Distrito Federal.

GESTÃO DE PESSOAS APLICADA

Carga Horária: 45 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Planejamento Estratégico.
- Gestão por resultados.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.

EMENTA:

Cultura e clima organizacional. Motivação, satisfação e comprometimento. Gestão do conhecimento. Recrutamento e seleção. Gestão do desempenho. Treinamento, desenvolvimento e educação. Sistema de recompensas. Gestão de carreira e de efetivo na PMDF. Abordagens complementares com foco na PMDF.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e compreender conceitos gerais sobre gestão de pessoas aplicáveis no âmbito da Corporação, estabelecendo-se a necessária conexão com questões práticas a serem enfrentadas pelos concludentes do curso.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Cultura e Clima Organizacional

1. Concepção; semelhanças e diferenças.
2. Avaliação do clima e da cultura organizacionais.
3. Gestão do clima e da cultura organizacionais
4. Pontos de contato com o papel do oficial na PMDF.

Unidade II - Motivação, Satisfação e Comprometimento

1. Motivação: conceitos e importância.
2. Satisfação: conceitos e importância.
3. Comprometimento: conceitos e importância.
4. Diferenças e correlações entre motivação, satisfação e comprometimento.
5. Pontos de contato com o papel do oficial na PMDF.

Unidade III - Gestão do conhecimento

1. Tipos e criação do conhecimento.
2. Gestão do conhecimento: abordagens e concepções.
3. Disseminação do conhecimento.
4. Memória organizacional.

Unidade IV - Recrutamento e seleção

1. Importância organizacional.
2. Significados e tipos.
3. O recrutamento e seleção na PMDF:
 - a. Espécies de recrutamento de pessoal na Corporação (militar ativo, inativo e civil) e suas peculiaridades (aspectos da regulação interna).
 - b. Organização dos diferentes tipos de seleção.
 - c. Serviço civil voluntário (Lei 10.029, de 20 de outubro de 2000): Parecer nº 853/2007 – PGDF; experiências internas.

Unidade V - Gestão do desempenho

1. Concepção e importância.
2. Avaliação do desempenho: tipos; fatores interferentes; sistemas; e fontes de informações.
3. A avaliação de desempenho da PMDF: possibilidades; (des)vinculação das promoções; base de outras ações na gestão de pessoas.

Unidade VI - Treinamento, Desenvolvimento e Educação

1. Concepção nas organizações em geral.
2. Enfoque sistêmico do treinamento: etapas e possibilidades na PMDF.

Unidade VII - Sistema de recompensas

1. Concepção geral e tipos de recompensas.
2. Remuneração: sistemas; política remuneratória como instrumento de motivação.
3. Benefícios corporativos: dispensa-recompensa; adicional de certificação profissional; outras possibilidades na PMDF.

Unidade VIII - Gestão de carreira e de efetivo na PMDF

1. Concepção de carreira.
2. Modelos e tipos de carreira (enfoque na PMDF).
3. Carreiras policiais-militares: quadros de efetivo, transposição de quadro (impedimento), desvio de função; acumulação de cargo público por policial militar (amparo jurídico, restrições); exercício de atividade extracorporativa (regulação interna).

4. Distribuição do efetivo na Polícia Militar: modelos; instrumento utilizado na Corporação (QODE) e suas peculiaridades.
5. Progressão funcional: promoções (critérios, requisitos, comissões).
6. Quota compulsória: finalidade, critérios e requisitos.

Unidade IX - Abordagens complementares

1. Cenários legislativos que interferem na gestão de pessoas (pagamento de férias e licenças especiais não gozadas; serviço voluntário gratificado; contagem de tempo; etc.).
2. Política de progressão na carreira como instrumento de motivação da tropa: repercussão na maturidade profissional e apreensão de conhecimento útil.
3. Qualidade de vida no trabalho: critérios e indicadores; ergonomia; absenteísmo.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BITENCOURT, Cláudia. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2009. 9788577806225. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577806225/>.

MARRAS, Jean P. Gestão estratégica de pessoas - Conceitos e tendências - 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. 9788502160682. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502160682/>.

OLIVEIRA, Marco A. Comportamento Organizacional para Gestão de Pessoas. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. 9788502108950. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502108950/>.

GESTÃO DE PROJETOS APLICADA

Carga Horária: 30h

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Gestão de Orçamentos e Finanças.
- Aquisições Corporativas.
- Gestão de Materiais Aplicada.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.

EMENTA:

Generalidades a respeito de projetos e gestão de projetos em organizações públicas. Metodologia de Gestão de Portfolio de Programas e Projetos Institucionais aplicável na Corporação.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer, compreender e aplicar conhecimentos e habilidades na área de gestão de projetos, com foco na metodologia aplicada no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, de modo a fortalecer atitudes na área e viabilizar o desenvolvimento institucional.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Generalidades:

1. Concepção de projeto: características; diferença para as atividades rotineiras; desdobramento; necessidade.

2. Ciclo de vida do projeto e ciclo de vida do produto: conceitos; relação; *stakeholders*.
3. Escopo de um projeto e estrutura analítica.
4. Objetivos e princípios da gestão de projetos.
5. Definição de papéis na concepção de projetos.
6. Gestão de conflitos, de custos e de qualidade.
7. Fatores críticos de sucesso.
8. Mecanismos de apoio e guias de conhecimento (modelos).

Unidade II - Gestão de projetos na PMDF:

1. Introdução à regulação interna para a gestão de projetos.
2. Fases da gestão de processos na PMDF.
3. Portfolio e subportfolio: conceitos e gerenciamento (meios e responsabilidades).
4. Programa, projeto e projeto institucional: conceitos e gerenciamento (meios e responsabilidades).
5. Gestão das demandas: processo; instrumento (aspectos teóricos e práticos); acompanhamento.
6. Apresentação de resultados do projeto e avaliação.
7. Casos práticos de gestão de projetos na PMDF.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

CARVALHO, Marly M. Fundamentos em Gestão de Projetos: Construindo Competências para Gerenciar Projetos. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. ISBN 9788597018950. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018950/>.

CAVALCANTI, Francisco Rodrigo P.; SILVEIRA, Jarbas A N. Fundamentos de Gestão de Projetos. São Paulo: Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788597005622. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005622/>.

MENEZES, Luís César de M. Gestão de Projetos. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. ISBN 9788597016321. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016321/>.

INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Carga Horária: 40 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Trabalhos de Comando.

Temáticas de tratamento transversal:

- Policiamento ostensivo.

EMENTA

Fundamentos: conceito, histórico e sistemas de inteligência (federal, distrital e próprio da PMDF). Inteligência de Segurança Pública: particularidades. Atividades de inteligência e de contra inteligência. Operações de Inteligência.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer conceitos e procedimentos relacionados à atividade de Inteligência de Segurança Pública, abordando-os de modo aplicado à Corporação, visando despertar a consciência do papel da referida atividade como ferramenta de gestão e de apoio à atividade de polícia ostensiva.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Fundamentos:

1. Conceito de Inteligência de Segurança Pública (ISP).
2. Histórico: origem e evolução da atividade de Inteligência.

3. Sistemas de Inteligência: Sistema Brasileiro (foco no Subsistema de Inteligência de Segurança Pública); sistema distrital; sistema próprio da PMDF.

Unidade II - Inteligência de Segurança Pública:

1. Ramos, características, princípios básicos, objetivos.
2. Diferença entre Inteligência de Segurança Pública e Investigação Criminal.
3. Policiamento velado.

Unidade II - Atividades de Inteligência:

1. Definição de dado e conhecimento.
2. A busca da verdade; compreendendo os trabalhos intelectuais.
3. Tipos de conhecimentos.
4. Metodologia de produção do conhecimento.

Unidade III - Atividades de contra inteligência:

1. Conceitos básicos.
2. Medidas de contra inteligência.
3. Segurança Orgânica.
4. Segurança Ativa.

Unidade IV - Operações de inteligência:

1. Conceito de Operações de ISP.
2. Tipos de Operação de ISP.
3. Suporte para a atividade de polícia ostensiva.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 02, de 12 de janeiro de 2016. Aprova a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/5811>.

BRASIL. Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9883.htm.

BRASIL. Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 1999. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm.

BRASIL. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei no. 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4376.htm.

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser, preferencialmente, oficial militar, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Penal I, II e III.
- Direito Processual Penal.
- Criminalística.
- Medicina Legal.
- Inteligência de Segurança Pública.

Temáticas de tratamento transversal:

- Ética
- Direitos Humanos

EMENTA:

Abordagens teóricas: elementos informativos; métodos de racionalização; técnicas de investigação criminal; formalização de informações e encadeamento lógico. Procedimentos preliminares. Prática investigativa de crime militar: aspectos gerais; técnicas; reconstituição; investigação criminal tecnológica; atividade de inteligência; tecnologias.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar métodos, técnicas e procedimentos relacionados à investigação de crime militar, de modo a demonstrar a materialidade e/ou autoria delitiva, preservando, consequentemente, o bem jurídico militar.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Abordagens teóricas:

1. Elementos informativos: segurança das informações, princípios, ciclo e contrainformações.
2. Métodos de racionalização no âmbito de uma investigação criminal: lógico; dedutivo; indutivo; analógico; intuitivo; dentre outros.
3. Técnicas de investigação criminal: elementos básicos.
4. Formalização de informações e encadeamento lógico dos atos do inquérito.

Unidade II - Procedimentos preliminares:

1. Atos de averiguação e comprovação.
2. Fase de investigação: *notitia*, busca de evidências, valoração de indícios.
3. Fase de constatação: seleção e formalização de evidências.
4. Fase de conclusão: análise de evidências e análise jurídica.

Unidade III - Prática Investigativa de Crime Militar:

1. Aspectos gerais da investigação: análise geral; seleção das informações; investigação de campo; oitivas; complementação de documentos; montagem de tabelas, quadros e gráficos.
2. Coleta de dados: planejamento; métodos e fontes de informação.
3. Levantamentos iniciais em locais de crime militar: hipóteses; apoio; divisão de tarefas no local; registro.
4. Técnicas de entrevista e interrogatório.
5. Reconstituição de local de crime: objetivos; ordem da autoridade; apoio; dinâmica; registro.
6. Investigação criminal tecnológica:
 - a. Obtenção de informações (texto, imagens, registros pretéritos, cadastro, localização, etc.) em aplicativos e/ou internet (fontes privadas ou abertas);
 - b. Auto de materialização de evidência eletrônica;
 - c. Técnicas de busca na internet, fontes oficiais, redes sociais.
7. O papel da atividade de inteligência na investigação de crimes militares.
8. Utilização do Sistema Nacional de informações de Segurança Pública (SINESP).
9. Tecnologias aplicáveis à investigação criminal.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

MENDRONI, Marcelo B. Curso de investigação criminal. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2013. E-book. ISBN 9788522476947. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476947/>.

PEREIRA, Eliomar da S. Teoria da Investigação Criminal. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. ISBN 9786556275802. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556275802/>.

SOARES, Gustavo Torres. Investigação Criminal e Inovações Técnicas e Tecnológicas: Perspectivas e Limites. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-30112015-165420/publico/Versao_integral_Gustavo_Torres_Soares.pdf.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL III

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Legislação Institucional I e II.
- Valores e Ética Policiais Militares.

Temáticas de tratamento transversal:

- Crenças e valores policiais-militares.

EMENTA:

Abordagens jurídica e político-institucional internas sobre afastamentos, porte de arma funcional e serviço voluntário gratificado. Questões relativas à educação na PMDF, bem como sobre movimentação de oficiais e praças.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer, aplicar e avaliar conceitos e procedimentos institucionalizados relativos às temáticas constantes de ementa, criando a competência necessária para lidar com tais aspectos, consentâneo com o nível gerencial da Corporação.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Afastamentos do Serviço

1. Licença Especial: concepção e particularidades legais e de regulação interna.
2. Licença para Tratar de Interesse Particular: concepção e particularidades legais.
3. Licença para Tratar de Saúde Própria: concepção.
 - a. Acidente em serviço: documentos sanitários de origem, finalidades e prova.
4. Licença para Tratar de Saúde de Pessoa da Família: abrangência, processo e requisitos de concessão.
5. Licença Maternidade e Paternidade: particularidades legais e de regulação interna.
6. Aspectos gerais sobre afastamento em face de luto, núpcias, trânsito e instalação.

Unidade II - Porte de Arma de Fogo

1. Porte de arma de fogo do Policial Militar ativo e inativo: suspensão e revalidação do porte de arma.
2. Porte de arma para integrantes de curso inicial de carreira.
3. Implicações da Transferência de Guarda e Responsabilidade da arma de fogo ao Policial Militar ativo.

Unidade III - Serviço Voluntário Gratificado

1. Marco normativo, concepção e natureza.
2. Habilitação e critérios de seleção.
3. Processo de seleção e captação.
4. Emprego e fiscalização do efetivo em serviço voluntário.

Unidade IV - A educação na PMDF:

1. Marco legal: Regulamento Geral de Educação.
2. Sistema de educação na PMDF.
3. Organização da educação técnico-profissional e superior (cursos e InPM).
4. Planejamento educacional na PMDF: papel das organizações policiais militares.

Unidade V - Movimentação de Oficiais e Praças na PMDF:

1. Marco legal e a evolução legislativa paralela.
2. Organização Policial Militar (OPM): conceito e conformação na estrutura.
3. Modalidades de movimentação: classificação, transferência, nomeação e designação.
4. Atos administrativos decorrentes da movimentação.
5. Situações especiais: agregação, excedente, adido, à disposição.

6. Fatos geradores de movimentação.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre o Estatuto dos policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7289.htm.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 7.431, de 16 de março de 1983. Aprova o Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da Polícia Militar do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=7431&txtAno=1985&txtTipo=110&txtParte=COMPILADO#:~:text=Art.,licenciados%20nesta%20Unidade%20da%20F%20edera%20C3%A7%C3%A3o>.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 26.604, de 23 de fevereiro de 2006. Aprova as Instruções Reguladoras dos Documentos Sanitários de Origem (DSO), para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/51765/exec_dec_26604_2006.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2026.604%20DE%2023%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202006.&text=Aprova%20as%20Instru%C3%A7%C3%B5es%20Reguladoras%20dos,Federal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs

MEDICINA LEGAL

Carga Horária: 25 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Direito Processual Penal.
- Criminalística.
- Investigação Criminal.

Temáticas de tratamento transversal:

- Proteção de bens jurídicos.

EMENTA:

Generalidades: definição, história e relevância da Medicina Legal. Aspectos de antropologia forense, de traumatologia forense, de tanatologia forense, de asfisiologia forense, de sexologia forense e de toxomania específica (alcooolismo).

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e apreender conceitos gerais e aplicados da medicina legal, assimilando variáveis que envolvem uma ocorrência que resulta perícia médico-legal, de modo a contribuir para o trabalho investigativo.

CONTEUDO CURRICULAR:

Unidade I - Generalidades:

1. Definição, história e relevância da Medicina Legal.
2. Perícias médico-legais: corpo de delito (direto e indireto); exigências legais para a perícia; intervenção do perito; perícia contraditória; quesitos em perícia médico-legal; documentos médico-legais.

Unidade II - Antropologia Forense:

3. Conceito de antropologia forense.
4. Identidade médico-legal: noção, abrangência, aspectos de afetação com a atividade de polícia.

Unidade III - Traumatologia Forense:

1. Conceito de traumatologia forense.
2. Instrumentos lesivos e correspondentes lesões.
3. Perícia de sangue.

Unidade IV - Tanatologia Forense:

1. Conceito de tanatologia forense.
2. Tanatognose: noção; fenômenos abióticos (imediatos e consecutivos) e transformativos (putrefação, mumificação, saponificação).

3. Cronotanatognose: noção; fenômenos cadavéricos; fatores extrínsecos.
4. Inumação e exumação: conceitos e condições.
5. Morte: tipos (natural, violenta, aparente, suspeita, súbita) e docimasia (noção e abrangência).

Unidade V - Asfixiologia Forense:

1. Conceito.
2. Classificação.
3. Sinais gerais de asfixia.

Unidade VI - Sexologia Forense:

1. Conceito de sexologia forense.
2. Aspectos médico-legais no infanticídio; aborto; estupro; violação sexual mediante fraude e assédio sexual.

Unidade VII - Toxicomania (Alcoolismo):

1. Alcoólatra e ação do álcool sobre o organismo.
2. Classificação e diagnóstico de embriaguez.
3. Fatores que aceleram ou retardam a embriaguez.
4. Aspectos sobre alcoolismo crônico.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

CROCE, Delston; JÚNIOR, Delton C. Manual de Medicina Legal, 8ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502149533. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502149533/>.

FRANÇA, Genival Veloso D. Fundamentos de Medicina Legal. 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. E-book. ISBN 9788527733373. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527733373/>.

FRANÇA, Genival Veloso D. Medicina Legal. 11ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. E-book. ISBN 9788527732284. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527732284/>.

NORMAS DE CONDUTA SOCIAL

Carga Horária: 25 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Valores e Ética Policiais-Militares.

EMENTA:

Aspectos introdutórios: origens da etiqueta e importância. Trajes e etiqueta à mesa. Comunicação. Etiqueta no ambiente de trabalho.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar regras e práticas de etiqueta social e profissional, de modo a permitir que a postura e compostura, além de retratar as regras e práticas castrenses, possa refletir cortesia e respeito em conformidade com as convenções sociais.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade 1 - Aspectos introdutórios

1. Origens da etiqueta: abordagem geral.
2. Importância da etiqueta na convivência social.

Unidade 2 - Trajes e etiqueta à mesa

1. A Etiqueta e a pontualidade.
2. Trajes civis, denominações e orientações gerais.
3. Regras de etiqueta à mesa: condutas e elementos.

Unidade 3 - Comunicação:

1. Cumprimentos: expressões, gestos, promessas, cartões de visita.
2. Relacionamento interpessoal geral.
3. Condutas no âmbito de equipes de trabalho, eventos, confraternizações.

4. Netiqueta: noção e regras específicas.

Unidade 4 - Etiqueta no ambiente de trabalho:

1. Cultura corporativa e boas maneiras.
2. Formas de tratamento.
3. Humor e cortesia no ambiente de trabalho.
4. Respeito: observações; reclamações; críticas; atenção; elogios.
5. Hábitos pessoais.
6. Organização.
7. Discursos e pronunciamentos.
8. Reuniões, convites, pontualidade e agradecimentos.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BENNETT, Carole. Etiqueta nos Negócios. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522110575. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522110575/>.

EGGER-MOELLWALD, Lícia; EGGER-MOELLWALD, Hugo. Competência social: mais que etiqueta, uma questão de atitude – 2ª edição. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2018. E-book. ISBN 9788522126446. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126446/>.

YANES, Adriana F. Cerimonial, Protocolo e Etiqueta em Eventos. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536513249. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536513249/>.

ORDEM UNIDA III

Carga Horária: 35 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Ordem Unida I e II.

Temáticas de tratamento transversal:

- Crença e valores policiais-militares.

EMENTA:

Marchas e estacionamentos: preparação, execução e termos relacionados. Técnicas de Ensino da Ordem Unida Militar: organização de projeto final para apresentação de novas tecnologias educacionais para o ensino de ordem unida.

OBJETIVO GERAL:

Expandir e consolidar conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para execução, comandamento, apresentação e deslocamentos de tropa em perfeita ordem, em todas as circunstâncias, operacionais ou administrativas, bem como aperfeiçoando o espírito de liderança, exigido para a função de oficial policial militar.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Marchas e estacionamentos:

1. Preparação para a marcha;
2. Execução da marcha;
3. Termos utilizados nas marchas;

Unidade II - Técnicas de Ensino para Ordem Unida:

1. Generalidades.
2. Planejamento do Trabalho.
3. Execução do Projeto.
4. Exposição do Trabalho.

Unidade III - Instrução individual com arma (espada).

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 660, de 19 de maio de 2009. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/660a_2009.pdf.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 849, de 04 de abril de 2013 - Regulamento de Continências, Honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas. Ministério da Defesa. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/527634757/PORTARIA-NORMATIVA-N%C2%BA-849-MD-DE-4-DE-ABRIL-DE-2013- Imprensa-Nacional>.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. Manual de Campanha Ordem Unida (EB70-MC10.308), 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5091>.

POLICIAMENTO MONTADO

Carga Horária: 45 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial PM, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Doutrina de Policiamento Ostensivo.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Hipologia e encilhamento. Policiamento montado: doutrina e características. Prática de equitação básica: confiança, higiene, encilhamento, cavaleiro, rédeas, volteio, andaduras e obstáculos.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e assimilar conceitos e práticas relacionados a equinos e ao policiamento montado realizado pela Corporação, compreendendo a aplicabilidade do processo montado e as atividades relacionadas.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Hipologia e encilhamento:

1. Noções de hipologia:
 - a. Regiões do cavalo, raças, pelagens, resenho, aprumo, atitudes, conformação.
 - b. Maneiro geral (cuidados, higiene, instalações e transporte) e bem-estar animal.
2. Técnicas de encilhamento.

Unidade II - Policiamento Montado

1. Doutrina de emprego de tropa montada: comandos, esquadrão, pelotão e fração mínima para policiamento.
2. Características do policiamento montado na PMDF:
 - a. Quadro institucional: Comando de Policiamento Montado (estrutura e breve histórico).
 - b. Características do emprego operacional.
 - c. Equipamentos necessários.
 - d. Emprego embarcado e deslocamento montado.

Unidade III - Prática de equitação básica:

1. Aquisição de confiança e colocação na sela.
2. Higiene e encilhamento do animal.
3. Flexionamento do cavaleiro: pescoço, braços, tronco e pernas.
4. Utilização das rédeas e seus efeitos, ajudas naturais e artificiais.
5. Volteio: descontração, flexibilidade, assento, fixidez, independência, posição e resistência.
6. Andaduras: passo, trote e galope (trabalho de picadeiro e de exterior); formação em escola (deslocamento).
7. Transposição de obstáculos: naturais e artificiais; subida e descida de barrancos; acesso a locais difíceis.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual Técnico de Equitação (EB60-MT-26.401), 2017. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/1/563>.

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha. A Cavalaria nas Operações (EB70-MC-10.222), 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/2646>.

HONORATO, Angelita; SIMÕES, Róli R. Anatomia veterinária I. Porto Alegre: SAGAH,, 2019. E-book. ISBN 9788595028760. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028760/>.

PREVENÇÃO CRIMINAL

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser qualificado na área, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Criminologia I e II.
- Mediação e Resolução de Conflitos.

Temáticas de tratamento transversal:

- Eficiência operacional.

EMENTA:

Abordagens e conceitos de Psicologia Social, abrangendo os que se incluem no contexto da prevenção criminal. Contributos específicos da Psicologia Social aplicáveis à prevenção criminal. Prevenção criminal pelo design do ambiente.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar conceitos da psicologia social ao contexto da prevenção criminal na atividade policial, considerando aspectos teóricos, metodológicos e analíticos das pesquisas e boas práticas na área.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Teorias da prevenção criminal:

1. Conceito e níveis de prevenção criminal.
2. Criminologia ambiental: triângulo do crime e prevenção situacional do crime
3. *Offender profiling* (descrevendo o potencial ofensor): *suicide by cop*, assassinatos em massa, psicopatologias, crimes de oportunidade e terrorismo.
4. Teoria das atividades rotineiras.
5. Teoria da escolha racional.
6. Teoria das janelas quebradas.
7. Teoria dos espaços defensáveis.
8. Teoria da oportunidade.
9. Medo do crime.

Unidade II - Prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED, em inglês):

1. Conceito e princípios.
2. CPTED e medo do crime.
3. CPTED aplicada à avaliação e à mitigação de riscos em ambientes reais.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRAGA, Anthony; PAPACHRISTOS, Andrew; HUREAU, David. Hot spots policing effects on crime. Campbell Systematic Reviews, [s. l.], November 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.4073/csr.2012.8>.

GONZAGA, Christiano. Manual de Criminologia. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597219. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597219/>.

LAURITSEN, Janet L. How Families and Communities Influence Youth Victimization. Juvenile Justice Bulletin, Washington, DC, November 2003. Disponível em: <https://www.ojp.gov/pdffiles1/ojjdp/201629.pdf>.

PEREIRA, Eliomar da S. Teoria da Investigação Criminal. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. ISBN 9786556275802. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556275802/>.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial militar, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Comunicação Operacional.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.

EMENTA

Tecnologia da Informação nas Organizações. O valor da Informação. Sistema de Informação. Redes de Computadores. Recursos Tecnológicos. Gestão e Governança em Tecnologia da Informação. Segurança da Informação.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e compreender aspectos e conceitos relativos à tecnologia da informação aplicados ou aplicáveis nas atividades que se exerce na PMDF, que buscam, em última análise, garantir eficácia, eficiência e efetividade na consecução de suas atribuições estabelecidas em norma.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade única - A tecnologia da informação e comunicação na PMDF:

1. Visão geral da Tecnologia da Informação (TI).
2. Recursos e equipamentos de TI.
3. Sistemas de Informação: conceituação, relação com a TI.
4. Redes de Computadores: intranet, internet e aplicações gerais.
5. Arquitetura Orientada a Serviço (SOA, em inglês).
6. Tecnologias Emergentes.
7. Gestão de Tecnologia da Informação:
 - a. Sistemas de informação gerencial;
 - b. Administração e Gerência de TI;
 - c. Gerência de projetos em TI;
 - d. Governança de TI: normas e peculiaridades.
8. Princípios de Segurança da Informação.
9. Estudo de Caso Sobre Tecnologia da Informação.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

AKABANE, Getulio K. Gestão estratégica da tecnologia da informação: conceitos, metodologias, planejamento e avaliações. São Paulo: Atlas, 2012. E-book. ISBN 9788522475803. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475803/>.

REZENDE, Denis A.; ABREU, Aline França D. Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais, 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2014. E-book. ISBN 9788522490455. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522490455/>.

MOLINARO, Carneiro R. Gestão de Tecnologia da Informação: Governança de TI: Arquitetura e Alinhamento entre Sistemas de Informação e o Negócio. Rio de Janeiro: LTC, 2010. E-book. ISBN 978-85-216-1972-7. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-1972-7/>.

TRABALHO DE COMANDO

Carga Horária: 30 horas-aulas.

Requisito do docente: ser oficial militar, respeitado o RGE.

Mantém interdisciplinaridade com:

- Administração Pública.
- Português Instrumental.

Temáticas de tratamento transversal:

- Gestão pública eficiente.
- Crenças e valores policiais militares.

EMENTA:

Comando e Estado-Maior: conceitos, funções e ação de Estado-Maior. Processo decisório. Técnicas de redação de documentos de planejamento.

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e aplicar conceitos primários acerca do exercício da função de comando em instituição militar, bem como assimilar e praticar técnicas de ação e de documentos de Comando e de Estado-Maior, os quais, em essência, são aplicáveis à Corporação, ainda que com adaptações em função da realidade institucional.

CONTEÚDO CURRICULAR:

Unidade I - Comando e Estado-Maior:

1. Finalidade e objetivos.
2. Conceitos básicos: generalidades, comando (ciclo de comando), comandante, Estado-Maior (EM), escalões de comando, canal e cadeia de comando.
3. Princípios gerais: necessidade, importância e finalidade; autoridade e responsabilidade de EM.
4. Concepções fundamentais: oficial de EM (áreas de pessoal, de inteligência, de operações, de logística, de comunicação social).
5. Funções comuns aos oficiais de EM: considerações preliminares; informações; estudos de situação; propostas; documentos; supervisão.
6. Ação de Estado-Maior: trabalho completo de EM; coordenação de EM; Supervisão de EM; pesquisa de EM; redação de documentos de EM; utilização de relatórios.

Unidade II - Processo decisório:

1. Considerações gerais.
2. Níveis de decisão: níveis hierárquicos de decisões; correspondência entre os níveis de ação e os níveis de decisão.
3. Resolução de Problemas: natureza dos problemas institucionais; classificação dos problemas institucionais; metodologia de resolução de problemas.
4. Elaboração de planos e ordens.

Unidade III - Técnicas de redação de documentos de EM

1. Técnicas gerais de redação: princípios básicos; aspectos formais.
2. Documentos de planejamento: principais documentos (estudo de situação, estudo de Estado-Maior, exame estratégico de situação e plano); orientações de forma e conteúdo.
3. Documentos de implementação: principais documentos (nota de serviço, ordem de operações, ordem de serviço e ordem fragmentária); orientações de forma e conteúdo.

REFERÊNCIAS MÍNIMAS:

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha Estado-Maior e Ordens (C 101-5), 2003. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/73/1/C-101-5-1.Volume.pdf>.
BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Ensino Trabalho de Comando (EB60-ME-13.301), 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/4025>.